



# **APDL - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S.A.**

## **RELATÓRIO E CONTAS**

### **EXERCÍCIO DE 2022**

Versão aprovada na Assembleia Geral da APDL realizada no dia 13.09.2023

## Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	72
GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO .....	150
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS .....	157
ANEXOS.....	178
Abreviaturas.....	179
Índice de tabelas do Relatório de Gestão.....	181

# RELATÓRIO DE GESTÃO

## Mensagem do Conselho de Administração

Em 2022 a APDL manteve o foco na importância do transporte marítimo para a região que serve e para o País. As consequências da pandemia e da guerra na Ucrânia, associadas a fretes marítimos historicamente elevados e voláteis e ao congestionamento nalguns portos, conduziram a pressões inflacionistas e a ajustamentos nas cadeias de abastecimento, e tiveram impacto notório na nossa atividade.

Na APDL, alguns segmentos de mercado foram particularmente afetados pelo contexto internacional, nomeadamente, os cruzeiros e os granéis líquidos do Porto de Leixões, e o segmento marítimo-turístico da Via Navegável do Douro. Por estes motivos, e com a agravante do aumento significativo registado no preço dos bens energéticos e das matérias-primas, foi inevitável um impacto direto considerável nos investimentos em curso e nas operações.

O movimento consolidado dos portos de Leixões e Viana do Castelo atingiu 15,3 milhões de toneladas em 2022, menos 1,7% que no ano anterior.

No que diz respeito a investimentos, um dos acontecimentos com maior relevo foi a empreitada do prolongamento do quebra-mar e acessibilidades marítimas do Porto de Leixões, a qual sofreu uma forte revisão de preços que conduziram a um aumento de 31,6% das previsões relativas a este investimento, fazendo-as ultrapassar 182 milhões de euros, e obrigando a um ajuste considerável do financiamento. É fundamental continuar a cuidar da capacidade de gerar os cash-flows necessários face aos investimentos em curso e aos investimentos que são necessários empreender, tendo em consideração a comportabilidade do endividamento da empresa.

Apesar desta adversidade, a APDL continua firme no seu compromisso de investir na resiliência, na sustentabilidade, e na necessidade de descarbonizar, estimulando todos os *stakeholders* em volta das suas unidades de negócio a se ajustarem rapidamente, permanecendo relevantes, lucrativos e centrados no cliente. O Road Map para a descarbonização e transição energética do Porto de Leixões, que tem como objetivo a neutralidade carbónica até 2035, assume uma importância significativa no nosso Plano de Investimentos. Este Plano inclui, entre outros, a eletrificação das atividades portuárias, as fontes de energia renováveis, os sistemas On-shore Power Supply (OPS), o fornecimento de combustíveis alternativos e a digitalização.

Em 2022, foram adquiridos novos rebocadores no valor de 13 milhões de euros, não apenas para dar resposta às necessidades de navios de maior dimensão, que as acessibilidades marítimas melhoradas permitem, mas também enquadrados na estratégia de descarbonização. São equipamentos de última geração, menos poluentes, contribuindo significativamente para a redução da pegada ambiental da atividade portuária. Para além do melhor desempenho ambiental, estes novos rebocadores contribuem para um aumento efetivo da qualidade do serviço, com maior capacidade de tração e segurança no serviço de reboque.

Outro passo significativo na vertente ambiental e operacional foi a atribuição à APDL das competências de gestora de infraestrutura ferroviária relativamente aos terminais

da Guarda e de Leixões. Este é um fator fundamental na promoção da movimentação de mercadorias por ferrovia, alicerçado na evolução do Terminal Ferroviário de Leixões na perspetiva da interface ferro-marítima e no desenvolvimento de portos secos.

No que diz respeito ao desempenho e criação de valor, a APDL garantiu no ano 2022 o cumprimento dos rácios de eficiência operacional e de redução de gastos impostos pela tutela acionista, através de uma gestão eficiente e rigorosa, ao mesmo que tempo que procurou incrementar as suas receitas através do desenvolvimento de novas áreas de negócio.

O contexto externo continua a apresentar níveis de incerteza elevados. Não obstante, na APDL continuaremos a cumprir o nosso compromisso de fornecer excelência operacional, construir infraestrutura crítica resiliente, crescer e ancorar a nossa base de carga e cuidar dos nossos recursos humanos. É devida uma palavra de agradecimento aos colaboradores da APDL que num ano tão exigente foram capazes de superar as dificuldades e manter com elevado espírito de missão e profissionalismo, o seu nível de desempenho.

O sentido é de confiança no futuro e de mobilização para a preparação deste sistema portuário de acordo com os padrões de qualidade requeridos pelo mercado e pela Rede Transeuropeia de Transportes, com a necessária integração logística, descarbonização e transição energética.

## Principais Indicadores

	Unidade	2022	2021	2020
<b>Tráfego Portuário</b>				
<b>Porto de Leixões</b>				
Escalas de Navios	n.º	2 434	2 410	2 477
Total de Carga Movimentada	1000 ton	14 891	15 188	17 076
Movimento de Contentores	TEU	713 398	717 954	703 919
<b>Porto de Viana do Castelo</b>				
Escalas de Navios	n.º	244	250	202
Total de Carga Movimentada	1000 ton	409	377	357
<b>Via Navegável do Douro</b>				
Escalas de Navios	n.º	9	16	23
Total de Carga Movimentada	1000 ton	13	21	41
<b>Passageiros</b>				
Porto de Leixões	n.º	108 626	8 941	6 477
Via Navegável do Douro	n.º	1 126 738	279 137	226 333
<b>Negócios</b>				
Volume de Negócios	€ 1 000	57 570	52 619	51 938
Porto de Leixões	€ 1 000	51 757	48 146	48 123
Porto de Viana do Castelo	€ 1 000	3 460	2 948	2 618
Via Navegável do Douro	€ 1 000	2 353	1 526	1 198
<b>Investimento</b>				
Capital Investido	€ 1 000	120 040	52 367	28 860
Fundos Próprios	€ 1 000	34 924	39 796	26 043
Outros Fundos	€ 1 000	85 116	12 571	2 817
<b>Resultados</b>				
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	€ 1 000	34 616	29 156	34 003
Resultado Operacional	€ 1 000	10 894	6 435	9 158
Resultado Líquido do Período	€ 1 000	9 047	6 069	6 471
Margem Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (1)	%	60,1	55,4	65,5
<b>Estrutura Financeira</b>				
Autonomia Financeira (2)	-	0,69	0,76	0,79
Rentabilidade dos Capitais Próprios (3)	%	2,2	1,6	1,7

(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos / Volume de Negócios

(2) Capital Próprio / Ativo

(3) Resultado Líquido/ Capital Próprio

## 1. A APDL no ano de 2022

- Durante o ano de 2022, o movimento de mercadorias no sistema portuário gerido pela APDL atingiu 15,3 milhões de toneladas, das quais 14,9 milhões de toneladas foram movimentadas no Porto de Leixões. Este nível de atividade representa um decréscimo de cerca de 265 mil toneladas face ao ano anterior, sendo explicado pela quebra de 13,7% no tráfego de Granéis Líquidos no porto de Leixões em função do encerramento da atividade da refinaria da Petrogal de Leça da Palmeira.
- Os restantes segmentos de carga registaram comportamentos menos negativos com decréscimos de 3,4% na Carga Geral Fracionada, 5,0% na Carga Ro-Ro e 1,1% na Carga Contentorizada. Os Granéis Sólidos foram o único tipo de carga a apresentar um crescimento em 2022 com 11,8%.
- No ano em análise foi dada continuidade à empreitada de Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Leixões através do Prolongamento do Quebra-mar Exterior e do Aprofundamento do Anteporto e da Bacia de Rotação num investimento público contratado de 130 milhões de euros, que se encontra a ser desenvolvido pela APDL, mas que fruto de revisões de preços estima-se que se fixe acima dos 182 milhões de euros.
- Neste ano, destacam-se ainda outros investimentos relevantes no Porto de Leixões, nomeadamente a Estabilização do Cais da Doca 4 Sul e a aquisição de dois rebocadores de 70 toneladas de força.
- Após os impactos gerados pela pandemia sobre o setor do turismo, em particular na atividade de cruzeiros, a atividade de navios de cruzeiro no porto de Leixões observou uma retoma gradual. Assim, em 2022 visitaram Leixões 112 navios de cruzeiro, movimentando perto de 109 mil passageiros.
- O movimento de mercadorias no porto de Viana do Castelo atingiu as 409 mil toneladas no ano de 2022, crescendo 8,7% em relação ao ano anterior. Todos os segmentos de carga apresentaram um desempenho positivo face a 2021, com exceção para os Granéis Líquidos, que movimentaram menos 16 mil toneladas do que no ano transato. A Carga Geral Fracionada e os Granéis Sólidos cresceram 21,9% e 6,7% respetivamente.
- Após a acentuada quebra ocorrida em 2020 e 2021, o turismo fluvial na Via Navegável do Douro assinalou, em 2022, uma recuperação da sua atividade para níveis semelhantes aos anos pré-pandemia. O movimento ao longo do ano totalizou 1 126 mil passageiros, o que traduz um forte crescimento face a 2021.
- A APDL tem vindo a efetuar investimentos relevantes nas condições de navegabilidade da VND, nomeadamente no que respeita à melhoria dos sistemas de comunicação, de informação e de segurança. Estes investimentos contribuem para a criação de uma alternativa de transporte sustentável com a qualidade e segurança exigidas a nível europeu e internacional.

- O investimento total da APDL em 2022 cifrou-se em 120 milhões de euros, dos quais 117 milhões de euros no Porto de Leixões, 773 mil euros no Porto de Viana do Castelo e 1,9 milhões de euros na Via Navegável do Douro.
- Prosseguindo sua estratégia definida no Roadmap para a Descarbonização e Transição Energética, a APDL vem estudando diversas ações e medidas que contribuam rumo ao objetivo de atingir a neutralidade carbónica da operação portuária até 2035.
- A APDL reafirmou a sua aposta na intermodalidade ferro-marítima como meio privilegiado para reforçar a conexão com o hinterland do porto de Leixões promovendo o crescimento desta infraestrutura portuária e favorecendo a competitividade dos seus clientes. Nesse sentido, tem vindo a dinamizar o projeto do Porto Seco da Guarda pela sua importância na descarbonização da cadeia logística de transporte de mercadorias e o alargamento da zona de influência de Leixões até Espanha. Tal estratégia veio a produzir resultados com a atribuição à APDL da gestão do Terminal Ferroviário de Mercadorias da Guarda e de Leixões.
- A revisão da Macroestrutura organizacional da APDL, efetuada em 2022, com o objetivo de adaptar a empresa para os desafios e exigências futuras, nomeadamente ao nível das novas atribuições na ferrovia e da estratégia de sustentabilidade ambiental.

Apesar dos efeitos da pandemia e da crise geopolítica, os indicadores económicos da APDL em 2022 apresentaram uma evolução que evidencia um desempenho positivo, destacando-se o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos de 34,6 milhões de euros e o resultado líquido superior a 9 milhões de euros. Apesar da evolução favorável dos indicadores económico, os indicadores financeiros evidenciaram em 2022 uma deterioração, fruto do aumento do endividamento da empresa para suportar o forte esforço de investimento no Porto de Leixões.

### **1.1. Enquadramento Macroeconómico**

Em 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) português cresceu 6,7% de acordo com a informação publicada no Boletim Económico de março de 2023 do Banco de Portugal, prosseguindo a recuperação iniciada no segundo trimestre de 2020, embora a segunda metade do ano 2022 tenha denotado uma desaceleração da atividade económica.

Todos os agregados contribuíram positivamente para aquele resultado, destacando-se as Exportações com um crescimento de 16,7%, o qual reflete o dinamismo das exportações de serviços, em particular do turismo, e a manutenção de ganhos de quota nos mercados externos.

O Consumo Privado registou um crescimento de 5,7%, motivado pela eliminação das restrições associadas à pandemia, o que conduziu as famílias a aumentarem os seus gastos em bens e serviços cuja despesa tinha sido adiada nos anos anteriores.

O Consumo Público aumentou 2,4%, denotando um abrandamento face a 2021 (4,6%), refletindo a redução dos gastos associados à pandemia.

Já a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 2,7% desacelerando igualmente face ao ano anterior, o que se explica pelo adiamento de projetos face ao contexto de incerteza, aliada à escassez de materiais, aumento dos custos de produção e agravamento das condições de financiamento.

Em 2022, a Taxa de Desemprego foi de 6%, registando uma redução de 0,6 pontos percentuais face ao ano anterior, verificando-se uma dificuldade das empresas na contratação dada a escassez de mão-de-obra qualificada.

A inflação registou um aumento expressivo em 2022, tendo o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) apresentado um crescimento de 8,1%, refletindo as pressões externas sobre os preços dos bens energéticos os quais registaram um incremento de 23,8%.

Neste contexto macroeconómico, o porto de Leixões movimentou 14,9 milhões de toneladas durante o ano 2022, menos 2% do que o valor registado no ano anterior.

Esta diminuição do movimento de mercadorias observou-se em todos os segmentos de carga, com exceção dos Granéis Sólidos que cresceram 12,1% face a 2021, merecendo destaque o incremento da movimentação de estilha e pellets.

O segmento dos Granéis Líquidos foi o que registou uma diminuição mais expressiva do movimento (-13,3%), à semelhança do ano anterior, refletindo ainda as consequências do fim da atividade da refinaria de Leça da Palmeira.

O movimento no porto de Viana do Castelo atingiu as 409 mil toneladas no período, aumentando 8,6% em relação a 2021. Tal resultado fica a dever-se em grande medida ao comportamento do segmento da Carga Geral Fracionada que registou um crescimento de 29,1% face ao ano anterior.

A Via Navegável do Douro movimentou 12,7 mil toneladas de mercadorias em 2022, representando uma diminuição de 38,3% em relação ao ano transato. Já a atividade marítimo-turística registou, naquela via fluvial, um crescimento de 303,7% face a 2021, totalizando cerca de 1,1 milhões de passageiros em consequência da retoma da atividade turística após as restrições impostas pela pandemia.

## **1.2. Tráfego Marítimo**

### **1.2.1. Movimento de Navios**

Em 2022, escalaram o Porto de Leixões 2 434 navios, número que representa um crescimento de 1,0% em relação ao ano anterior. A arqueação bruta registou um crescimento de 22,6%, totalizando 33 milhões de GT.

O Porto de Viana do Castelo foi escalado por 244 navios com um valor global de 1,1 milhões de GT. A evolução face ao ano transato foi de -2,4% em número de navios e 32,7% em GT.

O movimento consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo foi de 2 678 navios e 34,1 milhões de GT, que correspondem a evoluções de 0,7% e 22,9%, respetivamente, por comparação a 2021.

### NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA

	2022		2021		Variação	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
Porto de Leixões	2 434	32 979	2 410	26 902	1,0%	22,6%
Porto de Viana do Castelo	244	1 140	250	859	-2,4%	32,7%
<b>Total</b>	<b>2 678</b>	<b>34 119</b>	<b>2 660</b>	<b>27 761</b>	<b>0,7%</b>	<b>22,9%</b>

### 1.2.2. Movimento Geral de Mercadorias e Mercado Portuário

O movimento consolidado dos portos de Leixões e Viana do Castelo atingiu 15,3 milhões de toneladas, menos 265 mil toneladas que no ano anterior (-1,7%).

#### MOVIMENTO TOTAL

Un: 1000 Ton

	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Porto de Leixões	14 891	15 188	-297	-2,0%
Porto de Viana do Castelo	409	377	32	8,6%
<b>Total</b>	<b>15 300</b>	<b>15 565</b>	<b>-265</b>	<b>-1,7%</b>

#### Movimento geral de Mercadorias no Porto de Leixões

O movimento total no Porto de Leixões atingiu 14,9 milhões de toneladas, constituindo uma quebra de 297 mil toneladas face ao total de 2021.

O comércio externo no Porto de Leixões atingiu um pouco mais de 11,3 milhões de toneladas em 2022, significando um decréscimo de 4,9% por comparação ao ano anterior. O movimento nacional registou um crescimento de 9,0%, face a 2021. O peso percentual do comércio externo fixou-se em 76,2%, diminuindo em 2,4 p.p. relativamente ao ano anterior.

#### PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO GERAL DE MERCADORIAS

Un: 1000 Ton

	2022		2021		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Importação	6 974	46,8%	6 964	45,9%	10	0,1%
Exportação	4 375	29,4%	4 975	32,8%	-600	-12,1%
<b>Comércio Externo</b>	<b>11 348</b>	<b>76,2%</b>	<b>11 939</b>	<b>78,6%</b>	<b>-591</b>	<b>-4,9%</b>
Movimento Nacional	3 543	23,8%	3 249	21,4%	294	9,0%
<b>Total</b>	<b>14 891</b>	<b>100,0%</b>	<b>15 188</b>	<b>100,0%</b>	<b>-297</b>	<b>-2,0%</b>

Relativamente aos principais países de origem ou destino da carga movimentada em Leixões, os Países Baixos mantiveram-se no topo da tabela, tendo Espanha e o Reino

Unido ocupado as posições seguintes. O Uruguai subiu 5 posições para se colocar na quarta posição do ranking de países. A seguir posicionaram-se o Brasil e Marrocos.

**PORTO DE LEIXÕES: ORIGEM E DESTINO DA CARGA**

Un: 1000 Ton

	2022		2021		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Países Baixos	3 349	22,5%	3 515	23,1%	-166	-4,7%
Espanha	1 311	8,8%	1 437	9,5%	-127	-8,8%
Reino Unido	862	5,8%	954	6,3%	-91	-9,6%
Uruguai	660	4,4%	282	1,9%	378	133,9%
Brasil	623	4,2%	580	3,8%	43	7,5%
Marrocos	556	3,7%	625	4,1%	-69	-11,1%
Bélgica	495	3,3%	542	3,6%	-47	-8,7%
Franca	494	3,3%	534	3,5%	-40	-7,5%
Irlanda	308	2,1%	253	1,7%	55	21,7%
China	205	1,4%	273	1,8%	-69	-25,1%
Estados Unidos da América	199	1,3%	301	2,0%	-102	-33,9%
Angola	195	1,3%	174	1,1%	22	12,4%
Cabo Verde	194	1,3%	201	1,3%	-7	-3,5%
Coreia Do Sul	122	0,8%	80	0,5%	42	51,6%
Itália	121	0,8%	66	0,4%	54	81,9%
Outros	1 654	11,1%	2 120	14,0%	-466	-22,0%
Comércio externo	11 348	76,2%	11 939	78,6%	-591	-4,9%
Continente e Regiões Autónomas	3 543	23,8%	3 249	21,4%	294	9,0%
<b>Total</b>	<b>14 891</b>	<b>100,0%</b>	<b>15 188</b>	<b>100,0%</b>	<b>-297</b>	<b>-2,0%</b>

O ano de 2022 foi o primeiro sem qualquer descarga de petróleo. Tal facto, implicou a perda de importância de alguns países que antes eram grandes fornecedores do petróleo descarregado em Leixões destinado à refinaria de Leça da Palmeira.

No caso do Brasil e do Uruguai a posição no ranking deve-se essencialmente à grande quantidade de estilha descarregada com origem naqueles países.

O movimento de mercadorias com origem ou destino nos Países Baixos totalizou 3,3 milhões de toneladas, diminuindo 4,7% face ao ano anterior, repartindo-se em 1,8 milhões de toneladas de carga contentorizada, 1,4 milhões de toneladas de carga ro-ro e 144 mil toneladas de carga geral fracionada e granéis. As evoluções da carga contentorizada e ro-ro foram de +2,8% e -4,5%, respetivamente, face a 2021.

Em relação aos restantes países, destacam-se as evoluções de movimento com a Irlanda (+21,7%) e Angola (+12,4%).

O tráfego portuário entre Leixões e os restantes portos nacionais registou em 2022 um crescimento de 9,0% face ao ano anterior, totalizando 3,5 milhões de toneladas, dividindo-se em 837 mil toneladas no movimento de carga, menos 16 mil toneladas que no ano anterior (-1,9%) e 2,7 milhões de toneladas no movimento de descarga, mais 310 mil toneladas que no ano precedente (+12,9%). O facto mais relevante no que respeita ao mercado nacional foi o crescimento de 229 mil toneladas na descarga de granéis líquidos, sustentado sobretudo na movimentação de produtos refinados.

#### Movimento geral de mercadorias no Porto de Viana do Castelo

No Porto de Viana do Castelo a carga movimentada totalizou 409 mil toneladas, mais 32 mil toneladas do que em 2021.

O Porto de Viana do Castelo mantém-se como um porto de perfil exportador, tendo diminuído para 57,2% (-4,90 p.p.) a quota da carga exportada. As importações obtiveram 33,1% de quota, aumentando 8,9 p.p., face à do ano anterior. Do total do movimento alcançado, 90,3% correspondeu a tráfego internacional, sendo que a carga exportada para os países da União Europeia representou a maior parcela do total do comércio internacional. A maior parte do movimento com portos nacionais continuou a ser a descarga de cimento, que em 2022 foi de aproximadamente 24 mil toneladas.

#### **PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO GERAL DE MERCADORIAS**

Un: 1000 Ton

	2022		2021		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Importação	135	33,1%	91	24,1%	44	48,7%
Exportação	234	57,2%	234	62,1%	0	0,0%
<b>Comércio Externo</b>	<b>369</b>	<b>90,3%</b>	<b>325</b>	<b>86,3%</b>	<b>44</b>	<b>13,6%</b>
Movimento nacional	40	9,7%	52	13,7%	-12	-23,3%
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>100,0%</b>	<b>377</b>	<b>100,0%</b>	<b>32</b>	<b>8,6%</b>

No Porto de Viana do Castelo, os principais países de origem ou destino das mercadorias movimentadas foram os Países Baixos, Espanha, Itália e Alemanha.

**PORTO DE VIANA DO CASTELO: ORIGEM E DESTINO DA CARGA**

Un: 1000 Ton

	2022		2021		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Países Baixos	105	25,7%	91	24,3%	14	15,0%
Espanha	84	20,5%	78	20,7%	6	7,4%
Itália	48	11,8%	33	8,9%	15	44,2%
Alemanha	31	7,6%	18	4,7%	13	74,2%
Reino unido	23	5,6%	36	9,5%	-13	-36,3%
Outros	78	19,1%	68	18,2%	10	14,4%
Comércio externo	369	90,3%	325	86,3%	44	13,6%
Continente e Regiões Autónomas	40	9,7%	52	13,7%	-12	-23,3%
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>100,0%</b>	<b>377</b>	<b>100,0%</b>	<b>32</b>	<b>8,6%</b>

**1.2.3. Análise do Movimento de Mercadorias**

O movimento consolidado por tipo de carga no Porto de Leixões e no Porto de Viana do Castelo foi o seguinte:

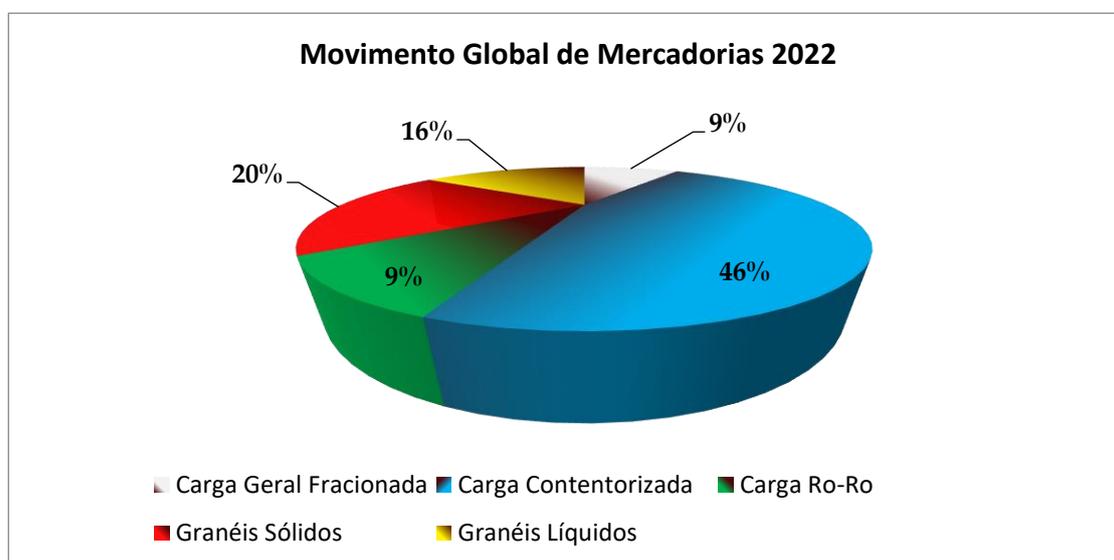
**MOVIMENTO POR TIPO DE CARGA**

Un: 1000 Ton

	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Carga Geral Fracionada	1 423	1 472	-50	-3,4%
Carga Contentorizada	7 036	7 112	-76	-1,1%
Ro-Ro	1 458	1 534	-76	-5,0%
Granéis Sólidos	2 996	2 681	316	11,8%
Granéis Líquidos	2 387	2 766	-379	-13,7%
<b>Total</b>	<b>15 300</b>	<b>15 565</b>	<b>-265</b>	<b>-1,7%</b>

No ano de 2022 apenas o segmento dos granéis sólidos registou um desempenho positivo, aumentando o movimento em 316 mil toneladas e crescendo 11,8%, face a 2021. Os restantes segmentos tiveram uma evolução negativa, mais expressiva nos granéis líquidos. A quebra de movimento do ro-ro interrompe a tendência de crescimento que se registava há vários anos.

O gráfico seguinte apresenta a repartição por tipos de carga do movimento de mercadorias consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo.



### **Porto de Leixões**

O porto de Leixões registou em 2022 uma evolução negativa no total de carga movimentada e na generalidade dos segmentos de carga, excetuando o dos granéis sólidos. A evolução mais comprometedor registou-se no segmento dos granéis líquidos e reflete ainda o impacto do fim da atividade de refinação na refinaria de Leça da Palmeira.

A carga contentorizada e a carga roll-on/roll-off tiveram uma evolução negativa, comparando com os máximos de carga movimentada atingidos no ano anterior. A carga geral fracionada teve também uma pequena diminuição face ao ano anterior, sendo que em 2021 o segmento tinha obtido um dos melhores registos de movimento de sempre.

Em relação ao movimento por setores operacionais, verificou-se um crescimento de 0,4% no tráfego nos Cais Comerciais e um decréscimo de 13,4% no Terminal Petrolero.

Nos Cais Comerciais registou-se um acréscimo de movimento de 55 mil toneladas, face a 2021, sustentado no contributo dos granéis sólidos, que conseguiram compensar a evolução negativa de todos os restantes segmentos. No Terminal Petrolero registou-se nova quebra de movimento, no entanto já não tão impactante como nos últimos anos. O ano 2022 constituiu o primeiro ano das últimas décadas, sem registo de qualquer descarga de petróleo bruto e em que praticamente se anulou a carga de produtos refinados.

**PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE MERCADORIAS POR SETORES OPERACIONAIS**

Un: 1000 Ton

	2022		2021		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
<b>Cais Comerciais</b>	12 624	84,8%	12 569	82,8%	55	0,4%
Carga Geral Fracionada	1 209	8,1%	1 297	8,5%	-88	-6,8%
Carga Contentorizada	7 036	47,3%	7 112	46,8%	-76	-1,1%
Carga Ro-Ro	1 458	9,8%	1 534	10,1%	-76	-5,0%
Granéis Sólidos	2 836	19,0%	2 531	16,7%	306	12,1%
Granéis Líquidos	85	0,6%	96	0,6%	-11	-11,1%
<b>Terminal Petroléiro</b>	2 267	15,2%	2 619	17,2%	-352	-13,4%
<b>Total</b>	<b>14 891</b>	<b>100,0%</b>	<b>15 188</b>	<b>100,0%</b>	<b>-297</b>	<b>-2,0%</b>

Na análise da quota dos setores operacionais e de cada tipo de carga no movimento total de mercadorias regista-se a perda de 2,0 p.p. do Terminal Petroléiro para os Cais comerciais. Neste contexto evidenciam-se os granéis sólidos que melhoraram a sua quota para 19,0% (+2,4 p.p.). A carga geral fracionada, carga contentorizada e carga roll on/ roll off alcançaram quotas de 8,1%, 47,3% e 9,8%, respetivamente, com pequenas variações.

**Tipo de Movimento Carga/Descarga**

O movimento de carga representou 35,0% do total de mercadorias movimentadas em 2022, diminuindo em 3,4 p.p., relativamente ao ano anterior.

**PORTO DE LEIXÕES: TIPOS DE MOVIMENTO**

Un: 1000 Ton

MOVIMENTO	2022		2021		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Carga	5 211	35,0%	5 828	38,4%	-617	-10,6%
Descarga	9 679	65,0%	9 360	61,6%	320	3,4%
<b>Total</b>	<b>14 891</b>	<b>100,0%</b>	<b>15 188</b>	<b>100,0%</b>	<b>-297</b>	<b>-2,0%</b>

Os movimentos de carga e de descarga registaram variações de -10,6% e +3,4%, respetivamente, em comparação com 2021.

### Carga Geral Fracionada

Em 2022 a carga geral fracionada registou um decréscimo 88 mil toneladas (-6,8%), face ao ano anterior. O movimento atingido, constitui, no entanto, um dos melhores desempenhos dos últimos anos.

#### PORTO DE LEIXÕES: CARGA GERAL FRACIONADA

Un: 1000 Ton

MERCADORIAS	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Ferro/aço (chapa, arco)	493	507	-14	-2,7%
Ferro/aço	480	616	-136	-22,1%
Obras de ferro e aço	87	23	64	284,5%
Paralelepípedos	58	54	5	8,6%
Máquinas, aparelhos e s/ partes	26	39	-12	-31,9%
Pedras e s/ obras	20	41	-21	-50,4%
Mercadorias diversas	43	17	26	152,0%
<b>Total</b>	<b>1 209</b>	<b>1 297</b>	<b>-88</b>	<b>-6,8%</b>

As duas mercadorias mais relevantes neste segmento registaram evolução negativa. O ferro/ aço (chapa, arco) diminuiu o movimento em 2,7%, mas no caso do ferro/ aço a quebra foi de 22,1%, movimentando menos 136 mil toneladas que em 2021. Em conjunto estas mercadorias somam 80,6% do total do segmento, -6,1 p.p. do que em 2021.

### Carga Contentorizada

A carga contentorizada movimentada no Porto de Leixões totalizou um pouco mais de 7 milhões de toneladas, ficando 76 mil toneladas abaixo do máximo atingido em 2021, decrescendo 1,1%.

Neste tipo de carga, destaca-se a evolução das matérias plásticas - bruto e obra (+6,0%), do papel e cartão (+11,0%), dos produtos químicos (+11,7%) e das pedras e suas obras (+40,8%).

Em sentido contrário regista-se o decréscimo de movimento de fios, tecidos e artigos têxteis (- 10,4%), das pedras em bruto (-28,6%) e das obras de ferro e aço (-20,6%).

**PORTO DE LEIXÕES: CARGA CONTENTORIZADA**

Un.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Matérias plásticas (bruto e obra)	652	615	37	6,0%
Papel e cartão	539	486	53	11,0%
Fios, tecidos e artigos têxteis	293	327	-34	-10,4%
Mercadoria de grupagem ou classificação indefinida	293	290	2	0,7%
Pedras em bruto	232	325	-93	-28,6%
Máquinas, aparelhos e s/ partes	212	202	11	5,3%
Peixes, crustáceos e moluscos	180	169	11	6,6%
Produtos químicos	179	161	19	11,7%
Obras de ferro e aço	176	222	-46	-20,6%
Azulejos e mosaicos cerâmicos	163	154	9	5,7%
Bebidas	155	148	6	4,3%
Outros produtos das indústrias químicas e conexas	153	144	9	6,3%
Pedras e s/ obras	134	95	39	40,8%
Leite e laticínios	127	135	-9	-6,3%
Borracha (bruto e obra)	112	115	-3	-2,3%
Mercadorias diversas	2 082	2 161	-79	-3,7%
Taras	1 353	1 362	-9	-0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>7 036</b>	<b>7 112</b>	<b>-76</b>	<b>-1,1%</b>

**Carga Roll-on/ Roll-off**

No tráfego Roll-on/Roll-off interrompeu-se a tendência de crescimento sustentado que durava há vários anos, ficando 76 mil toneladas abaixo do movimento atingido no ano anterior, quando se superou pela primeira vez a barreira das 1,5 milhões de toneladas. Em 2022 este segmento registou um decréscimo de 5,0% face a 2021.

Na carga Roll-on/ Roll-off as mercadorias matérias plásticas (bruto e obra), mercadoria de grupagem ou classificação indefinida e automóveis e veículos terrestres e s/ partes tiveram evoluções de -14,1%, -21,0% e -17,5%, respetivamente. Em contrapartida outros produtos das indústrias químicas e conexas e mobiliário registaram crescimento de 18,4% e 18,6%, respetivamente.

**PORTO DE LEIXÕES: TRÁFEGO ROLL-ON/ ROLL-OFF**

Un.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Matérias plásticas (bruto e obra)	224	261	-37	-14,1%
Obras de ferro e aço	161	178	-17	-9,7%
Mercadoria de grupagem ou classificação indefinida	149	189	-40	-21,0%
Produtos químicos	110	109	1	1,0%
Automóveis e veículos terrestres e s/ partes	85	103	-18	-17,5%
Outros produtos de indústrias químicas e conexas	84	71	13	18,4%
Mobiliário	82	69	13	18,6%
Mercadorias diversas	418	403	15	3,7%
Taras	144	150	-6	-4,1%
<b>Total</b>	<b>1 458</b>	<b>1 534</b>	<b>-76</b>	<b>-5,0%</b>

**Granéis Sólidos**

O total do movimento de granéis sólidos atingido no Porto de Leixões em 2022 foi o mais elevado já registado, tendo ultrapassado as 2,8 milhões de toneladas, posicionando-se 306 mil toneladas acima do total do ano precedente. O crescimento dos granéis sólidos foi de 12,1%.

Pela positiva ressalta a evolução da estilha e pellets, do açúcar e do cimento, gesso e cal com crescimentos de 26,7%, 54,7% e 24,7%, respetivamente, face a 2021. Em sentido inverso destaca-se a evolução de -5,6% da sucata de ferro e de -3,2% do trigo.

**PORTO DE LEIXÕES: GRANÉIS SÓLIDOS**

Un.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Estilha e pellets	1 007	795	212	26,7%
Sucata de ferro	522	554	-31	-5,6%
Trigo	397	410	-13	-3,2%
Milho	200	179	21	11,8%
Açúcar	195	126	69	54,7%
Cimento, gesso e cal	151	121	30	24,7%
Mercadorias diversas	363	346	17	5,0%
<b>Total</b>	<b>2 836</b>	<b>2 531</b>	<b>306</b>	<b>12,1%</b>

**Granéis Líquidos**

À semelhança dos últimos anos o movimento de granéis líquidos no Porto de Leixões sofreu em 2022 nova diminuição, ainda que, mais moderada. O movimento do segmento totalizou um pouco menos de 2,4 milhões de toneladas, menos 362 mil toneladas que em 2021, correspondendo a um decréscimo de 13,3%.

**PORTO DE LEIXÕES: GRANÉIS LÍQUIDOS**

Un.: 1000 Ton

LOCAIS	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Terminal Petroleiro	2 267	2 619	-352	-13,4%
Cais Comerciais	85	96	-11	-11,1%
<b>Total</b>	<b>2 353</b>	<b>2 715</b>	<b>-362</b>	<b>-13,3%</b>

No conjunto dos postos do Terminal Petroleiro o movimento de 2022 foi 13,4% inferior ao do ano anterior, tendo o movimento de granéis líquidos nos cais comerciais registado um decréscimo de 11,1%.

Em 2022, ainda se sentiram as consequências da decisão de terminar a atividade de refinação na refinaria de Leça da Palmeira. Este foi o primeiro ano em que não se registou qualquer descarga de petróleo em bruto e em que praticamente se anulou o embarque de produtos refinados no porto de Leixões.

A evolução é negativa em praticamente todas as mercadorias. É de notar que o pequeno movimento de petróleo em bruto é de embarque, certamente para reencaminhar mercadoria residual, e, apesar do aumento ao desembarque, o total de movimento de produtos refinados foi inferior ao de 2021 em 5,0%.

**PORTO DE LEIXÕES: GRANÉIS LÍQUIDOS**

Un.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Produtos refinados diversos	2 046	2 153	-108	-5,0%
Gases de petróleo liquefeitos	130	135	-5	-3,8%
Alcatrão, betume de petróleo	58	67	-9	-13,0%
Petróleo em bruto	53	245	-191	-78,2%
Óleos minerais	38	7	31	477,4%
Produtos aromáticos	28	109	-81	-74,3%
<b>Total</b>	<b>2 353</b>	<b>2 715</b>	<b>-362</b>	<b>-13,3%</b>

**Movimento de contentores**

Em 2022 movimentaram-se no Porto de Leixões um pouco mais de 713 mil TEU, aproximadamente menos 4,6 mil TEU que no ano anterior (-0,6%). Em número de contentores o movimento ultrapassou 430 mil, 2 542 unidades abaixo do total de 2021 (-0,6%).

**PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE CONTENTORES**

CONTENTORES	2022			2021			Variação %	
	N.º	TEU	Peso % N.º	N.º	TEU	Peso % N.º	N.º	TEU
Cheios	331 321	558 820	77,0%	338 635	569 593	78,2%	-2,2%	-1,9%
Vazios	99 206	154 578	23,0%	94 434	148 361	21,8%	5,1%	4,2%
<b>Total</b>	<b>430 527</b>	<b>713 398</b>	<b>100,0%</b>	<b>433 069</b>	<b>717 954</b>	<b>100,0%</b>	<b>-0,6%</b>	<b>-0,6%</b>

O rácio de contentores cheios/vazios foi de 3,3 em número de contentores e de 3,6 em TEU, diminuindo em ambos os casos, face ao ano anterior.

### Movimento de contentores por dimensão

Na análise do movimento dos contentores por dimensão constata-se um crescimento de 1,7% nos contentores de 40 pés e decréscimos de 0,8% e 9,1% nos contentores de 20 pés e de contentores de outras dimensões, respetivamente. Na distribuição por quotas há a ressaltar o aumento de 1,2 p.p. nos contentores de 40 pés e diminuição de 1,1 p.p. nos contentores de outras dimensões.

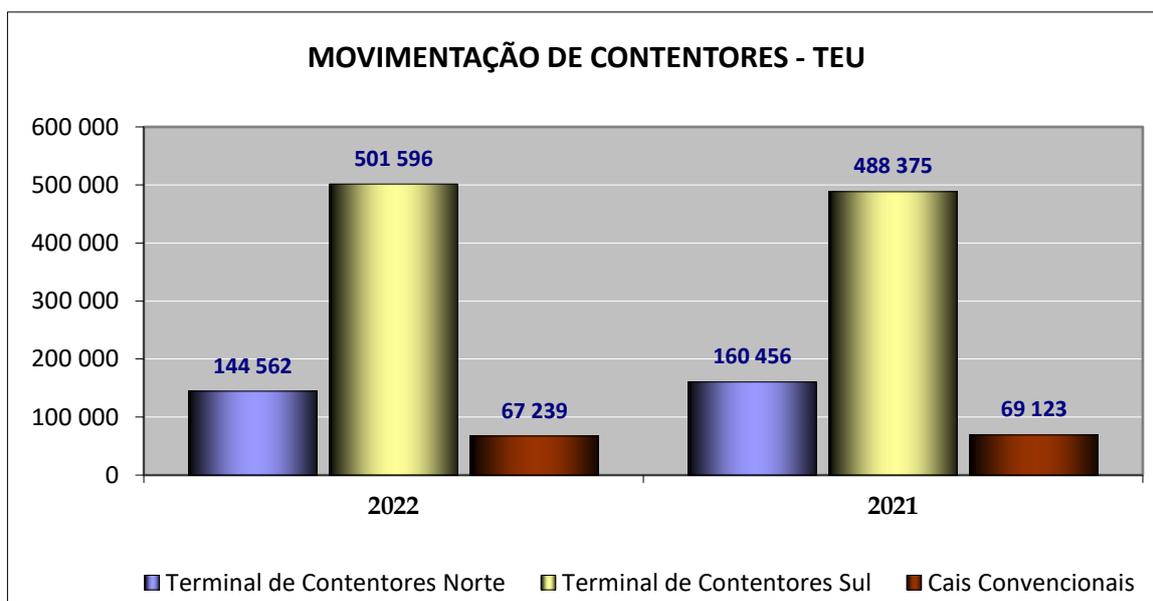
#### PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE CONTENTORES POR DIMENSÃO

DIMENSÃO DOS CONTENTORES	2022		2021		Variação %
	N.º	Peso %	N.º	Peso %	
Contentores de 20'	151 798	35,3%	153 045	35,3%	-0,8%
Contentores de 40'	228 012	53,0%	224 246	51,8%	1,7%
Contentores com outras dimensões	50 717	11,8%	55 778	12,9%	-9,1%
<b>Total</b>	<b>430 527</b>	<b>100,0%</b>	<b>433 069</b>	<b>100,0%</b>	<b>-0,6%</b>

### Movimento de contentores por cais ou terminal

O gráfico seguinte permite observar a repartição do movimento de contentores em TEU pelos diferentes terminais.

#### MOVIMENTO DE CONTENTORES POR CAIS/TERMINAL



O Terminal de Contentores Norte e o Terminal de Contentores Sul movimentaram em 2022 646 159 TEU, menos 2 672 TEU do que no ano anterior, ou seja, -0,4%. A soma do movimento do TCS e TCN representou 90,6% do tráfego total de contentores, aumentando a sua quota em 0,2 p.p. face ao ano anterior.

No conjunto dos cais convencionais movimentaram-se 67 239 TEU, dos quais 67 214 corresponderam ao movimento de contentores ro-ro no Terminal Multiusos. O movimento no Terminal Multiusos registou um decréscimo de 2,6%, por comparação com o ano anterior, atingindo uma quota de 9,4%.

## **Porto de Viana do Castelo**

O movimento total no porto de Viana do Castelo atingiu 409 mil toneladas, crescendo 8,6%, face a 2021.

Na análise por segmentos de carga continua a constatar-se a grande importância da carga geral fracionada e dos granéis sólidos. Em conjunto representam 91,5% do movimento total, mais 5,0 p.p. que em 2021.

### **PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO DE MERCADORIAS**

Un.: 1000 Ton

	2022		2021		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Carga Geral Fracionada	214	52,3%	176	46,7%	38	21,6%
Granéis Sólidos	160	39,1%	150	39,8%	10	6,7%
Granéis Líquidos	35	8,6%	51	13,5%	-16	-31,4%
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>100,0%</b>	<b>377</b>	<b>100,0%</b>	<b>32</b>	<b>8,5%</b>

No Porto de Viana do Castelo os dois segmentos de carga predominantes registaram evolução positiva. Em carga geral fracionada movimentaram-se 214 mil toneladas, significando um crescimento de 21,9%, face a 2021. As principais mercadorias movimentadas em carga fracionada foram papel e cartão, madeira em bruto e serrada e máquinas, aparelhos e suas partes.

O movimento de granéis sólidos atingiu 160 mil toneladas, crescendo 10 mil toneladas (+6,7%), por comparação com o ano anterior. As mercadorias mais movimentadas foram cimento, gesso e cal, forragens e desperdícios alimentares e outros minerais.

O movimento de granéis líquidos totalizou 35 mil toneladas, menos 16 mil toneladas que em 2021 (-31,7%), mantendo-se o alcatrão e betume de petróleo como única mercadoria movimentada.

### **1.2.4. Movimento de Passageiros**

Na sequência da pandemia SARS-CoV-2, o ano de 2022 fica marcado pela recuperação no setor do turismo e da indústria dos cruzeiros, regressando o movimento de passageiros ao nível dos melhores registos dos últimos anos.

O movimento de passageiros no Porto de Leixões totalizou quase 109 mil, registando um enorme crescimento, face a um ano de 2021 ainda muito condicionado pela pandemia, e que expressa o regresso do setor à plena normalidade. Em 2022 escalaram Leixões 112 navios de cruzeiro.

### MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE LEIXÕES

Un: Número de passageiros

	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Desembarque	1 190	265	925	349,1%
Embarque	1 243	422	821	194,5%
Trânsito	106 193	8 254	97 939	1186,6%
<b>Total</b>	<b>108 626</b>	<b>8 941</b>	<b>99 685</b>	<b>1114,9%</b>
Número de navios	112	22	90	409,1%

No porto de Viana do Castelo registou-se um movimento de 9 passageiros em 2022.

### 1.2.5. Movimento de Pescado

Em 2022, a descarga de pescado no porto de pesca de Leixões totalizou 12 415 toneladas, menos 7 892 toneladas do que no ano anterior (-38,9%). Nos portos de pesca da Afurada e de Viana do Castelo a variação do movimento de pescado relativamente a 2021 foi de +1,1% e -10,7%, respetivamente.

#### MOVIMENTO DE PESCADO

Un: ton

PORTOS DE PESCA	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Leixões	12 415	20 307	-7 892	-38,9%
Afurada	5	5	0	1,1%
Viana do Castelo	1 625	1 820	-194	-10,7%
<b>Total</b>	<b>14 045</b>	<b>22 131</b>	<b>-8 086</b>	<b>-36,5%</b>

### 1.3. Tráfego Fluvial - Via Navegável do Douro

#### 1.3.1. Movimento de Mercadorias e Navios Comerciais

Em 2022, escalaram os portos do Douro 9 navios comerciais, menos 7 navios do que no ano anterior, sendo que todos escalaram o porto da Várzea.

#### NAVIOS COMERCIAIS

	2022		2021		Variação %	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
Portos do Douro	9	12	16	23	-43,8%	-47,8%

Em 2022 o movimento de mercadorias no porto da Várzea totalizou 12 682 toneladas, menos 7 863 toneladas do que no ano anterior (-38,3%). Não houve qualquer movimento no porto da Sardoura.

**MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS DO DOURO**

Un: Ton

PORTOS	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Várzea do Douro	12 682	20 545	-7 863	-38,3%

**1.3.2. Movimento de Passageiros**

Tal como aconteceu no movimento marítimo também no turismo fluvial, o ano de 2022 foi um ano de recuperação da normalidade na atividade, voltando o movimento de passageiros na Via Navegável do Douro a posicionar-se acima do milhão de passageiros. O número de passageiros na VND registou um crescimento de 303,7%, relativamente ao ano anterior, ultrapassando 1,1 milhões de passageiros.

A exemplo do ocorrido no movimento marítimo, o ano de 2022 foi um ano de recuperação no turismo fluvial com um crescimento de 303,7% e o número de passageiros a ultrapassar a marca de um milhão.

também no turismo fluvial, o ano de 2022 foi um ano de recuperação da normalidade na atividade voltando o movimento de passageiros na Via Navegável do Douro a posicionar-se acima do milhão de passageiros, um crescimento de 303,7%, relativamente ao ano anterior.

**MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO TRÁFEGO FLUVIAL**

Un: Número de passageiros

TIPO DE NAVEGAÇÃO	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Cruzeiros na mesma albufeira	863 544	160 883	702 661	436,8%
Cruzeiros de 1 dia	164 589	74 438	90 151	121,1%
Cruzeiros em Navio-Hotel	89 281	33 307	55 974	168,1%
Embarcações de Recreio	9 324	10 509	-1 185	-11,3%
<b>Total</b>	<b>1 126 738</b>	<b>279 137</b>	<b>847 601</b>	<b>303,7%</b>

**1.4. Terminal de Cruzeiros**

Depois da tempestade que se abateu em 2020 e 2021 na indústria mundial de cruzeiros, provocada pela pandemia da covid-19, a atividade de cruzeiros no Porto de Leixões retomou a sua rota de crescimento sustentado. Durante o primeiro trimestre do ano, os navios ainda navegavam com protocolos de saúde e segurança apertados, nomeadamente com a sua capacidade limitada no número de passageiros.

Apesar desse arranque do ano ainda atípico, Leixões registou em 2022 um novo máximo no que a escalas de navios de cruzeiro diz respeito e o segundo melhor ano de sempre no número de passageiros. Os dois terminais de cruzeiro receberam 112 escalas de navios de cruzeiro, superando as 101 escalas registadas em 2018 e 2019. Relativamente a passageiros, Leixões recebeu 108.626 passageiros, + 22.5% do que em 2019 e apenas -7% do que em 2018, o melhor ano de sempre no que ao número de visitantes diz respeito.

De realçar as 22 escalas inaugurais com destaque para o início de operações da Disney Cruise Lines com o seu Disney Magic e para o Celebrity Silhouette da Celebrity Cruises que, com 319 metros de comprimento total, tornou-se o maior navio de sempre a visitar o Porto de Leixões. Foram ainda realizadas 6 operações de turnaround.

No que se refere à promoção internacional da atividade de cruzeiros, o Porto de Leixões marcou presença em dois importantes eventos: a Seatrade Cruise Global 2022, a maior feira mundial de cruzeiros que decorreu em Miami durante o mês de abril e na Seatrade Cruise Med, a maior feira de cruzeiros do mediterrâneo que decorreu em Málaga durante o mês de setembro.

Por outro lado, e no que diz respeito ao setor dos eventos, também no ano de 2022 se revelou uma retoma de atividade, em relação aos anos de 2020 e 2021. A APDL acolheu no Terminal de Cruzeiros diferentes iniciativas do setor corporativo, tanto na vertente de divulgação científica e do conhecimento (conferências, congressos, reuniões, seminários, apresentações e workshops), como de cariz social (almoços corporativos e jantares de gala) e ainda produções comerciais (sessões fotográficas e de filmagem). Estes eventos visaram assim o apoio a diferentes setores empresariais, iniciativas na vertente institucional e de interesse público, de promoção de entidades locais e ainda momentos de cariz social e solidário. O contributo dado no apoio à formação e desenvolvimento da comunidade sentiu-se ainda em sessões fotográficas de instituições de ensino e iniciativas de associações locais e nacionais.

A integração do edifício com a comunidade sempre foi uma aposta da APDL pelo que, sempre que possível, se abriram as suas portas ao público e à comunidade através de visitas guiadas e livres. Através das visitas ao domingo (abertura ao público), das visitas programadas (durante a semana), e dos dias abertos à comunidade, o edifício recebeu aproximadamente 29.000 visitantes. Destaca-se ainda o apoio na vertente educativa e formativa, dando-se resposta positiva às solicitações das escolas e universidades, tendo-se proporcionado 60 visitas de estudo com cerca de 1.800 alunos.

### **1.5. Plataforma Logística**

A Plataforma Logística do Porto de Leixões (PLPL) é um dos principais investimentos em curso que muito contribui para desenvolver o Porto de Leixões e transformar a área envolvente ao Porto de Leixões numa plataforma de valor acrescentado com condições para a atração e fixação de agentes da logística e de distribuição que permitam ancorar novo tráfego para o porto de Leixões e para as comunidades e cadeias logísticas envolventes.

Adicionalmente possibilita colmatar a reduzida disponibilidade de terrenos de apoio às atividades operacionais do porto, criando condições para aumentar a sua capacidade de crescimento e aumentar a performance do serviço prestado na cadeia logística de alguns dos principais grupos de mercadorias que passam pelo Porto de Leixões.

A PLPL apresentou em 2022 um índice de ocupação de 71,7%, um acréscimo de 12 p.p. face a 2021. Este crescimento resulta de um novo contrato de longo prazo com um operador e através de várias ocupações temporárias realizadas em lotes disponíveis durante 2022. Assim, as receitas no ano de 2022 registaram um aumento de 13,6%,

face ao ano anterior, totalizando um valor de cerca de 2,51 milhões de euros face aos 2,2 milhões de receita obtidos em 2021.

Durante o ano de 2022, em virtude do fim das medidas de confinamento, foi possível desenvolver novas ações de contato direto com potenciais clientes, embora as plataformas digitais se tenham mantido como o canal de promoção mais utilizado.

### **1.6. Atividade Promocional, Comercial e Comunicação**

Enquadrado na sua estratégia comercial, o Porto de Leixões participou nas feiras INTERMODAL SOUTH AMERICA que decorreu entre 15 e 17 de março, em S. Paulo, Brasil e na BREAKBULK EUROPE 2022, realizada de 17 a 19 de maio, em Roterdão, Alemanha.

Na dinamização da relação com clientes e parceiros do setor, o projeto CoLogistics, que terminou em 2022, desempenhou um importante papel no estreitamento de relações com o tecido empresarial e industrial da região. Este projeto promoveu a colaboração transfronteiriça na área dos transportes e logística da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal e teve como objetivo não só promover a atividade logística, mas também fortalecer as capacidades organizacionais e tecnológicas das empresas.

Com o objetivo de estimular o diálogo regular entre as várias entidades, a APDL continuou em 2022 a liderar o grupo de trabalho em que participam os concessionários e a associação de transportadores rodoviários de mercadorias (ANTRAM) para abordar temas específicos relativos ao acesso rodoviário ao porto de Leixões e implementar medidas de melhoria e eficiência que possibilitem a redução de tempos de estadia de camiões na área portuária, criando valor para os diversos *stakeholders*.

Foi ainda assinado, a 21 de setembro, um Memorando de Entendimento para o Aumento da Eficiência Portuária, tendo em conta a necessidade de incremento das empresas diretamente envolvidas na operação. O documento foi subscrito pela APDL, AGEPOR, TCL, ANTRAM, APAT e TCGL. As partes acordaram ainda criar um Grupo de Trabalho com o objetivo de acompanhar a implementação deste memorando.

No dia 14 de dezembro, a APDL assinou a escritura de constituição do Laboratório Colaborativo em Logística (**CoLAB LogIN**) na Guarda. Financiado com 1,3 milhões de euros pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, o CoLAB LogIN, liderado pelo Instituto Politécnico da Guarda, é uma associação de investigação multidisciplinar, que tem por desígnio a promoção e exercício de iniciativas de investigação e desenvolvimento orientadas para o setor da logística.

O ano de 2022 foi o primeiro ano completo de atividade do Titan de Leixões, com abertura ao público todos os fins-de-semana e com visitas de grupos programadas durante a semana. No total, as 562 visitas realizadas ao icónico guindaste permitiram receber aproximadamente 7.900 visitantes. De entre as visitas programadas, destaca-se o interesse registado por parte de grupos corporativos que quiseram conhecer de mais de perto a infraestrutura, de grupos escolares que integraram esta visita no seu programa anual de visitas e de grupos culturais que tiveram a oportunidade de serem recebidos e acompanhados pelo historiador Joel Cleto, responsável pelo projeto “TITAN, o Renascer”.

No que concerne ao Porto de Leixões, a APDL manteve a sua política de abertura da área portuária à comunidade, principalmente aos grupos escolares e universitários, numa tentativa de demonstrar a importância do porto na dinamização da economia nacional e tentando desenvolver o interesse pelo setor portuário nos mais novos. Apesar de 2022 não ter sido ainda um ano de normalização nos programas escolares de visitas de estudo, foi possível organizar 66 visitas de estudo, com cerca de 3.000 alunos dos mais diversificados ciclos de ensino, destacando-se principalmente os grupos escolares do ensino secundário, das escolas profissionais e grupos de estudantes de universidades europeias. Esta abertura permitiu assim uma aposta em ações pedagógicas junto das camadas mais jovens, para valorizar a importância de uma infraestrutura portuária dinâmica e economicamente sustentável.

A 14.<sup>a</sup> edição do Dia do Porto de Leixões, celebrado dia 18 de setembro, decorreu com grande sucesso, ao receber cerca de 20 mil visitantes.

A comemoração do Dia do Porto de Leixões 2022, contou com muita animação: malabaristas e animadores, concertos, peças infantis, espetáculos de dança, insufláveis, workshops, a exposição de fotografia “Sentir mais do que um Porto”, culminando com o grande concerto de Bárbara Bandeira, que fez as delícias de crianças e adultos.

O CIIMAR (Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental), cujas instalações se encontram no Terminal de Cruzeiros, esteve também de portas abertas e foram muitos os curiosos que quiseram conhecer as instalações científicas e as demonstrações relacionadas com as ciências do meio aquático.

Como é já habitual, celebrou-se o Prémio APDL que distingue os melhores alunos do Ensino Secundário e Profissional do concelho de Matosinhos.

Em 2022, o Porto de Viana do Castelo registou um aumento de 8,56% de toneladas movimentadas face a 2021. Estes resultados positivos evidenciam a importância do Porto de Viana do Castelo e dos atores económicos que o utilizam, confirmando o papel fundamental da infraestrutura portuária no desenvolvimento económico da região. De destacar os novos serviços que muito contribuíram para o crescimento do movimento do porto de Viana, em particular a exportação de embarcações para a Suécia e Noruega oriundas de uma empresa localizada na proximidade do porto, bem como a implementação de um novo serviço totalmente dedicado à carga RO-RO.

O Porto de Viana do Castelo tem demonstrado capacidade para dar resposta às demandas no âmbito das energias renováveis, como é disso exemplo o suporte à maior indústria nacional de fabrico de geradores de energia eólica, a Enercon, e a um dos maiores parques eólicos flutuantes da Europa, a WindFloat, e, mais recentemente, a instalação de uma empresa tecnológica para o desenvolvimento de protótipos de conversores de energia das ondas, a CorPower Ocean.

O Grupo de Promoção do Porto de Viana do Castelo, constituído pela APDL, parceiros de negócio e Comunidade Portuária de Viana do Castelo, constitui um grupo de trabalho que tem como missão e objetivo a definição da estratégia e do plano de ação para a divulgação e promoção do Porto de Viana do Castelo no panorama nacional e internacional. Este grupo reuniu periodicamente, o que permitiu repensar a abordagem

comercial, contribuindo para a definição e articulação de medidas para assegurar a promoção e divulgação do porto no contexto pandémico.

Nos dias 14 e 15 de outubro, celebrou-se o Dia do Porto de Viana do Castelo, data em que a infraestrutura portuária abre as suas portas, com a realização de várias atividades culturais e lúdicas, especialmente dedicadas a toda a comunidade.

A iniciativa "2 DIAS, 2 PORTOS", promovida pela APLOG - Associação Portuguesa de Logística (APLOG - Associação Portuguesa de Logística), em parceria com a APDL, decorreu entre os dias 7 e 8 de abril, nos portos de Leixões e de Viana do Castelo.

Nos dias 4 e 5 de maio, decorreu, no Porto de Viana do Castelo o simulacro "ATLANTIC POLEX.PT 2022", o qual se caracteriza por ser um exercício anual de resposta a incidentes de poluição do meio marinho, que pretende testar o plano nacional de contingência contra incidentes de poluição nos diferentes tipos de cenários passíveis de ocorrer um incidente: no mar (offshore), no porto, em marinas e na praia. O exercício, organizado pela Direção de Combate à Poluição do Mar, da Autoridade Marítima Nacional, conta com o apoio e intervenção da APDL.

O Porto de Viana do Castelo acolheu, entre os dias 8 e 10 de junho, a Caravela Vera Cruz, no âmbito do cruzeiro inaugural do "Caminho Marítimo de Santiago em Portugal". Durante a sua passagem por Viana do Castelo, a Caravela esteve acostada na doca comercial junto ao Navio Gil Eannes, com cerca de 20 embarcações de recreio que participaram nesta "peregrinação marítima", tendo estado, num dos dias, aberta a visitas gratuitas das escolas e do público em geral.

Em 26 de outubro, o Porto de Viana do Castelo recebeu a visita de uma comitiva de médicos internos de saúde pública, do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto. Esta visita foi realizada no âmbito da Unidade Curricular de Sanidade Internacional, do Curso de Especialização em Saúde Pública, do referido Instituto, com uma apresentação do Porto de Viana e suas valências, seguindo-se uma visita à área portuária. Para a APDL, esta visita representou um complemento à formação teórica destes médicos internos em sanidade marítima, promovendo a cooperação e colaboração entre instituições.

No que respeita à Comunicação Interna, no decorrer de 2022, foram divulgadas **440 notícias** no portal interno da APDL, visando a divulgação de notícias e informações para os Colaboradores da APDL. Este portal agrega as notícias da atualidade da APDL, reunindo a comunicação interna das várias unidades orgânicas; acesso direto aos diversos portais e plataformas da APDL: portal do Colaborador, site, redes sociais; Calendário de eventos; Informações importantes para os Colaboradores.

Na Comunicação Externa e na ligação com os órgãos de comunicação social, foram divulgados 54 comunicados de imprensa e enviados mais de 20 esclarecimentos em diferentes assuntos de agenda. Nesta área foram ainda realizados cerca de onze trabalhos editoriais em forma de entrevistas, artigos de opinião e reportagens televisivas.

Durante o ano 2022 a comunicação digital nas redes sociais, onde a APDL tem uma presença ativa no Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e LinkedIn traduziu a comunicação com *stakeholders* da APDL. A APDL registou um alcance superior a 1,6

milhão de pessoas com as publicações do Facebook, sendo esta rede social com maior expressão, onde o número de seguidores do Porto de Leixões passou de 28.500 para 30.148.

Ao nível da comunicação com o exterior foram tratadas e respondidas a 34 reclamações, com incidência em questões de ruído, de manutenções de cais na via navegável ou na área dominial e questões operacionais nas unidades de negócio.

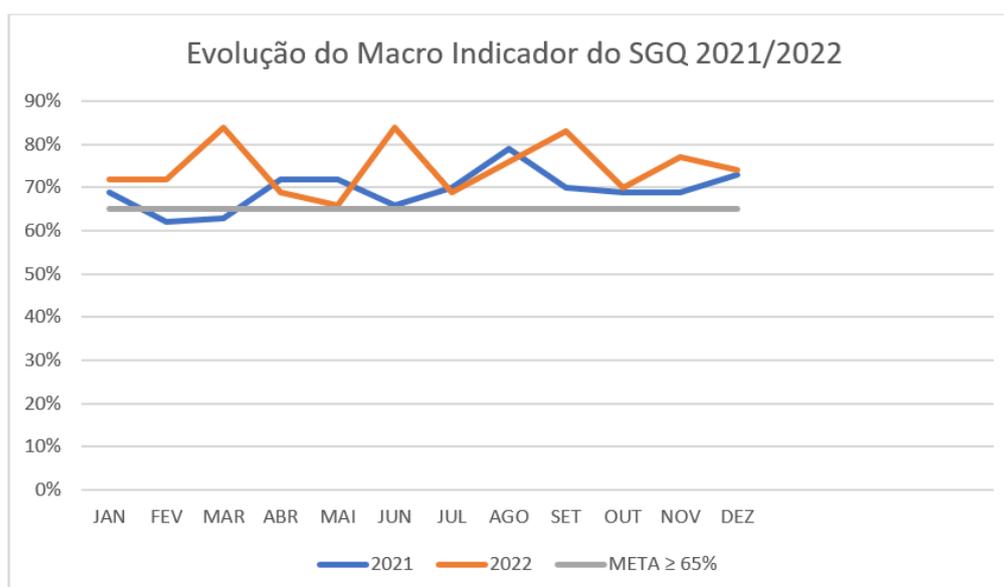
## 1.7. Certificação da Qualidade e Gestão de Riscos

### Certificação da Qualidade

Em 2022, a entidade certificadora Lloyd's Register verificou o cumprimento do SGQ da empresa de acordo com os requisitos estabelecidos na Norma ISO 9001:2015, norma esta pela qual a APDL (em todas as suas unidades de negócio) está certificada. A entidade certificadora confirmou, durante a auditoria de renovação da certificação, que o sistema se mantém eficazmente implantado na organização, contribuindo para a respetiva melhoria contínua, renovando assim a sua Certificação.

Este sistema é estruturado tendo em conta a Política da Qualidade da Empresa, alinhada com o planeamento estratégico e prosseguindo os princípios consagrados pela gestão por processos, comprometimento da gestão de topo, auditorias e a melhoria contínua.

Relativamente à performance/análise comparativa ao Macro Indicador do Processo “Planeamento de Gestão - Cumprimento dos objetivos dos processos”, registada no biénio 2021/2022, pode-se aferir que o ano de 2022 foi melhor que o ano anterior, não apresentando qualquer resultado negativo no cumprimento das metas do SGQ. Neste sentido, a meta foi alcançada nos 12 meses do ano.



## **Implementação do Sistema de Gestão da Segurança da Cadeia de Abastecimento no Porto de Leixões com vista à certificação**

O Porto de Leixões foi o primeiro porto português a obter a Certificação na norma ISO 28000 – Segurança da Cadeia de Abastecimento, em 5 de janeiro de 2023, tendo implementado o seu sistema de gestão durante o ano de 2022 e realizado as respetivas auditorias de certificação nesse mesmo ano. Esta implementação foi realizada ao abrigo da candidatura GISAMP e de acordo com as normas do Fundo Azul. A obtenção da certificação demonstra o compromisso do Porto de Leixões com a qualidade e a segurança nas operações realizadas, visando a contínua satisfação dos seus clientes, reforçando a imagem institucional e acompanhamento do mercado em permanente mudança. A implementação da norma ISO 28000 – Segurança da Cadeia de Abastecimento tem como objetivo primordial estabelecer, implementar e melhorar os níveis de segurança e proteção nas operações, melhorar as condições de segurança na cadeia logística, garantir as competências necessárias para o desempenho das funções operacionais, assegurar a conformidade com a política de segurança estabelecida e demonstrar essa conformidade em relação a terceiros, através de uma adequada e eficaz gestão dos riscos de segurança. O SG SCA (Sistema de Gestão de Segurança da Cadeia de Abastecimento) é composto por processos sistémicos, na área da prestação dos seus serviços Core Marítimo/Portuários, e em áreas que permitem à gestão, e corrigir os desvios face à linha de rumo traçada.

### **Plano de Gestão de Riscos - projeto MAR**

A Gestão do Risco empresarial, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (conhecido na APDL por projeto MAR – Modelo de Avaliação de Riscos) segue as melhores práticas, modelos e frameworks de gestão de risco internacionalmente aceites, entre os quais se encontram as metodologias da norma ISO 31000:2018, o “COSO II - Integrated framework for Enterprise Risk Management”.

O plano de prevenção do risco está disponível em:

[http://www.apdl.pt/pt\\_PT/gestao-de-risco](http://www.apdl.pt/pt_PT/gestao-de-risco).

O ano de 2022 foi um ano de avaliação de novas áreas de negócio (tais como os terminais ferroviários de mercadorias) e de revisão da estrutura orgânica. O Comité de Gestão do Risco realizou 6 reuniões no ano de 2022. Foi também realizada a avaliação dos riscos decorrentes da implementação do Sistema de Gestão de Segurança da Cadeia de Abastecimento, bem como a integração de uma nova vertente metodológica de gestão do risco de segurança ferroviária, de acordo com legislação própria.

No que concerne ao Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e respetiva documentação técnica, este cumpre com as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção.

Neste âmbito, a APDL aplica os normativos internos de Ética Empresarial que estão disponíveis em:

<http://www.apdl.pt/etica-empresarial>

Os normativos são compostos pelos seguintes documentos:

- Código de Ética e de Conduta

- Código de Conduta para o Tratamento de Dados Pessoais
- Regulamento da Comissão de Ética e de Conduta
- Regulamento de Comunicação de Irregularidades

Está disponível um Canal de Comunicação de Irregularidades em:

[http://www.apdl.pt/pt\\_PT/comunicacao-de-irregularidades1](http://www.apdl.pt/pt_PT/comunicacao-de-irregularidades1)

## 2. Recursos Humanos

As políticas de Recursos Humanos têm como objetivo principal apoiar a realização das metas e objetivos estratégicos da empresa, através da promoção do desenvolvimento de competências dos colaboradores e das equipas, bem como da criação de uma cultura de motivação e envolvimento. Além disso, as políticas de Recursos Humanos são responsáveis por garantir boas condições de trabalho, incluindo remunerações e benefícios justos, e por promover a segurança, saúde e bem-estar social dos colaboradores.

A empresa considera que, no contexto atual, alternativas ao trabalho totalmente presencial são viáveis e podem trazer benefícios quer para a empresa quer para o colaborador.

Para se aferir a perceção de todos sobre esta matéria a DRH procedeu, em finais de 2021, à realização de um questionário a todos os colaboradores, que mostrou que a maioria prefere a modalidade de trabalho híbrido. Sendo esta a modalidade que combina parte dos dias da semana na empresa e outros fora dela.

Em consequência implementou a modalidade de trabalho híbrido, um regime de alternância entre presencial e não presencial, permitindo que os colaboradores fiquem em teletrabalho até quatro dias por mês.

Para a APDL o capital humano continuará a ser uma prioridade estratégica, alicerçada na promoção de ações de capacitação ao nível das competências técnicas e comportamentais para promover o desenvolvimento dos colaboradores e a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho.

### 2.1. Quadro de Pessoal

Em 2022 o quadro de pessoal da APDL foi reforçado com 8 colaboradores, de acordo com o estabelecido nos Despachos n.ºs 278/2020-SET, de 8 de junho, 53/SEAC/2021, de 22 de junho, e 442/2021 –SET, de 27 de maio, em substituição de saídas por aposentações/reformas, efetivadas ou a acontecer, por óbitos, cessação de contrato de colaboradores.

	2022
<b>Saídas</b>	<b>9</b>
Cessação do contrato	1
Aposenta�o/reforma	4
Falecimento	3
Licença sem vencimento	1
<b>Entradas</b>	<b>8</b>
Contrata�o sem termo	8

Como resultado do movimento de saídas e de entradas de colaboradores, o quadro de pessoal apresenta uma diminuição de 1 colaborador (menos 0,36% relativamente ao ano anterior), totalizando 275 colaboradores.

QUADRO DE PESSOAL (por unidade de negócio)	2022	2021	Δ %
<b>N.º de ativos</b>	275	276	-0,36%
Leixões	234	231	1,30%
Viana do Castelo	29	32	-9,38%
Via Navegável do Douro	12	13	-7,69%

*Ativos – Totalidade dos recursos humanos disponíveis, não incluindo ROC (1 elemento), Conselho Fiscal (3 elementos) e Assembleia-geral (2 elementos)*

A contratação de novos colaboradores incidiu principalmente nas áreas operacionais (marítima-portuária). Este ano destaca-se a contratação, pela primeira vez, de mulher para o setor da pilotagem. A diminuição dos Contratos de Cedência de interesse público deveu-se ao processo de integração dos colaboradores da VND nos quadros da APDL.

QUADRO DE PESSOAL (em 31 de dezembro)	2022	2021	Δ %
<b>Total</b>	<b>275</b>	<b>276</b>	-0,36%
H	183	184	-0,54%
M	92	92	0,00%
<b>Tipo de vínculo</b>	275	276	-0,36%
Permanente	228	221	3,17%
Comissão de serviço	38	37	2,70%
Cedência de interesse público	9	18	-50,00%

Aproximadamente metade dos colaboradores possuem formação de nível superior, como resultado do investimento em quadros cada vez mais qualificados e dos incentivos à autoformação dos colaboradores.

NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	2022	2021	Δ %
Ensino básico	59	62	-4,84%
H	52	55	
M	7	7	
Ensino secundário	61	66	-7,58%
H	37	38	
M	24	28	
Ensino superior politécnico	10	11	-9,09%
H	7	8	
M	3	3	
Ensino superior universitário	145	137	5,84%
H	88	83	
M	57	54	

Nas unidades de negócio da empresa, em especial nos portos de Leixões e Viana do Castelo, há uma forte presença do trabalho operacional relacionado com a movimentação de navios, com profissões como Piloto, Mestre de Tráfego Local, Motorista Marítimo e Marinheiro.

Devido à falta de oferta de trabalho para profissionais mulheres com cédula de trabalhador marítimo, essa área apresenta uma grande predominância do género masculino no quadro de pessoal da empresa. No entanto, ao analisar as outras áreas da empresa, é possível verificar um equilíbrio quase paritário de género, como demonstrado no quadro seguinte.

<b>ATIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Δ %</b>
Operações portuárias, segurança e ambiente	121	121	0,00%
H	105	106	
M	16	15	
Obras e infraestruturas	36	38	-5,26%
H	28	28	
M	8	10	
Logística e informática	25	26	-3,85%
H	16	17	
M	9	9	
Comercial e gestão domínio público	21	23	-8,70%
H	9	10	
M	12	13	
Gestão e serviços de apoio	72	68	5,88%
H	25	23	
M	47	45	
<b>Total</b>	<b>275</b>	<b>276</b>	<b>-0,36%</b>
<b>H</b>	<b>183</b>	<b>184</b>	
<b>M</b>	<b>92</b>	<b>92</b>	

Para garantir a plena operacionalidade dos serviços, é necessário que todos os colaboradores dos serviços marítimos (Operações Marítimo-Portuárias e de Segurança da Navegação, incluindo os serviços de Pilotagem e Vessel Traffic Services) trabalhem em regimes de turno e/ou IHT. Além disso, os serviços de direção, apoio técnico e sistemas de informação das unidades de negócio do Porto de Viana do Castelo e VND estão centralizados em Leixões, o que garante maior disponibilidade para dar suporte às três unidades de negócio. Como resultado, muitos colaboradores dessas áreas estão integrados no regime de isenção de horário de trabalho, o que explica o elevado número de colaboradores nesse regime.

REGIME DE TRABALHO	2022	2021	Δ %
Horário normal fixo	49	46	6,52%
Horário de turno	19	19	0,00%
Isenção de horário de trabalho	207	211	-1,90%

A taxa de absentismo, apesar de se manter baixa, sofreu um aumento de 0,38 pontos percentuais devido, sobretudo, às ausências por acidente de trabalho e doença natural e outras ausências justificadas.

	2022	2021	Δ (p.p.)
Taxa de absentismo	4,35%	3,97%	0,38

(Total de horas ausência/potencial máximo trabalho\*100)

ABSENTISMO	Género	2022	2021	Δ %
		(dias)	(dias)	
Ausências	Masculino	1 602	1 436	11,61%
	Feminino	817	767	6,58%
Total		2 420	2 203	9,86%

AUSÊNCIAS (em dias de trabalho)	2022	2021	Δ %
Acidente de Trabalho	274	232	18,10%
Por doença não profissional	1 135	1 357	-16,36%
Por assistência inadiável a filho, neto ou agregado familiar	97	6	1516,67%
Maternidade/Paternidade	231	322	-28,21%
Outras ausências justificadas	683	286	138,82%
Ausências injustificadas	-	-	-
Total	2 420	2 203	9,86%

## 2.2. Estrutura dos Gastos com o pessoal

O aumento de gastos com o pessoal resulta, essencialmente, das contratações de pessoal concretizadas em 2022 e das normais valorizações remuneratórias resultantes das progressões nas carreiras profissionais de acordo com os Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho, designadamente, o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

Unid.: euros

GASTOS COM O PESSOAL	2022	2021	Δ %
<b>APDL</b>	16 475 122	16 361 685	0,69%
Porto de Leixões	14 288 245	14 089 288	1,41%
Porto de Viana do Castelo	1 627 168	1 690 357	-3,74%
Via Navegável do Douro	559 708	582 040	-3,84%

	2022	2021	Δ %
Massa salarial	12 648 887	12 745 202	-0,76%

A massa salarial agrega a totalidade das rubricas remuneratórias dos trabalhadores e dos membros dos órgãos sociais.

### **2.3. Responsabilidade Social Corporativa**

A APDL tem uma Política Responsabilidade Social Corporativa formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração que estabelece os princípios e os compromissos da atuação da empresa na sociedade tendo em conta, o interesse público inerente à sua atividade, os impactos das suas decisões e atividades na comunidade e os interesses e necessidades dos seus principais stakeholders em matérias de responsabilidade social.

Esta política estabelece as orientações para responder às necessidades da empresa e das principais partes interessadas relativamente aos seguintes aspetos:

- Boas práticas laborais – através de condições de trabalho dignas e justas na organização do trabalho, por práticas de segurança de trabalho adequadas a cada local, pela procura de uma maior conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar e pela promoção da igualdade e não discriminação no trabalho, de forma a responder aos objetivos da empresa e às necessidades das suas partes interessadas mais significativas.
- Apoio profissional e desenvolvimento pessoal – através de ações de formação profissional e valorização pessoal e apoio aos estudos, que promovam a obtenção de melhores competências escolares, profissionais e pessoais dos que colaboram com a empresa.
- Serviços e benefícios – através de apoio económico e disponibilização e facilitação de acesso a serviços que promovem a saúde, bem-estar e maior qualidade de vida dos que desenvolvem a sua atividade na empresa e também da comunidade envolvente.

Paralelamente à Política, a APDL tem um Plano de Responsabilidade Social Corporativa, que é um instrumento de gestão de Recursos Humanos, de periodicidade anual, que reúne um conjunto de iniciativas destinadas a estimular o crescimento pessoal e profissional dos colaboradores, promovendo ainda a segurança, saúde e qualidade de vida das partes interessadas da empresa e promovendo ainda o envolvimento com a comunidade em ações de carácter social.

Este plano tem três eixos de atuação: desenvolvimento organizacional, motivação e capacitação dos colaboradores e envolvimento com a comunidade.

Destacam-se as principais iniciativas realizadas em 2022:

- Implementação da modalidade de trabalho híbrido, regime de alternância entre presencial e não presencial, permitindo que os colaboradores fiquem em teletrabalho até 4 dias por mês.
- A implementação de horário flexível e ajustado às necessidades é efetuada de acordo com pedido específico e devidamente fundamentado, dos colaboradores/as que necessitem de ajustar o horário de trabalho com necessidades específicas da vida pessoal ou do agregado familiar.

- Team Building, uma ação que envolve todos os colaboradores da empresa destinada a reforçar o espírito de equipa e o relacionamento interpessoal.
- Prémio carreira – a atribuição deste prémio tem como objetivo promover o reconhecimento público de percursos profissionais dos colaboradores que ao longo de 25, 30, 40, 45 ou 50 anos de dedicação à empresa, contribuíram com competência, disponibilidade e lealdade para o sucesso da APDL.
- Comemoração do Dia da Mulher, dia do livro e dia mundial para a segurança e saúde no trabalho, com o objetivo de incentivar a tomada de consciência sobre a relevância e o simbolismo dos dias a comemorar e proporcionar momentos de confraternização.
- Iniciativas de Natal para colaboradores/as e famílias, que incluem distribuição de lembranças e espetáculos natalícios.
- Envolvimento com a comunidade, a empresa desenvolve várias iniciativas com e para a comunidade, podendo ser consultadas no site da empresa: Envolvimento com a Comunidade (apdl.pt)

Ao nível do bem-estar e saúde, são proporcionados aos colaboradores/as, um conjunto de benefícios que se destinam a promover uma melhor qualidade de vida e saúde, para os próprios e para as suas famílias, de que se destacam:

- Seguro de doença de grupo como um sistema complementar de proteção na doença para os trabalhadores não beneficiários da ADSE;
- APDL Saúde – disponibiliza a todos os colaboradores e aposentados, e respetivos familiares diretos, um serviço de consultas clínicas e enfermagem, sendo o custo dos serviços prestados pago pelos interessados. APDL Saúde
- Ao nível da medicina no trabalho, realizam-se exames médicos anuais, a todos os colaboradores da empresa, onde se incluem marcadores clínicos abrangentes de despiste de doenças como o cancro do colon, da próstata, da mama e dos pulmões e, ainda, um plano anual de vacinação contra a gripe.

São ainda promovidas várias ações de sensibilização para as questões da saúde e prevenção da doença, assinalando-se vários dias nacionais de doenças crónicas, com a divulgação de informações úteis sobre essas doenças e, ainda, pela realização de rastreios gratuitos, nomeadamente, visão e sono.

#### **2.4. Saúde Ocupacional**

Atenta a política de segurança e saúde no trabalho e considerando os números apresentados nos quadros seguintes, regista-se uma diminuição no número de acidentes de trabalho (6 acidentes em relação aos 7 do ano anterior) mantendo-se baixos índices de sinistralidade, apesar das atividades de elevado risco profissional, designadamente no setor das operações marítimas e pilotagem.

ACIDENTES DE TRABALHO	2022	2021
Índice de frequência	6,60	15,62

*Nota: Quantifica o n.º de acidentes com baixa por cada milhão de horas de trabalho de exposição ao risco*

ÍNDICE DE GRAVIDADE	2022	2021
Índice de gravidade	0,61	1,02

*Nota: Quantifica o n.º de dias perdidos por cada mil horas de trabalho de exposição ao risco*

Dos acidentes ocorridos em 2022, até ao momento, nenhum resultou em fixação de qualquer grau de incapacidade permanente.

SINISTRALIDADE	2022	2021	Δ %
Com incapacidade temporária	3	7	-57,1%
Sem incapacidade	3		100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>-14,3%</b>

Uma outra valência do serviço de saúde ocupacional diz respeito à prevenção da doença, com a realização dos exames de saúde, de periodicidade anual, aos colaboradores.

EXAMES DE SAÚDE	2022	2021	Δ %
Exames periódicos obrigatórios	256	255	0,4%
Exames de admissão e ocasionais	19	25	-24,0%

## 2.5. Formação

A atividade formativa desenvolvida pela empresa através do seu Centro de Formação assume três áreas de atuação distintas:

- Continuidade da aposta na formação e valorização profissional dos colaboradores da empresa através de ações de formação desenhadas e desenvolvidas com o objetivo de contribuir para uma permanente atualização das suas competências técnicas e motivação profissional, essenciais à melhoria da eficiência de todos os serviços.
- Conceção, planeamento e execução de serviços de formação dirigidos aos concessionários, empresas, portos e demais *stakeholders* das unidades de negócio – Leixões, Viana do Castelo e Via Navegável do Douro.
- Promoção e rentabilização de espaços disponíveis.

### 2.5.1. Formação de colaboradores

No que se refere à formação de colaboradores é de destacar:

	Ações externas			Ações internas			Total		
	2022	2021	Δ	2022	2021	Δ	2022	2021	Δ
Formandos (nº)	84	100	-16,0%	210	326	-35,6%	294	426	-31,0%
Horas de formação*	3 094,5	4 661,0	-33,6%	211,5	220,0	-3,9%	3 306,0	4 881,0	-32,3%
Volume de Formação**	4 464	7 020	-36,4%	1 603	1 612	-0,6%	6 067	8 632	-29,7%

\*Inclui situações de autoformação

\*\*Volume de Formação: N.º de horas de formação assistidas X Número de formandos

Em 2022, verificou-se uma diminuição dos indicadores, especialmente no que se refere às ações externas. Esta diminuição, tanto no número de horas como no volume de formação, justifica-se pela diminuição dos projetos de autoformação.

No âmbito da Formação Interna, (realizada no Centro de Formação ou noutra local, sendo a APDL a entidade formadora) destaca-se uma diminuição de participantes, mantendo-se praticamente iguais volume e horas de formação.

Embora estes indicadores se refiram a colaboradores da APDL, importa referir que, muitas das ações de formação tiveram a participação de formandos externos e outras (aqui não incluídas) foram concretizadas em exclusivo para empresas do exterior. Ou seja, esta diminuição de formandos não representa menor atividade do Centro de Formação, mas sim a participação de destinatários mais diversificados, o que é muito positivo para experiências de networking.

TAXA DE FORMAÇÃO	2022	2021	Δ
Taxa de Formação *	0,73%	1,08%	-32,63%

\* Taxa de Formação = Acumulado Número de Horas de Formação/Acumulado Número de Horas Trabalháveis

### 2.5.2. Formação a terceiros

A atividade relacionada com participantes externos, sejam eles indicados por empresas ou os que se inscreveram particularmente, foi diversificada e materializou-se tanto em inscrições avulsas nos cursos promovidos por iniciativa do Centro de Formação, como nos cursos desenhados “à medida”. Destacam-se os clientes abaixo:

- GPL - Empresa de Trabalho Temporário do Douro e Leixões
- Instituto Portuário e Marítimo de Angola
- Douro Azul
- Douro Heritage
- Douro Legend
- Mystic Golden River
- FOR-MAR
- Petrogal
- PSA Sines
- Labor Sines
- Silos de Leixões
- ICC Navegação

De realçar que alguns dos clientes acima estão já a dar continuidade aos projetos durante o ano de 2023, facto que constitui por si, um indicador muito positivo de satisfação.

### **2.5.3. Alugueres e disponibilização de instalações**

Para além do apoio e disponibilização de instalações às unidades orgânicas da APDL, o Centro de Formação promove os seus espaços, com vista ao aluguer de salas e Auditório José Lima Torres.

### **3. Abordagem à Sustentabilidade Ambiental**

A APDL é uma organização empenhada na prossecução de políticas sociais e ambientais que fomentem uma melhor qualidade de vida dos seus colaboradores e da comunidade envolvente, promovendo um desenvolvimento que, tendo como objetivo a competitividade da empresa, não comprometa as necessidades das gerações futuras.

Neste âmbito, as intervenções sociais e ambientais levadas a cabo constituem um conjunto de iniciativas que se inserem num quadro mais vasto de uma atuação social, ambiental e economicamente responsável, que a APDL sempre preconizou e praticou, consolidando o empenho da empresa em prosseguir um desenvolvimento sustentável da sua atividade. Sendo estas matérias tratadas detalhadamente nos Relatórios de Sustentabilidade, que podem ser consultados no site da empresa, em: <https://www.apdl.pt/relatorio-de-sustentabilidade>.

#### **3.1. Política de Sustentabilidade**

A APDL tem uma Política de Sustentabilidade formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração, na qual a empresa assume que nas decisões que toma tem em consideração a comunidade onde se insere e o ambiente onde opera, integrando, voluntariamente, preocupações sociais e ambientais nas suas atividades económicas e na interação com todas as partes interessadas.

A nossa Política de Sustentabilidade assenta no reconhecimento de três princípios fundamentais:

- A sustentabilidade contribui para um negócio mais duradouro, permitindo distribuir mais valor pelo acionista, colaboradores e colaboradoras, concessionários, empresas fornecedoras de bens e serviços e comunidade local.
- Um futuro mais sustentável da empresa começa no presente.
- A APDL quer ser um ator ativo na promoção de boas práticas na cadeia de valor portuária.

Os compromissos gerais inscritos na nossa Política de Sustentabilidade, para o alcance de uma gestão sustentável, são:

- minimizar os impactos negativos da atividade e implementação de boas práticas na gestão dos recursos;
- garantir a segurança das pessoas e das operações;
- criar valor e envolver os parceiros de negócio nos compromissos com a sustentabilidade;
- otimizar o contributo da empresa para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas que nela trabalham;
- promover a responsabilidade social corporativa e a interação com as comunidades locais.

Cada um destes compromissos gerais tem um conjunto de compromissos específicos, associados, que constituem a forma prática de os alcançar. Poderão ser consultados, na sua totalidade, no website da empresa:

<https://www.apdl.pt/politica-de-sustentabilidade>

### **3.2. Subscrição da plataforma “Ship Review” da Scope**

A APDL subscreve a plataforma Ship Review que disponibiliza uma base de dados com mais de 70 mil navios e permite medir a evolução da sustentabilidade do setor de frete marítimo, à medida que os proprietários e operadores de navios enfrentam uma pressão crescente para atender às regulamentações ambientais mais rígidas e às metas climáticas de 2050.

Os principais componentes desta plataforma são:

- **Análise Ambiental do Navio:** mede emissões no ar, emissões marítimas, emissões através da descarga de lixo e impacto das emissões para as pessoas a bordo e em terra
- **Análise de sustentabilidade do navio:** mede a adoção dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas de um navio específico
- **Análise de Confiabilidade do Navio:** mede deficiências e detenções técnicas e relacionadas à tripulação e, portanto, a disponibilidade de uma embarcação
- **Análise da condição do navio (anunciado como a disponibilizar em breve):** medirá a condição de um navio, ou seja, status de manutenção de componentes técnicos, padrão de qualidade de reforma, extensão do trabalho durante a doca seca.
- **Funcionalidade de avaliação de portfólio:** painéis dedicados para proprietários/gestores de navios, autoridades portuárias, empresas de logística, empresas financeiras, etc.

Para a APDL, esta plataforma, permite identificar operadores de transporte verdes para garantir portos e cidades mais limpas. Além das valências de “sustentabilidade” as informações disponibilizadas poderão ser úteis para futura discriminação positiva de tarifas e controlo de emissões na cadeia de abastecimento. A aquisição da referida plataforma permitirá a criação de APIs que importem de forma simples alguns dos indicadores/dados mais relevantes para a Base de Dados da APDL.

### **3.3. Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental pela ISO 14001:2015**

A APDL iniciou a implementação de um sistema de Gestão Ambiental segundo a ISO 14001:2015. Com a implementação deste sistema a APDL pretende não só alinhar a gestão dos seus aspetos ambientais com este referencial internacional numa perspetiva de melhoria contínua, mas também facilitar a futura adesão ao PERS (Port Environmental Review System) passando a fazer parte da rede de Eco-portos.

### **3.4. Protocolo para fornecimento de Biocombustíveis**

A APDL e a Prio Supply, SA assinaram um protocolo de colaboração, no âmbito de um projeto de carácter inovador e que consiste na utilização de Ecobunkers (combustíveis ecológicos) em embarcações que operam e que servem de apoio ao porto, como os rebocadores e as lanchas dos pilotos, promovendo o início de uma caminhada para um porto ecologicamente mais amigável, acelerando o interesse do setor em opções mais sustentáveis.

A APDL definiu no âmbito do seu roteiro de transição energética com vista à neutralidade carbónica até 2035, ações que reduzirão o impacto ambiental que a atividade portuária tem no meio urbano onde o porto se integra uma das quais através da substituição do combustível de origem fóssil por combustível com incorporação de biocombustível, produzidos a partir de resíduos, contribuindo para a redução das emissões de CO<sub>2</sub> da sua frota naval.

A APDL possui uma frota naval da qual uma parte relevante já possui motores compatíveis com a utilização de Ecobunkers (gasóleo com 20% de biodiesel – B20). Com este combustível a APDL vai conseguir reduzir em 20% a pegada associada às suas embarcações, concretizando mais um desígnio do Roteiro para a descarbonização e transição energética do Porto de Leixões”.

### **3.5. Produção fotovoltaica em regime de autoconsumo com uma potência de 1 MW fotovoltaico**

A APDL preparou o procedimento, designadamente o respetivo Caderno de Encargos, que estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas a incluir no contrato a celebrar para a fornecimento e montagem de sistemas de produção de energia elétrica, por painéis fotovoltaicos a instalar em coberturas de edifícios e sobre estruturas de sombreamento em parques de estacionamento, para funcionamento em regime de autoconsumo. Com o referido procedimento pretende-se instalar equipamentos para produção fotovoltaica em regime de autoconsumo com uma potência de 1 MW fotovoltaico na envolvente dos edifícios administrativos (coberturas e parque de estacionamento) da APDL em Leça da Palmeira que garanta uma vida útil de 25 anos.

### **3.6. Nova Subestação de Alta Tensão e Upgrade da Rede de Média Tensão**

Dando continuidade ao seu compromisso com a sociedade, com o meio ambiente e emergência climática, a APDL, em alinhamento com as diretrizes definidas no Green Deal, a implementação de um sistema OPS (Onshore Power Supply) no Porto de Leixões vai de encontro a esta ambição, permitindo o fornecimento de eletricidade aos navios atracados, eliminando as emissões geradas durante a sua estadia, contribuindo para o alcance da neutralidade climática do porto.

Por esta via, de modo a assegurar o sucesso da sua implementação será imprescindível considerar uma série de ações-chave, das quais se destacam as seguintes:

- Construção de uma nova Subestação de Alta Tensão no Porto de Leixões

Um dos principais aspetos a ter em consideração na implementação de qualquer sistema OPS é a disponibilidade de energia elétrica no ponto de fornecimento ou de ligação, sendo essencial possuir capacidade de resposta à procura de eletricidade esperada dos navios. Por esta razão, e face à necessidade de aumentar a capacidade da rede atual de distribuição de energia, está prevista a construção de uma nova Subestação de Alta Tensão, componente essencial para satisfazer os novos abastecimentos previstos a partir do Porto de Leixões.

- Remodelação da atual Rede de Média Tensão

Com a finalidade de fornecer a eletricidade exigida pelas embarcações, após a ligação de alta tensão da subestação existente com a nova subestação portuária, é necessário implantar uma linha subterrânea de média tensão ao longo do porto para a localização das estações transformadoras que serão localizadas nas diferentes docas de destino.

### **3.7. Outros projetos no âmbito do Roteiro de transição energética**

No âmbito do Protocolo com vista à descarbonização dos Portos de Leixões e Viana do Castelo, celebrado entre a APDL e a ANTRAM, para que a adaptação fosse gradual e economicamente sustentável para as frotas existentes, a APDL definiu, em 1 de janeiro de 2021, um período de transição às novas normas de controlo de emissões poluentes para as viaturas já registadas nos respetivos portos, sendo que, para os camiões EURO I e II, os classificados como mais poluentes, este período foi de 24 meses e, para as viaturas EURO III e IV, 36 meses. Findo este período, só será autorizada a circulação a viaturas EURO V e VI, pelo que a partir do dia 1 de janeiro de 2023, está interdita a entrada e a circulação de viaturas Euro I e Euro II nos portos de Leixões e Viana do Castelo. No dia 29 de dezembro, a APDL realizou a apresentação do Autocarro Elétrico Eco-bus e o Batismo dos Rebocadores Dóris e Tétis, numa cerimónia ocorrida na Estação de Passageiros do Porto de Leixões.

Os Rebocadores que integram a renovada frota, caracterizam-se por serem de nova geração, mais ecológicos, com redução dos níveis de emissão de óxidos de azoto em 80%, e o Autocarro Elétrico Eco-bus, à semelhança do já existente Eco-truck, será utilizado diariamente nas operações portuárias, tornando Leixões pioneiro na transição energética, assumindo um compromisso claro com a defesa do ambiente e com a minimização do impacto do porto na envolvente urbana ao nível das emissões.

Destaca-se igualmente o papel do porto de Viana do Castelo no abastecimento de gás natural a navios, que o coloca na vanguarda a nível nacional. Apesar do GNL não ser uma solução de longo prazo no caminho da descarbonização, ele constitui a curto e médio prazo uma “potência firme” em Portugal que, minimiza para já, o facto da energia elétrica de fonte renovável ser intermitente e não estarem ainda suficientemente desenvolvidas tecnologias verdes de abastecimento, alternativas aos combustíveis fósseis.

## 4. Investimento

### 4.1. Principais Investimentos

O investimento executado em 2022 no cluster portuário gerido pela APDL ascendeu a 120 milhões de euros, 129% acima do investimento realizado em 2021. Do valor global, cerca de 97% foi investido no porto de Leixões, 2% na Via Navegável do Douro e 1% no porto de Viana do Castelo.

De notar que, no seguimento da transferência da gestão do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões para a APDL, aprovada em Conselho de Ministros no dia 28 de julho de 2022 e efetivada a partir de fevereiro de 2023, registou-se no ano de 2022 o investimento em cerca de 13 mil euros nesta nova área de negócio da APDL.

#### INVESTIMENTO GLOBAL

Unid: €1000

	2022	2021	2020
Porto de Leixões	117.400	40.962	12.944
Porto de Viana do Castelo	773	8.942	14.344
Via Navegável do Douro	1.855	2.463	1.573
Intermodalidade	13	0	0
<b>Total</b>	<b>120.041</b>	<b>52.367</b>	<b>28.861</b>

De seguida, apresenta-se a realização do investimento por Unidade de Negócio e por Ação, efetuando-se uma breve descrição dos trabalhos realizados em alguns dos investimentos mais relevantes.

### 4.1.1. Porto de Leixões

#### INVESTIMENTO NO PORTO DE LEIXÕES

Unid: Euros

Ações		2022
00	Aumento da capacidade de navegabilidade do porto	869 031
02	Terminal de Cruzeiros	30 816
03	Melhoria das condições Operacionais no TPL	6 464 059
04	Portaria Principal	1 195 903
05	Reconversão de área para carga contentorizada	10 330
06	Estruturação da Plataforma Logística	1 948 969
07	Reabilitação de Espaços e Edifícios	62 122
15	Segurança Marítima e Portuária	3 724 061
17	Gestão Ambiental	39 044
18	Sistema de Informação Geográfica	41 042
19	Portal do Porto de Leixões	363 817
20	Gestão Documental	14 584
21	Portal Interno	25 000
22	Sistema de Informação e Gestão	10 000
23	Gestão Dominial	2 227 298
25	Infraestruturas TIC	537 751
28	Novo Terminal de Contentores	99 638 417
29	Continuidade do Negócio	102 111
30	Formalização da Infoestrutura	18 500
99	Investimento residual e recorrente	76 890
<b>Total Porto de Leixões</b>		<b>117 399 747</b>

No que concerne ao investimento realizado no porto de Leixões durante o ano 2022, salientam-se as seguintes intervenções:

- **Aumento da capacidade de navegabilidade do Porto (Ação 00)**

O investimento realizado no exercício foi, em parte, aplicado em intervenções na Ponte Móvel, que incluíram a substituição de alguns órgãos da ponte, para prevenir a ocorrência de interrupções não previstas no funcionamento desta infraestrutura. Adicionalmente, foi possível concluir a empreitada de substituição do duque d'alba nordeste da Ponte Móvel, que havia sido danificado num acidente que resultou do embate de um navio porta-contentores.

- **Melhoria das condições operacionais do Terminal Petrolero de Leixões (Ação 03)**

Com o intuito de melhorar as condições operacionais do TPL, durante o ano 2022, executou-se um investimento associado no valor de 6,5 milhões de euros. Para este efeito, a maioria do investimento realizado traduziu-se na colocação de Tetrápodes no quebra-mar norte, decorrente da identificação de avarias graves no manto. Com este investimento, será possível suprir as fragilidades identificadas, garantindo de imediato a robustez e longevidade da estrutura.

Adicionalmente, deu-se continuidade ao investimento de 2021 na execução do Novo Viaduto do Terminal Petrolífero de Leixões, decorrente do estado de degradação do viaduto existente.

- **Portaria Principal (Ação 04)**

O investimento realizado em 2022 foi, na sua generalidade, aplicado na implementação de Sistemas de Pesagens no porto de Leixões, pretendendo-se responder, de uma forma eficaz e eficiente, às atuais necessidades, assim como ao expectável crescimento de utilização motivado pelos investimentos em curso relacionados com o aumento de capacidade na movimentação de contentores. Neste seguimento foram igualmente promovidos investimentos no desenvolvimento dos equipamentos informáticos que suportam as atividades desenvolvidas no âmbito do parque de pesagens.

Considerou-se o desenvolvimento de plataforma de BUS-IoT para suportar as atividades desenvolvidas no âmbito da futura portaria e SIP (Sistema Integrado de Pesagens), e as adaptações necessárias para a implementação da JUL (Janela Única Logística).

Foi ainda realizada a instalação de Pórticos OCR de contentores na Ferrovia.

- **Estruturação da Plataforma Logística (Ação 06)**

Durante o ano 2022, o investimento associado à Plataforma Logística foi realizado, essencialmente, na pavimentação das instalações do Lote 9 do Pólo 1 da Plataforma Logística e respetiva infraestruturação, objetivando melhorar as condições desta infraestrutura com vista a dar resposta à crescente necessidade de terraplenos de apoio ao porto para o armazenamento temporário de mercadorias.

Por outro lado, concluiu-se o investimento associado à ampliação do entreposto frigorífico localizado no Lote 3 do Pólo 1 da Plataforma Logística, iniciado em 2021 e com um montante associado de 1,2 milhões de euros, visando dotar esta infraestrutura de uma nova câmara frigorífica, bem como ampliar a zona de receção e expedição, com a inclusão de quatro novos cais, potenciando a melhoria da sua capacidade de resposta.

- **Segurança Marítima e Portuária (Ação 15)**

O investimento em Segurança Marítima e Portuária situou-se em 3,7 milhões de euros, justificado maioritariamente pelo investimento iniciado em 2021 de aquisição dos novos rebocadores com força de tração de 70 toneladas BP, adequados para a operação em docas confinadas, pelas suas reduzidas dimensões, grande capacidade de tração e manobrabilidade. Em sentido complementar, investiu-se na manutenção dos atuais rebocadores.

Durante o primeiro semestre de 2022 procedeu-se igualmente à aquisição de um autocarro elétrico de passageiros e serviços associados, de forma a garantir um serviço de Shuttle portuário em Leixões, permitindo a mobilidade intraportuária com a devida segurança dos funcionários do porto de Leixões.

Ademais, e conforme planeado, foi lançado ao mercado durante o primeiro semestre de 2022 o procedimento para a adjudicação da “Empreitada de Avanço de Todo o Cais Norte da Doca n.º 1 e Alargamento da sua Rampa Ro-Ro”, possibilitando a adjudicação da empreitada durante o primeiro trimestre de 2023. Neste mesmo sentido, o

procedimento para a aquisição de serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da respetiva obra foi igualmente lançado ao mercado durante o primeiro semestre de 2022, com adjudicação prevista para o primeiro trimestre de 2023. De salientar que esta intervenção permitirá ter um cais alinhado, numa extensão, aproximada, de 488 metros, coroamento à cota (+ 6m) ZHL e frente de acostagem com fundos atuais de -10 m ZHL, e no futuro, à cota -12m ZHL. Complementarmente, a rampa Ro-Ro existente será alargada em 14 metros, sendo 7,5metros para norte e 6,5metros para sul. O cais ficará dotado com um caminho de rolamento para pórticos STS (*Ship to Shore*), com bitola de 100 pés (30,48 m). A via do carril do lado de terra, nesta fase, será executada na extensão deixada livre a nascente do edifício da Estação de Passageiros.

- **Gestão Dominial (Ação 23)**

O investimento associado à Gestão Dominial é referente, sobretudo, à Reabilitação do Cais Acostável da Arrábida, no Rio Douro, nomeadamente, no restabelecimento do estado de conservação inicial desta estrutura, garantindo não só a sua estabilidade, assim como a segurança de bens e serviços associados, enquanto assegura o prolongamento do respetivo período de vida útil. O investimento no Cais Acostável da Arrábida teve início no primeiro trimestre de 2022, contando com um montante acumulado de 909 mil euros.

Ainda em termos de Gestão Dominial, a APDL investiu no Terminal de Passageiros no Cais do Cavaco em Vila Nova de Gaia, especificamente, no Estudo Prévio, Projeto de Execução e respetiva Assistência Técnica para as obras marítimas para a adaptação do Cais para Embarcações Marítimo-Turísticas e de Recreio Náutico.

- **Infraestruturas TIC (Ação 25)**

Consequente com a permanente atualização dos sistemas e infraestruturas de informação e comunicação e em resposta aos desafios de desenvolvimento de trabalho remoto colocados pela pandemia Sars-Cov2/COVID-19, que se mantiveram em 2022, a APDL continuou com investimentos nesta área, tendo aplicado o montante de 538 mil euros.

- **Novo Terminal de Leixões (Ação 28)**

No âmbito do Projeto Global associado à construção do Novo Terminal de Contentores, foram concluídos em dezembro de 2022, os trabalhos associados à melhoria das Acessibilidades Marítimas de Leixões. A conclusão desta intervenção capacita o porto de Leixões para a receção de embarcações de maior dimensão, através do aprofundamento do Canal de Entrada para -16,85 metros e da Bacia de Rotação do porto para fundos a -15,5 metros.

Complementarmente, encontram-se ainda em curso os trabalhos associados ao Prolongamento do Quebra-mar em 300 metros que dotará o porto de melhores condições de segurança para a entrada, manobra e acostagem de navios.

O investimento associado à Empreitada “Prolongamento do Quebra-mar e Melhoria das Acessibilidades Marítimas de Leixões” no âmbito do Novo Terminal de Contentores, ascendeu em 2022, a 99,6 milhões de euros.

- **Continuidade do Negócio (Ação 29)**

Dando ênfase à implementação do Projeto de investimento Data Center TIER III, foram executados alguns dos estudos necessários para a respetiva implementação. O processo associado ao projeto irá ficar concluído aquando da receção da carta de certificação TCDD em TIER III pelo *The Uptime Institute*, prevista obter durante o primeiro semestre de 2023.

#### 4.1.2. Porto de Viana do Castelo

##### INVESTIMENTO NO PORTO DE VIANA DO CASTELO

		Unid: Euros
Ações		2022
101	Infraestruturas portuárias	29 620
102	Equipamentos Portuários	20 204
103	Segurança Marítima e Portuária	293 276
107	Espaços e Edifícios	161 776
108	Acessos ao Porto de Viana do Castelo	183 302
121	Infraestruturas e Equipamentos das Marinas	39 553
125	Infraestruturas TIC	44 996
Total Porto de Viana do Castelo		772 727

Em 2022, a APDL investiu na unidade de negócio do porto de Viana do Castelo o montante de 773 mil euros, destacando-se as intervenções realizadas em:

- **Segurança Marítima e Portuária (Ação 103)**

O investimento registado na rubrica Segurança Marítima e Portuária é referente, na sua totalidade, ao fornecimento, montagem e instalação do passadiço flutuante exterior na marina de Viana do Castelo, com reaproveitamento dos maciços de amarração existentes na retenção marginal e da ponte de acesso. As intervenções associadas foram já concluídas, tendo o investimento ascendido a 293 mil euros.

- **Acessos ao Porto de Viana do Castelo (Ação 108)**

O investimento registado em 2022 na melhoria do Acesso Rodoviário ao porto de Viana do Castelo, respeita às regularizações efetuadas entre a APDL e os proprietários privados no âmbito do processo expropriativo das parcelas que foram necessárias adquirir de modo a viabilizar a execução da empreitada.

### 4.1.3. Via Navegável do Douro

#### INVESTIMENTO NA VIA NAVEGÁVEL DO DOURO

Unid: Euros

Ações		2022
201	Melhoria do Canal de Navegação	26 865
202	Infraestruturas Fluviais e Terrestres	1 344 835
203	Operacionalidade e Segurança da VND	419 903
209	DIWW 2020	45 425
217	Gestão Ambiental	17 888
Total Via Navegável do Douro		1 854 916

Na Via Navegável do Douro, investiu-se durante o ano de 2022 cerca de 1,85 milhões de euros, destacando-se o seguinte:

- **Infraestruturas Fluviais e Terrestres (Ação 202)**

- Porto de Lamego – foi realizada uma intervenção no valor de 431 mil euros, no âmbito da disponibilização de Infraestruturas Elétricas, que, entre outras aplicações, permitem o carregamento de um empilhador elétrico;
- Cais da Junqueira – o investimento planeado na Reconstrução e Reabilitação da Rampa de Varadouro do Cais da Junqueira teve início no último trimestre de 2022, com conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2023. Esta intervenção contou com uma execução financeira que ascendeu aos 241 mil euros. De salientar que a respetiva conclusão não ocorreu ainda em 2022 por força da falta de condições da cota do rio;
- Cais de Porto Carvoeiro – inclui a reabilitação do Cais Fluvial de Porto Carvoeiro, e a construção de um cais flutuante para embarcações de recreio. Tal investimento surgiu através de um protocolo assinado entre a APDL e o Município de Santa Maria da Feira, visando requalificar e valorizar a oferta turística no Douro, através da criação e melhoria das condições de suporte ao desenvolvimento turístico fluvial sustentável.

- **Operacionalidade e Segurança da VND (Ação 203)**

Salienta-se a aquisição de lanternas, balizagem e georreferenciação no valor de 135 mil euros para a continuação da implementação do novo assinalamento fluvial, assim como da implementação do Plano de Emergência e Segurança, disponibilização de controlo de acessos a várias infraestruturas fluviais, docagens, equipamentos, vedações e portões no montante de investimento global de 163 mil euros.

#### 4.1.4. Intermodalidade (Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões)

##### INVESTIMENTO EM INTERMODALIDADE

Unidade: euros

Ações		2022
301	Terminais Ferroviários de Mercadorias	11 974
399	Investimento Residual e Recorrente	608
Total Intermodalidade		12 582

O investimento executado em 2022 na esfera da Intermodalidade ascendeu a 12,6 mil euros, destacando-se:

- **Terminais Ferroviários de Mercadorias (Ação 301)**

O investimento efetuado em 2022 na esfera da Intermodalidade está maioritariamente associado ao Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões, com um valor realizado que ascende aos 12 mil euros, aplicados na sua totalidade em Infraestruturas e Sistemas de Informação.

#### 4.2. Fontes de Financiamento

Em 2022, o investimento realizado pela APDL foi suportado maioritariamente por financiamento bancário em cerca de 46% do montante total. Por outro lado, cerca de 29% do investimento foi financiado por Fundos Próprios, 22% foi participado por Fundos Comunitários e os restantes 3% pelo Orçamento de Estado.

Em comparação com o ano transato, a ponderação de investimentos financiados por fundos próprios e pelo Orçamento de Estado diminuíram, por força do aumento significativo registado ao nível do investimento efetuado através de financiamento bancário. De salientar o aumento verificado no montante de investimento suportado por participações comunitárias.

A respetiva distribuição das fontes de financiamento é apresentada no quadro seguinte:

Un.: 1000 Euros

	2022		2021	
Orçamento de Estado	3.270	2,7%	3.620	6,9%
Fundos comunitários	26.846	22,4%	8.951	17,0%
Fundos próprios	34.924	29,1%	39.796	76,1%
Financiamento bancário	55.000	45,8%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>120.040</b>	<b>100,0%</b>	<b>52.367</b>	<b>100,0%</b>

## 5. Análise económica e financeira

### 5.1. Resultado do Exercício

No ano de 2022, os rendimentos operacionais aumentaram de forma mais expressiva do que os gastos operacionais face ao ano anterior, o que se traduziu num crescimento do EBITDA na ordem dos 3,4 milhões de euros.

O crescimento do EBIT reflete, sobretudo, a evolução positiva do EBITDA, mas também o aumento verificado em 2022 nos rendimentos dos ativos das concessões, o qual se encontra refletido na rubrica Rendimentos diferidos.

#### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid: €1000

Demonstração de Resultados	2022	2021	Δ (€)	Δ (%)
Vendas e serviços prestados	57.570	52.619	4.951	9,40%
Subsídios à exploração	1.017	928	89	9,60%
Trabalhos para a própria entidade	571	600	-30	-4,90%
Outros rendimentos operacionais	809	1.556	-748	-48,00%
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>59.967</b>	<b>55.704</b>	<b>4.263</b>	<b>7,70%</b>
Consumos de materiais	-1.876	-1.418	-458	32,30%
FSE	-14.654	-13.897	-757	5,40%
Gastos com o pessoal	-16.475	-16.362	-113	0,70%
Outros gastos operacionais	-5.075	-5.514	439	-8,00%
<b>Gastos operacionais</b>	<b>-38.080</b>	<b>-37.191</b>	<b>-889</b>	<b>2,40%</b>
<b>EBITDA (1)</b>	<b>21.886</b>	<b>18.513</b>	<b>3.373</b>	<b>18,20%</b>
Depreciações e amortizações	-26.984	-25.843	-1.141	4,40%
Imparidade de investimentos	2.263	2.096	167	7,90%
Rendimentos diferidos	14.214	11.649	2.565	22,00%
Provisões	-485	18	-503	-2730,90%
<b>EBIT</b>	<b>10.894</b>	<b>6.434</b>	<b>4.460</b>	<b>69,30%</b>
Gastos de financiamento	-38	-344	306	-89,10%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>10.857</b>	<b>6.090</b>	<b>4.767</b>	<b>78,30%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-1.809	-21	-1.789	8674,80%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>9.047</b>	<b>6.069</b>	<b>2.978</b>	<b>49,10%</b>

(1) EBIT expurgado dos efeitos das Amortizações e Depreciações, Imputação de Subsídios ao Investimento (deduzido das Imparidades), Rendimentos dos Ativos das Concessões e Provisões

A unidade de negócio Porto de Leixões, local da sede da APDL, concentra as atividades de suporte, gestão e administração da Empresa que são transversais a todas as áreas e unidades de negócio. No âmbito da contabilidade de gestão, esses custos de suporte são imputados às unidades de gestão. No entanto, os resultados que a seguir se apresentam não incorporam essas imputações internas de custos.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR UNIDADE DE NEGÓCIO**

Unid: €1000

	2022			2021			Δ (€)			Δ (%)		
	Leixões	Viana	Douro	Leixões	Viana	Douro	Leixões	Viana	Douro	Leixões	Viana	Douro
Vendas e serviços prestados	51.757	3.460	2.353	48.146	2.948	1.526	3.611	513	827	7,5%	17,4%	54,2%
Subsídios à exploração	342	218	457	78	481	370	264	-262	87	340,4%	-54,6%	23,7%
Trabalhos p/ própria entidade	571	0	0	560	0	40	11	0	-40	1,9%	-	-100,0%
Outros rend. operacionais	772	37	0	1.439	2	116	-667	35	-116	-46,4%	2233,5%	-99,8%
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>53.441</b>	<b>3.715</b>	<b>2.810</b>	<b>50.222</b>	<b>3.430</b>	<b>2.052</b>	<b>3.219</b>	<b>285</b>	<b>759</b>	<b>6,4%</b>	<b>8,3%</b>	<b>37,0%</b>
Consumos de materiais	-1.826	-29	-22	-1.386	-17	-15	-440	-12	-7	31,7%	67,5%	42,9%
FSE	-11.034	-1.393	-2.227	-10.636	-1.241	-2.019	-397	-151	-208	3,7%	12,2%	10,3%
Gastos com o pessoal	-14.288	-1.627	-560	-14.089	-1.690	-582	-199	63	22	1,4%	-3,7%	-3,8%
Outros gastos operacionais	-3.013	-760	-1.302	-2.649	-734	-2.131	-364	-26	829	13,7%	3,6%	-38,9%
<b>Gastos operacionais</b>	<b>-30.161</b>	<b>-3.809</b>	<b>-4.111</b>	<b>-28.761</b>	<b>-3.683</b>	<b>-4.747</b>	<b>-1.400</b>	<b>-126</b>	<b>636</b>	<b>4,9%</b>	<b>3,4%</b>	<b>-13,4%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>23.280</b>	<b>-93</b>	<b>-1.301</b>	<b>21.461</b>	<b>-253</b>	<b>-2.695</b>	<b>1.819</b>	<b>160</b>	<b>1.395</b>	<b>8,5%</b>	<b>-63,1%</b>	<b>-51,7%</b>
Depreciações e amortizações	-21.278	-2.865	-2.842	-20.448	-2.651	-2.744	-830	-214	-98	4,1%	8,1%	3,6%
Imparidade de investimentos	-9	1.586	685	20	1.998	78	-29	-412	607	-143,7%	-20,6%	776,7%
Rendimentos diferidos	9.993	1.263	2.958	8.591	760	2.298	1.402	502	661	16,3%	66,1%	28,7%
Provisões	-483	0	-1	15	-2	5	-499	2	-6	-3230,0%	-100,0%	-125,5%
<b>EBIT</b>	<b>11.504</b>	<b>-109</b>	<b>-500</b>	<b>9.640</b>	<b>-148</b>	<b>-3.058</b>	<b>1.864</b>	<b>39</b>	<b>2.558</b>	<b>19,3%</b>	<b>-26,1%</b>	<b>-83,6%</b>
Gastos de financiamento	-38	0	0	-344	0	0	306	0	0	-89,1%	-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>11.466</b>	<b>-109</b>	<b>-500</b>	<b>9.296</b>	<b>-148</b>	<b>-3.058</b>	<b>2.170</b>	<b>39</b>	<b>2.558</b>	<b>23,3%</b>	<b>-26,1%</b>	<b>-83,6%</b>

### 5.1.1. Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços das três unidades de negócio ascenderam, em 2022, a 57,6 milhões de euros, cerca de 4,9 milhões de euros acima do ano anterior:

#### VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Unid: €1000

	2022	2021	Δ €	Δ %
<b>SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO</b>	<b>17.334</b>	<b>14.647</b>	<b>2.687</b>	<b>18,3%</b>
TUP - Navio	4.789	4.355	435	10,0%
Serviço de Pilotagem	3.318	3.001	316	10,5%
Serviço de Reboque	3.704	3.494	210	6,0%
Uso de Equipamento Marítimo	143	169	-26	-15,2%
Serviço de Amarração	1.155	1.103	52	4,7%
Outros	4.225	2.525	1.700	67,3%
<b>SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA</b>	<b>2.735</b>	<b>1.840</b>	<b>895</b>	<b>48,7%</b>
Tarifa ISPS	1.484	1.319	164	12,5%
Tráfego de passageiros	274	23	252	1096,2%
Outros	977	497	479	96,3%
<b>CONCESSÕES</b>	<b>27.393</b>	<b>27.815</b>	<b>-422</b>	<b>-1,5%</b>
Terminal Petroléiro	3.458	4.486	-1.028	-22,9%
Terminal de Contentores	18.522	18.253	269	1,5%
Terminal de Carga Geral e Granéis	2.761	2.665	96	3,6%
Terminal de Cimentos	1.084	1.084	0	0,0%
Outras concessões	1.570	1.328	242	18,2%
<b>PLATAFORMA LOGÍSTICA</b>	<b>2.516</b>	<b>2.179</b>	<b>337</b>	<b>15,5%</b>
<b>USO DOMINIAL</b>	<b>1.704</b>	<b>1.523</b>	<b>181</b>	<b>11,9%</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>5.878</b>	<b>4.615</b>	<b>1.263</b>	<b>27,4%</b>
<b>Total</b>	<b>57.561</b>	<b>52.619</b>	<b>4.942</b>	<b>9,4%</b>

As secções seguintes apresentam uma análise das Vendas e Prestações de Serviços por unidade de negócio.

## Porto de Leixões

As vendas e prestações de serviços no Porto de Leixões registaram um aumento de 7,5%, conforme detalhado na seguinte tabela:

### VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS – PORTO DE LEIXÕES

Unid: €1000

	2022	2021	Δ €	Δ %
<b>SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO</b>	<b>14.370</b>	<b>12.630</b>	<b>1.739</b>	<b>13,8%</b>
TUP - Navio	4.243	3.857	385	10,0%
Serviço de Pilotagem	3.006	2.732	274	10,0%
Serviço de Reboque	3.704	3.494	210	6,0%
Uso de Equipamento Marítimo	127	160	-33	-20,7%
Serviço de Amarração	1.073	1025	48	4,7%
Outros	2.217	1.361	855	62,8%
<b>SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA</b>	<b>2.460</b>	<b>1.606</b>	<b>854</b>	<b>53,2%</b>
Tarifa ISPS	1.484	1319	164	12,5%
Tráfego de passageiros	274	23	251	1095,3%
Outros	702	264	438	166,0%
<b>CONCESSÕES</b>	<b>26.040</b>	<b>26.730</b>	<b>-690</b>	<b>-2,6%</b>
Terminal Petroleroiro	3.458	4.486	-1.028	-22,9%
Terminal de Contentores	18.522	18.253	269	1,5%
Terminal de Carga Geral e Granéis	2.761	2.665	96	3,6%
Terminal de Cimentos	665	661	4	0,6%
Outras concessões	635	666	-30	-4,6%
<b>PLATAFORMA LOGÍSTICA</b>	<b>2.516</b>	<b>2.179</b>	<b>337</b>	<b>15,5%</b>
<b>USO DOMINIAL</b>	<b>994</b>	<b>900</b>	<b>94</b>	<b>10,5%</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>5.369</b>	<b>4.100</b>	<b>1.269</b>	<b>31,0%</b>
<b>Total</b>	<b>51.750</b>	<b>48.146</b>	<b>3.604</b>	<b>7,5%</b>

O aumento da receita de **Serviços prestados ao navio** no porto de Leixões ficou a dever-se aos incrementos da TUP Navio, serviços de pilotagem e reboque, na sequência do aumento de 1% do número de navios que escalaram o porto e, sobretudo, do crescimento de 22,6% ao nível da arqueação bruta. Além disso, o aumento de 684 mil euros ao nível da recolha de resíduos de navios contribuiu de forma bastante significativa para o crescimento desta rubrica.

Os **Serviços prestados à carga** registaram também um crescimento assinalável face ao ano anterior, perante os acréscimos da Tarifa ISPS - tarifa cobrada ao concessionário TCL pelo movimento de contentores para cumprimento do Código ISPS (*International Ship and Port Facility Security code*) e do tráfego de passageiros, na sequência da retoma gradual observada pela atividade de cruzeiros após os impactos gerados pela pandemia que se traduziu num aumento de 9 mil passageiros em 2021 para 109 mil em 2022. Além disso, o aumento do tráfego de passageiros deu lugar a um acréscimo de 154 mil euros da receita proveniente da taxa de carbono. Por fim, o protocolo assinado com o TCL em 2022 relativo à prestação das atividades de apoio às inspeções de

contentores – o qual vigorará apenas até à data do início da atividade do novo Centro Inspetivo do Porto de Leixões- originou uma receita de 312 mil euros.

As **Concessões** apresentam uma variação negativa de 2,6%, em função do encerramento da atividade de refinação na refinaria da Petrogal de Leça da Palmeira, a qual afetou negativamente a receita do Terminal Petrolero a partir de julho de 2021. Por sua vez, apesar da diminuição de 0,6% em contentores movimentados e em TEU, a receita do Terminal de Contentores aumentou 1,5%, na sequência do valor alocado à reserva ambiental, pelo concessionário, conforme previsto no contrato no âmbito do acordo para a sustentabilidade ambiental do porto de Leixões assinado em abril de 2022, mas produzindo efeitos retroativos a 1 de outubro de 2021. Quanto ao Terminal de Carga Geral e de Granéis, embora se tenha registado uma quebra de 6,8% na movimentação de carga geral fracionada, o aumento de 12,1% alcançado na movimentação de granéis sólidos proporcionou um aumento de 3,6% na respetiva receita.

Conforme mencionado no capítulo 1.5 do presente relatório, a **Plataforma Logística** do Porto de Leixões apresentou em 2022 um índice de ocupação de 71,7%, o que representa um crescimento de 12 p.p. face a 2021, dando origem a um aumento de 15,5% ao nível da receita.

A receita dos **Fornecimentos e Serviços Diversos** aumentou exponencialmente face ao ano anterior, perante os acréscimos de 59% ao nível do fornecimento de energia elétrica (+636 mil euros) e de 29% ao nível das vendas de gasóleo (+305 mil euros), por via dos aumentos extraordinários dos respetivos preços, os quais se traduziram, igualmente, num aumento dos gastos inerentes.

## Porto de Viana do Castelo

O Porto de Viana do Castelo registou um crescimento de 17,4% nas vendas e prestações de serviços, conforme detalhado na seguinte tabela:

### VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS – PORTO DE VIANA DO CASTELO

Unid: €1000

	2022	2021	Δ €	Δ %
<b>SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO</b>	<b>1.020</b>	<b>892</b>	<b>127</b>	<b>14,3%</b>
TUP - Navio	538	476	62	13,0%
Serviço de Pilotagem	302	256	45	17,7%
Uso de Equipamento Marítimo	16	8	8	90,7%
Serviço de Amarração	82	78	4	5,3%
Outros	81	73	8	11,2%
<b>SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA</b>	<b>275</b>	<b>233</b>	<b>41</b>	<b>17,6%</b>
Tarifa Armazenagem	13	4	9	216,3%
Uso de Equipamento Guindastes	89	78	12	15,2%
Tarifa Uso de infraestruturas	173	152	21	13,6%
<b>CONCESSÕES</b>	<b>1.353</b>	<b>1.085</b>	<b>268</b>	<b>24,7%</b>
Terminal de Cimentos	419	423	-4	-0,9%
Outras concessões	934	662	272	41,1%
<b>USO DOMINIAL</b>	<b>311</b>	<b>283</b>	<b>28</b>	<b>10,0%</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>501</b>	<b>454</b>	<b>47</b>	<b>10,3%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.460</b>	<b>2.948</b>	<b>512</b>	<b>17,4%</b>

O aumento da receita dos **Serviços prestados ao navio** no porto de Viana do Castelo deveu-se, sobretudo, aos incrementos da TUP Navio e Serviços de Pilotagem, os quais foram motivados pela variação positiva de 32,7% da arqueação bruta, apesar do decréscimo de 2,4% no número de escalas de navios.

O incremento da receita das **Concessões** justificou-se, sobretudo, pelo terceiro aditamento ao contrato de subconcessão de uma utilização privativa do domínio público, o qual estabeleceu um acréscimo da renda fixa de 250 mil euros anuais, com efeitos a partir de 18/02/2022.

## Via Navegável do Douro

As vendas e prestações de serviços da Via Navegável do Douro em 2022 aumentaram 826 mil euros face ao ano anterior:

### VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS – VIA NAVEGÁVEL DO DOURO

Unid: €1000

	2022	2021	Δ €	Δ %
<b>SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO</b>	<b>1.944</b>	<b>1.124</b>	<b>820</b>	<b>72,9%</b>
TUP-Navio	8	21	-13	-60,7%
Serviço de Pilotagem	10	13	-3	-24,7%
Tarifa de Circulação	721	335	387	115,4%
Tarifa de Acostagem	360	206	154	74,7%
Tarifa Utilização da Via	332	331	1	0,4%
Tarifa de Recolha de Resíduos	460	190	271	142,5%
Outros	53	29	24	81,3%
<b>USO DOMINIAL</b>	<b>399</b>	<b>341</b>	<b>58</b>	<b>17,2%</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>8</b>	<b>61</b>	<b>-52</b>	<b>-86,6%</b>
<b>Total</b>	<b>2.352</b>	<b>1.526</b>	<b>826</b>	<b>54,1%</b>

Conforme mencionado no primeiro capítulo do presente relatório, após a acentuada quebra ocorrida em 2020 e 2021, o turismo fluvial na Via Navegável do Douro assinalou, em 2022, uma recuperação da sua atividade para níveis semelhantes aos anos pré-pandemia, dando lugar a um crescimento de 303,7% no número de passageiros que ascenderam a 1,1 milhões. Este crescimento deu origem a um crescimento acentuado nos Serviços prestados ao navio, sobretudo nas Tarifas de Circulação, de Acostagem e Recolha de Resíduos.

#### 5.1.2. Subsídios à exploração

No corrente ano, a APDL reconheceu o montante 1 milhão euros nos Subsídios à exploração, sem grande alteração relativa a 2021, sendo o valor de 850 mil euros relativo ao PIDDAC, e o restante relativo a fundos comunitários.

#### 5.1.3. Outros rendimentos operacionais

A APDL apresentou em 2022 uma quebra de 48% relativamente ao ano anterior, ou seja, menos 748 mil euros. No exercício de 2021, a venda de um terreno. e a indemnização recebida da CGA influenciaram positivamente o valor desta rubrica, factos que, não tendo ocorrido em 2022 se traduzem nesta variação negativa. O ano 2021 foi excepcional, estando agora o valor a dirigir-se para valores considerados normais.

### 5.1.4. Fornecimentos e serviços externos, Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e Gastos com o pessoal

Em 2022, a APDL apresentou um montante de gastos de 33 milhões de euros desta natureza, aumentando cerca de 1,3 milhões de euros face ao ano anterior.

#### FSE, CMVMC E GASTOS COM O PESSOAL

Unid: €1000

<b>GASTOS E PERDAS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Δ €</b>	<b>Δ %</b>
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>14.655</b>	<b>13.897</b>	<b>758</b>	<b>5,5%</b>
Subcontratos	1.672	1.439	233	16,2%
Serviços especializados	7.345	8.223	-878	-10,7%
Materiais	97	89	8	8,5%
Energia e outros fluidos	3.373	2.130	1.243	58,4%
Deslocações e estadas	63	30	33	111,8%
Serviços diversos	2.105	1.986	119	6,0%
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>1.876</b>	<b>1.418</b>	<b>458</b>	<b>32,3%</b>
Mercadorias	1.294	1.060	234	22,0%
Matérias subsidiárias e de consumo	582	358	224	62,6%
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>16.475</b>	<b>16.362</b>	<b>113</b>	<b>0,7%</b>
Remunerações dos órgãos sociais	325	285	40	14,0%
Remunerações do pessoal	12.266	12.372	-106	-0,9%
Benefícios pós-emprego e pensões	102	88	14	16,4%
Encargos sobre remunerações	2.971	2.812	159	5,7%
Outros gastos com o pessoal	810	805	5	0,7%
<b>Total</b>	<b>33.006</b>	<b>31.677</b>	<b>1.329</b>	<b>4,2%</b>

As secções seguintes apresentam uma análise dos Fornecimentos e Serviços Externos, Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas e Gastos com o Pessoal por unidade de negócio.

Tal como indicado no capítulo 2 do presente relatório, o aumento de Gastos com o pessoal resulta, essencialmente, das contratações de pessoal concretizadas em 2022 e das normais valorizações remuneratórias resultantes das progressões nas carreiras profissionais de acordo com os Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho, designadamente, o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

## Porto de Leixões

Em 2022, os gastos operacionais no Porto de Leixões registaram um aumento de 1 milhão de euros face ao ano anterior, tal como detalhado na seguinte tabela:

### FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL – PORTO DE LEIXÕES

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2022	2021	Δ €	Δ %
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>11.035</b>	<b>10.636</b>	<b>399</b>	<b>3,7%</b>
Subcontratos	1.182	975	207	21,2%
Serviços especializados	5.320	6.167	-847	-13,7%
Materiais	82	75	8	10,1%
Energia e outros fluidos	2.692	1.761	930	52,8%
Deslocações e estadas	59	26	34	131,6%
Serviços diversos	1.700	1.633	67	4,1%
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>1.826</b>	<b>1.386</b>	<b>440</b>	<b>31,7%</b>
Mercadorias	1.283	1.048	234	22,4%
Matérias subsidiárias e de consumo	543	338	205	60,8%
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>14.291</b>	<b>14.089</b>	<b>202</b>	<b>1,4%</b>
Remunerações dos órgãos sociais	328	283	45	15,9%
Remunerações do pessoal	10.502	10.521	-19	-0,2%
Benefícios pós-emprego e pensões	102	88	14	16,4%
Encargos sobre remunerações	2.555	2.397	158	6,6%
Outros gastos com o pessoal	804	801	3	0,4%
<b>TOTAL</b>	<b>27.152</b>	<b>26.112</b>	<b>1.040</b>	<b>4,0%</b>

O exponencial aumento do preço da energia, que resultou da guerra na Ucrânia, traduziu-se, face ao ano anterior, num aumento de 930 mil euros na rubrica de **Energia e outros fluidos**, o que acabou por constituir a principal justificação para o aumento dos gastos operacionais como um todo.

O incremento ao nível dos **Subcontratos** deveu-se, essencialmente, ao acréscimo de 134 mil euros com a subcontratação da recolha de resíduos. Em todo o caso, o incremento da prestação deste serviço traduziu-se, igualmente, num respetivo acréscimo de receita.

Em sentido inverso, a rubrica de **Serviços especializados** decresceu, sobretudo, na sequência da redução de 604 mil euros dos gastos com dragagens.

No que respeita aos **Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**, o aumento de 31,7% face ao ano de 2021 deveu-se, essencialmente, ao aumento do preço unitário de aquisição médio de gasóleo rodoviário, consequência direta da guerra na Ucrânia. Em contrapartida, o aumento deste gasto representou um incremento de 305 mil euros na receita com a venda de gasóleo aos concessionários.

### Porto de Viana de Castelo

No Porto de Viana do Castelo esta tipologia de gastos cresceu 3,3% face ao ano anterior, conforme detalhado na seguinte tabela:

#### FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL – PORTO DE VIANA DO CASTELO

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2022	2021	Δ €	Δ %
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>1.393</b>	<b>1.241</b>	<b>151</b>	<b>12,2%</b>
Subcontratos	66	69	-3	-4,4%
Serviços especializados	785	816	-30	-3,7%
Materiais	3	6	-3	-56,4%
Energia e outros fluidos	382	251	131	52,2%
Deslocações e estadas	1	1	0	8,3%
Serviços diversos	156	99	57	57,5%
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>29</b>	<b>17</b>	<b>12</b>	<b>67,5%</b>
Mercadorias	11	12	-1	-7,0%
Matérias subsidiárias e de consumo	18	5	12	234,3%
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>1.624</b>	<b>1.690</b>	<b>-66</b>	<b>-3,9%</b>
Remunerações dos órgãos sociais	-3	3	-5	-200,0%
Remunerações do pessoal	1.311	1.375	-64	-4,6%
Benefícios pós-emprego e pensões	0	0	0	0,0%
Encargos sobre remunerações	310	310	0	0,0%
Outros gastos com o pessoal	6	3	3	78,1%
<b>TOTAL</b>	<b>3.045</b>	<b>2.949</b>	<b>96</b>	<b>3,3%</b>

À semelhança do Porto de Leixões, também o aumento em Fornecimentos e serviços externos do Porto de Viana se deveu, em grande parte, ao forte incremento dos gastos na rubrica de **Energia e outros fluidos** e que se traduziu em mais 131 mil euros face ao ano anterior.

Relativamente à rubrica de **Serviços diversos**, registaram-se, essencialmente, aumentos de 24 mil euros em serviços de limpeza e de 29 mil euros relacionados com a comemoração do Dia do Porto de Viana.

## Via Navegável do Douro

Por sua vez, os gastos relativos à Via Navegável do Douro em 2022 aumentaram 7,4% face ao ano transato, conforme detalhado na seguinte tabela:

### FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL – VIA NAVEGÁVEL DO DOURO

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2022	2021	Δ €	Δ %
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>2.227</b>	<b>2.019</b>	<b>208</b>	<b>10,3%</b>
Subcontratos	425	396	29	7,3%
Serviços especializados	1.240	1.241	0	0,0%
Materiais	12	9	3	39,8%
Energia e outros fluidos	300	117	182	155,5%
Deslocações e estadas	2	3	-1	-25,0%
Serviços diversos	248	254	-5	-2,1%
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>22</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>42,9%</b>
Mercadorias	0	0	0	0,0%
Matérias subsidiárias e de consumo	22	15	7	42,9%
<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>560</b>	<b>582</b>	<b>-22</b>	<b>-3,8%</b>
Remunerações dos órgãos sociais	0	0	0	0,0%
Remunerações do pessoal	454	477	-23	-4,8%
Benefícios pós-emprego e pensões	0	0	0	0,0%
Encargos sobre remunerações	106	105	1	1,2%
Outros gastos com o pessoal	0	1	-1	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.809</b>	<b>2.616</b>	<b>193</b>	<b>7,4%</b>

O aumento de 208 mil euros em Fornecimentos e serviços externos deveu-se também, em grande parte, à forte subida da rubrica de **Energia e outros fluidos**, traduzindo-se em mais 182 mil euros face ao ano anterior. Por sua vez, o aumento na rubrica de **Subcontratos** é justificado pelo incremento de 29 mil euros na subcontratação da recolha de resíduos. Em todo o caso, o incremento na prestação deste serviço traduziu-se, igualmente, num respetivo acréscimo de receita.

### 5.1.5. Outros gastos operacionais

Os **Outros gastos operacionais** registaram uma diminuição de 407 mil euros.

#### OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

euros

	2022	2021	Δ (€)	Δ (%)
<b>Imparidade dividas a receber</b>	<b>74.660</b>	<b>8.255</b>	<b>66.406</b>	<b>804,45%</b>
<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>5.031.133</b>	<b>5.505.534</b>	<b>-474.401</b>	<b>-8,62%</b>
Impostos	2.705.993	2.313.804	392.189	16,95%
Perdas em inventários	10.893	24.244	-13.351	-55,07%
Donativos	123.845	179.635	-55.790	-31,06%
Quotizações	95.496	101.038	-5.542	-5,49%
Multas e penalidades	746	408	338	82,91%
Outros gastos e perdas	2.094.160	2.886.405	-792.245	-27,45%
<b>Total</b>	<b>5.105.793</b>	<b>5.513.788</b>	<b>-407.995</b>	<b>-7,40%</b>

Os Impostos aumentam por via da comparticipação relativa a DGRM/AMT e também porque em 2022 se começou a registar a comparticipação recolha de resíduos. Houve também um aumento na rubrica de Outros gastos IVA pelo facto deste ano se ter efetuado uma correção ao IVA deduzido na construção da Plataforma Logística, uma vez que temos lotes que foram cedidos no âmbito do direito de superfície (valor IVA retificado 75,5 mil euros).

Em outros gastos e perdas assistimos a uma redução do valor, quando comparado com o ano 2021, uma vez que as reversões de imparidades de subsídios ao investimento foram inferiores.

### 5.1.6. Depreciações e amortizações

As **Depreciações e amortizações** da APDL registam um aumento de 1,14 milhões de euros (4,4%) face ao ano anterior, ficando perto dos 27 milhões de euros. O maior aumento regista-se no Porto de Leixões pelo aumento do investimento (rebocadores, autocarro elétrico, e outros investimentos 539 mil euros).

### 5.1.7. Imparidade de Investimentos

As **Imparidades de investimentos**, registaram uma variação positiva (2,3 milhões de euros) pelas reversões das perdas de acordo com os gastos de depreciação associados.

Os dispêndios de investimento realizados nestas unidades refletem-se no reconhecimento de perdas por imparidade. Os ativos destas UGC são, na sua generalidade, apenas recuperáveis pelo seu uso e têm valor de venda nulo por se encontrarem construídos em parcelas do domínio público e, como tal, afastados do comércio jurídico.

As construções e equipamentos afetos a estas UGC, estão construídos ou instalados em parcelas do domínio público pelo que estão afastados do comércio jurídico e, como

tal, tem valor de venda nulo. Por este facto, o seu valor recuperável depende apenas dos fluxos de caixa gerados pelo seu uso.

### 5.1.8. Rendimentos diferidos

A rubrica **Rendimentos diferidos** é composta pela Imputação de subsídios ao investimento e Rendimento dos ativos das concessões e apresenta um aumento de 2,5 milhões de euros face a 2021, sendo que 1,7 milhões se refere ao aumento do ativo das concessões.

### 5.1.9. Provisões

As **Provisões** registaram um aumento de 500 mil de euros, face a 2021, fixando o valor de 2022 em 485 mil euros.

A variação deve-se ao registo de provisão relativamente aos clientes que têm processos de execução instaurados e atualização dos juros dos processos judiciais.

## 5.2. Situação Patrimonial e Financeira

O balanço apresentado de seguida espelha a evolução ocorrida na situação patrimonial e financeira da APDL:

### SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Un.: 1000 Euros

	2022		2021		Δ €	Δ %
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>552.239</b>	<b>92,9%</b>	<b>459.250</b>	<b>91,8%</b>	<b>92.989</b>	<b>20,2%</b>
Ativos fixos tangíveis	458.086	77,1%	366.016	73,1%	92.070	25,2%
Ativos por impostos diferidos	23.377	3,9%	24.753	4,9%	-1376	-5,6%
Outros ativos não correntes	70.776	11,9%	68.481	13,7%	2.295	3,4%
<b>ATIVO CORRENTE</b>	<b>42.006</b>	<b>7,1%</b>	<b>41.182</b>	<b>8,2%</b>	<b>824</b>	<b>2,0%</b>
Clientes	6.544	1,1%	4.432	0,9%	2.112	47,7%
Outras contas a receber	15.749	2,7%	2.202	0,4%	13.547	615,2%
Caixa e depósitos bancários	16.034	2,7%	28.355	5,7%	-12.321	-43,5%
Outros ativos correntes	3.679	0,6%	6.193	1,2%	-2.514	-40,6%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>594.245</b>	<b>100,0%</b>	<b>500.432</b>	<b>100,0%</b>	<b>93.813</b>	<b>18,7%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>411.738</b>	<b>69,3%</b>	<b>382.226</b>	<b>76,4%</b>	<b>29.512</b>	<b>7,7%</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>142.285</b>	<b>23,9%</b>	<b>85.977</b>	<b>17,2%</b>	<b>56.308</b>	<b>65,5%</b>
Financiamentos obtidos	64.053	10,8%	12.420	2,5%	51.633	415,7%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	4.550	0,8%	7.015	1,4%	-2465	-35,1%
Outras contas a pagar	73.682	12,4%	66.542	13,3%	7.140	10,7%
<b>PASSIVO CORRENTE</b>	<b>40.222</b>	<b>6,8%</b>	<b>32.229</b>	<b>6,4%</b>	<b>7993</b>	<b>24,8%</b>
Fornecedores	2.003	0,3%	2.093	0,4%	-90	-4,3%
Estado e outros entes públicos	1.248	0,2%	1.281	0,3%	-33	-2,6%
Outras contas a pagar	36.971	6,2%	28.855	5,8%	8.116	28,1%
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>594.245</b>	<b>100,0%</b>	<b>500.432</b>	<b>100,0%</b>	<b>93.813</b>	<b>18,7%</b>

O **Ativo** cresceu 18,7% (+ 93,8 milhões de euros) por via do aumento do **Ativo Não Corrente** (+ 92,9 milhões de euros), com especial ênfase na rubrica Ativos fixos tangíveis (+92 milhões de euros), pelo grande investimento no prolongamento do quebra-mar.

No Ativo Corrente verificamos variação de 824 mil euros. A redução da Caixa e depósitos bancários (-12 milhões de euros) reflete o aumento dos pagamentos relativos às atividades de investimento e é absorvida pelo aumento do valor de contas a receber (+13 milhões de euros), por via dos subsídios ao investimento a receber.

O **Capital Próprio**, apesar de aumentar relativamente a 2021, não aumenta na proporção do **Total do Capital Próprio e Passivo**, pelo que o nível de autonomia financeira diminui para 0,69 em 2022 (0,76 em 2021).

O **Passivo Não Corrente** aumentou 65,5% (56,3 milhões de euros) relativamente a 2021. O aumento do financiamento bancário em 51,6 milhões de euros justifica a evolução do passivo não corrente, bem como do corrente, uma vez que também nesta rubrica está refletindo o financiamento bancário (outras contas a pagar) solicitado em 2022 para fazer fase aos grandes investimentos.

O **Passivo Corrente** aumentou 24,8% (+8 milhões de euros), que, como já foi referido acima traduz o aumento do financiamento bancário, o aumento do valor a pagar aos fornecedores de imobilizado. e ao aumento registado nos ativos das concessões.

### Indicadores Financeiros

Tendo por base o DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, as orientações estratégicas para o Setor Empresarial do Estado definidas através da Lei do Orçamento de Estado e as orientações emitidas pelo acionista, apresenta-se um conjunto de indicadores financeiros ilustrativos do desempenho da APDL nos últimos 2 anos:

#### INDICADORES FINANCEIROS

	2022	2021	Δ %
<b>Indicadores de Eficiência</b>			
Gastos Operacionais/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	1,14	1,31	-13,0%
Gastos com o Pessoal/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,48	0,56	-14,3%
Gastos FSE/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,42	0,48	-12,5%
<b>Indicadores de Comportabilidade de Investimentos e Capacidade de Endividamento</b>			
Divida/Capital Próprio	0,17	0,05	240,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos/Juros Líquidos	918,43	84,43	987,8%
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	0,69	0,76	-9,2%
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	2,26	3,23	-30,0%
Liquidez (Ativo Corrente/Passivo Corrente)	1,04	1,28	-18,8%
<b>Prazos Médios</b>			
Prazo Médio de Pagamento	49	26	88,5%
Prazo Médio de Recebimento	43	34	26,5%
<b>Indicadores de Rentabilidade e Crescimento</b>			
Margem do Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,60	0,55	9,1%
Margem do Resultado operacional	0,19	0,12	58,3%
<b>Indicadores de Remuneração do Capital Investido</b>			
Resultado Líquido/Capital Investido	0,02	0,01	100,0%
Resultado Líquido /Capital Próprio	0,02	0,02	0,0%

- O maior Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos, face ao ano anterior, melhorou os indicadores de eficiência e de rentabilidade e crescimento;
- A APDL continua a revelar uma autonomia financeira sólida;
- O prazo médio de pagamento aumentou para os 49 dias (impacto de fornecedores de investimentos), enquanto o prazo médio de recebimento se fixou nos 43 dias.

## 6. Perspetivas futuras

A pandemia de SARS-CoV-2, que teve início no ano 2020, para além de ter implicado uma grave crise sanitária à escala planetária, acarretou uma importante retração da atividade económica global com impactos na atividade das empresas. Só este ano se assistiu a alguma recuperação, esperando-se que os níveis de atividade voltem a estabilizar nos próximos anos.

De acordo com a projeção efetuada aquando do Plano de Atividades e Orçamento 2023-2025 da APDL, prevêem-se evoluções distintas do movimento portuário nas diferentes unidades de negócio, conforme o quadro seguinte:

MOVIMENTO	2022	2023	2024	2025
	(Real)	(Previsão)	(Previsão)	(Previsão)
<b>PORTO DE LEIXÕES</b>				
<b>MERCADORIAS (toneladas)</b>	<b>14 890 852</b>	<b>15 860 000</b>	<b>16 180 000</b>	<b>16 520 000</b>
» Carga Geral Fracionada	1 208 523	1 130 000	1 150 000	1 180 000
» Graneis Sólidos	2 835 970	2 690 000	2 720 000	2 770 000
» Granéis Líquidos	2 352 540	2 520 000	2 530 000	2 530 000
» Ro-Ro	1 457 680	2 140 000	2 250 000	2 360 000
» Carga Contentorizada	7 036 139	7 380 000	7 530 000	7 680 000
<b>CONTENTORES</b>				
» Número	430 529	446 000	455 000	464 000
» TEU	713 401	740 000	754 000	769 000
<b>PASSAGEIROS</b>				
» Número	108 626	151 917	151 917	151 917
<b>PORTO DE VIANA DO CASTELO</b>				
<b>MERCADORIAS (toneladas)</b>	<b>409 022</b>	<b>492 000</b>	<b>492 000</b>	<b>542 000</b>
» Geral fracionada	214 117	259 000	259 000	288 000
» Granéis sólidos	159 980	188 000	188 000	209 000
» Granéis líquidos	34 925	45 000	45 000	45 000
<b>VIA NAVEGÁVEL DO DOURO</b>				
<b>MERCADORIAS (toneladas)</b>	<b>12 682</b>	<b>35 000</b>	<b>45 000</b>	<b>55 000</b>
» Geral fracionada	6 563	15 000	20 000	25 000
» Graneis Sólidos	6 118	20 000	25 000	30 000
<b>PASSAGEIROS (ENTRE ALBUFEIRAS)</b>				
» Número	242 838	310 000	325 500	341 775
<b>INTERMODALIDADE FERROVIÁRIA</b>				
<b>TERMINAL FERROVIÁRIO DE LEIXÕES</b>				
» Número de comboios	N/D	2 149	2 192	2 236
» Movimento de contentores	N/D	61 954	63 193	64 457

Para Leixões estima-se um crescimento ligeiro contínuo no movimento de mercadorias nos próximos três anos para níveis próximos de 16 milhões de toneladas. Tal comportamento fica a dever-se aos efeitos do encerramento da atividade de refinação da Petrogal em Leça da Palmeira no movimento de granéis líquidos, que estabeleceu

um novo patamar para o movimento do Porto de Leixões neste segmento que deverá rondar 2,5 milhões de toneladas anuais no triénio.

O crescimento mais acentuado prevê-se que ocorra em 2023 na carga ro-ro com a expansão do serviço da CLdN, enquanto o segmento dos cruzeiros deverá conhecer uma forte recuperação para um nível pré-pandemia. Os restantes segmentos de carga deverão registar um crescimento, com particular destaque para a carga contentorizada que se reafirma como principal segmento de carga em Leixões.

Para Viana do Castelo, projeta-se que a atividade venha a conhecer um crescimento ultrapassando as 500 mil toneladas em 2025, com a perspetiva de os operadores portuários captarem novas cargas para aquele porto. Além disso, é expectável a intensificação da dinâmica positiva do porto essencialmente através dos estaleiros navais, da melhoria e reabilitação das Infraestruturas Portuárias e Equipamentos, e do desenvolvimento do cluster das energias renováveis.

Na Via Navegável do Douro, espera-se uma recuperação rápida do movimento de passageiros, tendo em conta a entrada em operação de novas embarcações e operadores. Há também a expectativa de expansão do volume de carga movimentada nos portos fluviais. Destaca-se a integração da Via Navegável do Douro no Corredor Atlântico, na sua total extensão de 208 km desde o estuário até Barca de Alva que, em adição à anterior inserção na rede Core das Redes Transeuropeias de Transporte, permite alavancar o seu desenvolvimento, quer na perspetiva da atividade marítimo-turística, quer na perspetiva de transporte de carga.

Quanto à Intermodalidade Ferroviária, com a passagem em fevereiro de 2023 do Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões para a gestão da APDL, espera-se atingir um movimento de cerca de 62 mil contentores nesse ano, crescendo ligeiramente nos anos seguintes.

Nos próximos anos será essencial a prossecução de uma gestão prudente e criteriosa, tendo em conta a continuidade do ambicioso plano de investimentos que se tem levado a cabo e as novas circunstâncias de redução do nível da atividade e da correspondente receita obtida, por forma a não colocar em causa o equilíbrio económico-financeiro da empresa. Por outro lado, será ainda necessário prosseguir com a estratégia de ajustamento económico das áreas de negócio deficitárias, de procura de fontes de financiamento que permitam suportar os investimentos planeados e de adoção de uma política de retenção de resultados que assegure a parcela de fundos próprios necessária à concretização desses mesmos investimentos.

O Plano de Atividades e Orçamento projetado para o horizonte temporal 2023-2025 engloba investimentos orçamentados no valor de 139,6 milhões de euros no Porto de Leixões, 3,7 milhões de euros no Porto de Viana do Castelo, 4,9 milhões de euros na Via Navegável do Douro e 430 mil euros na área de intermodalidade ferroviária. O maior esforço de investimento persiste na esfera do Porto de Leixões, especificamente ao nível do investimento em curso associado ao Prolongamento do Quebra-mar Exterior em 300 metros e no Aprofundamento do Anteporto para -16,85 metros e da Bacia de Rotação do porto de Leixões para -15,5 metros que se encontra em curso. Este investimento permitirá a entrada de navios de maior dimensão, o aumento da segurança e a melhoria das condições de operação portuária, bem como a criação de condições

para o arranque do investimento privado no Novo Terminal de Leixões, gerando o aumento da capacidade portuária no segmento da carga contentorizada. Este investimento, em conjugação com o desenvolvimento de projetos transversais aos portos portugueses como a JUL – Janela Única Logística e o desenvolvimento de Portos Secos, como o da Guarda, permitirão contribuir para um aumento da competitividade, qualidade, fluidez e eficiência operacional e uma melhoria do desempenho ambiental das soluções logísticas na movimentação de mercadorias.

A APDL vem afirmando a estratégia de promoção da ferrovia com evidentes ganhos ambientais e logísticos, potenciando a intermodalidade no transporte de mercadorias e favorecendo o tecido empresarial e industrial da região e do país. A transferência da gestão dos Terminais Ferroviários de Mercadorias da Guarda e de Leixões para a APDL, determinada através dos Decretos de Lei n.º 24/2022 de 4 de março e n.º 55/2022 de 17 de agosto, contribuirá significativamente para o aumento da intermodalidade ferroviária, para o alargamento da área de influência dos portos e para o descongestionamento dos eixos rodoviários. A ferrovia é uma oportunidade decisiva para os portos num contexto em que se assiste a uma evolução das operações portuárias para corredores multimodais integrando o transporte terrestre, rodoferroviário e também os portos secos/plataformas multimodais, bem como as operações de “última milha”, com as evidentes vantagens ao nível da melhoria das condições ambientais no acesso aos portos e respetiva envolvente urbana, com evidente redução da pegada ambiental.

Quanto ao Porto de Viana do Castelo, este responde essencialmente a indústrias locais e apresenta dificuldades de sustentabilidade económica, estando dependente de subsídios do Orçamento de Estado para participar a sua atividade operacional e os investimentos que são necessários desenvolver. Esta infraestrutura portuária tem igualmente algumas limitações ao nível da capacidade de receção de navios de grande porte, estando limitado à receção de navios de comprimento até 180 metros e 8 metros de calado, apesar de ter uma elevada capacidade de armazenagem disponível. No Porto de Viana do Castelo realça-se o investimento na acessibilidade marítima aos estaleiros navais e cais do Bugio e a Reparação e Reforço do Molhe Norte.

Os investimentos a realizar na Via Navegável do Douro revelam-se essenciais para garantir as condições de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos. Não obstante, as perspetivas a médio e longo prazo mantêm-se favoráveis, atendendo ao esforço de clusterização, de complementaridade e de criação de sinergias para a descarbonização e transição energética.

Na atual conjuntura particularmente desafiante, a APDL mantém-se confiante no futuro e firme na estratégia definida e no investimento orientado para melhoria da competitividade. Contudo, no contexto atual que se vivencia, o Conselho de Administração tem como pressuposto a não distribuição de dividendos ao Acionista no horizonte temporal em prospeção, por força do elevado esforço financeiro exigido para a concretização do Plano de Investimentos em curso.

## **7. Informações adicionais**

### **7.1. Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização**

De acordo com as obrigações de comunicação previstas nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais, comunica-se o seguinte:

Os acionistas que detêm mais de 10% do capital social são:

- 100% - Direção Geral do Tesouro.

Os administradores da APDL não detêm qualquer ação da empresa.

### **7.2. Conselho de Administração - mandato 2020-2022**

O atual Conselho de Administração da APDL foi eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito de 1 de julho de 2020, com produção de efeitos nessa mesma data, e é composto por um presidente e dois vogais, em conformidade com o artigo 9.º dos Estatutos, eleito para o mandato 2020 – 2022.

## 8. Proposta de Aplicação de Resultados

Em conformidade com o previsto no artigo 17.º dos Estatutos da Sociedade e no artigo 294.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido da atividade desenvolvida em 2022, no montante de **9.047.339 euros**:

Reserva para Investimento	7.088.838 euros
Reserva - Ativos das Concessões	1.958.501 euros

A presente proposta de aplicação de resultados tem subjacentes os seguintes aspetos:

- A APDL pretende desenvolver no médio prazo um plano de investimentos que excede os 451 milhões de euros, dos quais 149 milhões de euros a desenvolver entre 2023 e 2025. Deste plano, financiado em grande parte por fundos próprios, salientam-se, entre outros:
  - (1) A continuação do investimento público na empreitada de **Prolongamento do Quebra-mar do Porto de Leixões**, no valor previsto de **70 milhões de euros**, no âmbito da construção do Novo Terminal com fundos a -14 metros ZH do porto de Leixões, a desenvolver até 2024.
  - (2) A existência de outras **necessidades de investimento**, designadamente a **Reabilitação do Cais da Doca 1 Norte**, no valor de 25,5 milhões de euros, a **Implementação do Centro Inspetivo do Porto de Leixões** estimado em 11,1 milhões de euros e a **construção do Data Center TIER III** no valor de 9,7 milhões de euros.
- O objetivo de minimizar o recurso a capital alheio no financiamento do plano de investimentos da empresa, de modo garantir a manutenção de uma estrutura financeira sustentável, aconselhando o reforço da Reserva para Investimento no valor de 7.088.838 euros, para assegurar os fundos próprios necessários à concretização dos projetos previstos.
- As duas unidades de negócio, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, continuam a exigir um esforço financeiro adicional da empresa para suportar o desenvolvimento corrente das suas atividades, o que justifica a retenção na empresa dos resultados gerados essencialmente pela exploração do Porto de Leixões.
- Os impactos económicos negativos associados à pandemia SARS-CoV-2, à crise geopolítica internacional associada à invasão pela Rússia da Ucrânia, à crise energética e à significativa redução do movimento de granéis líquidos pelo encerramento da Refinaria de Matosinhos, nomeadamente no volume de negócios da APDL.

Leça da Palmeira, maio de 2023

O Conselho de Administração,

Eng.º João Pedro Moura Castro Neves

Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho

Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Balanço

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.  
Balanço em 31 de dezembro de 2022

Unid: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	458.086.215	366.016.320
Propriedades de investimento	6	685.949	690.001
Ativos intangíveis	7	70.052.374	67.762.364
Outros investimentos financeiros	9	37.480	28.828
Ativos por impostos diferidos	20.3	23.376.916	24.753.006
		552.238.934	459.250.519
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários	15	840.178	786.957
Clientes	11.1	6.543.596	4.431.839
Estado e outros entes públicos	16.1	78.248	609.502
Outros créditos a receber	11.2	15.748.780	2.201.670
Diferimentos	17.1	2.760.427	4.796.163
Caixa e depósitos bancários	10	16.034.376	28.355.165
		42.005.605	41.181.296
		594.244.539	500.431.815
<b>Total do ativo</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital subscrito	21	51.035.000	51.035.000
Reservas legais	22	11.122.456	11.122.456
Outras reservas	23	186.809.439	186.595.377
Resultados transitados	24	72.006.610	66.008.375
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	25	81.716.992	61.395.582
		402.690.497	376.156.790
Resultado líquido do período		9.047.339	6.069.477
		411.737.836	382.226.267
<b>Total do capital próprio</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Provisões	18	4.137.171	3.656.052
Financiamentos obtidos	14	64.052.500	12.420.000
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	4.550.353	7.015.036
Passivos por impostos diferidos	20.4	4.222.833	3.338.113
Outras dívidas a pagar	13.2	21.058.412	14.448.756
Diferimentos	17.2	44.263.594	45.099.490
		142.284.863	85.977.447
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	13.1	2.003.098	2.092.925
Estado e outros entes públicos	16.2	1.248.203	1.281.067
Financiamentos obtidos	14	3.367.500	1.140.000
Outras dívidas a pagar	13.2	25.760.749	20.597.674
Diferimentos	17.2	7.842.290	7.116.435
		40.221.840	32.228.101
		182.506.703	118.205.548
<b>Total do passivo</b>			
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>			
		594.244.539	500.431.815

## Demonstração dos resultados por naturezas

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2022

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	27.1.1	57.569.824	52.619.277
Subsídios à exploração	26.2	1.017.484	928.182
Trabalhos para a própria entidade	27.2	570.670	600.258
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15.2	(1.876.048)	(1.418.400)
Fornecimentos e serviços externos	28.1	(14.653.734)	(13.896.815)
Gastos com o pessoal	28.2	(16.475.122)	(16.361.685)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(74.660)	(8.255)
Provisões (aumentos/reduções)	18.1	(484.668)	18.422
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	(1.000.260)	(1.026.691)
Aumentos/reduções de justo valor	9	(3.132)	596
Outros rendimentos	27.3	15.025.779	13.206.177
Outros gastos	28.3	(5.000.544)	(5.505.533)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		34.615.589	29.155.533
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28.4	(26.984.486)	(25.843.103)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	3.263.199	3.123.004
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		10.894.302	6.435.434
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	14.4	(37.690)	(345.338)
<b>Resultado antes de impostos</b>		10.856.612	6.090.096
Imposto sobre o rendimento do período	20.1	(1.809.273)	(20.619)
<b>Resultado líquido do período</b>		9.047.339	6.069.477
<b>Resultado por ação básico</b>		0,89	0,59

## Demonstração das alterações no capital próprio

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2022

Unid: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
<b>Em 1 de janeiro de 2022</b>	1	51.035.000	11.122.456	186.595.377	66.008.375	61.395.582	6.069.477	382.226.267
<b>Alterações no período:</b>								
Realização das reservas	24	-	-	(588.517)	588.517	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	104.990	(609.773)	-	(504.783)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	24	-	-	802.579	(764.749)	20.931.183	-	20.969.013
Aplicação do resultado líquido	24	-	-	-	6.069.477	-	(6.069.477)	-
	2	-	-	214.062	5.998.235	20.321.410	(6.069.477)	20.464.230
<b>Resultado líquido do período</b>	3						9.047.339	9.047.339
<b>Resultado integral</b>	4=2+3						29.511.569	29.511.569
<b>Operações com detentores de capital próprio:</b>								
Distribuições (dividendos)	5	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	6=1+2+3	51.035.000	11.122.456	186.809.439	72.006.610	81.716.992	9.047.339	411.737.836

**APDL**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS  
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório de Gestão – Exercício de 2022

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2021

Unid: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
<b>Em 1 de janeiro de 2021</b>	1	51.035.000	11.122.456	181.074.410	65.990.279	55.318.428	6.470.967	371.011.540
<b>Alterações no período:</b>								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	(11.798)	(98.809)	-	(110.607)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	24	-	-	-	29.894	6.175.963	-	6.205.857
Aplicação do resultado líquido	24	-	-	5.520.967	950.000	-	(6.470.967)	-
	2	-	-	5.520.967	968.096	6.077.154	(6.470.967)	6.095.250
<b>Resultado líquido do período</b>	3						6.069.477	6.069.477
<b>Resultado integral</b>	4=2+3						12.164.727	12.164.727
<b>Operações com detentores de capital próprio:</b>								
Distribuições (dividendos)	24	-	-	-	(950.000)	-	-	(950.000)
	5	-	-	-	(950.000)	-	-	(950.000)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	6=1+2+3	51.035.000	11.122.456	186.595.377	66.008.375	61.395.582	6.069.477	382.226.267

## Demonstração de fluxos de caixa

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2022

Unid: Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2022	2021
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
<b>Recebimentos de clientes</b>		65.679.613	61.996.279
<b>Pagamentos a fornecedores</b>		(23.475.070)	(19.742.934)
<b>Pagamentos ao pessoal</b>		(13.309.565)	(13.000.599)
Caixa gerada pelas operações		28.894.978	29.252.746
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>	20.2.3	452.850	25.801
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		(8.878.769)	(7.215.509)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		20.469.059	22.063.038
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(101.637.789)	(66.976.728)
Ativos intangíveis		(496.973)	(1.092.891)
Investimentos financeiros	9	(11.529)	(7.774)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		101.527	460.795
Outros ativos		11.603	12.290
Subsídios ao investimento		16.244.841	14.882.851
Juros e rendimentos similares	10.2	36	1.307
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(85.788.173)	(52.720.150)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	14.2	55.000.000	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	14.2	(1.140.000)	(1.100.000)
Juros e gastos similares	14.4	(671.675)	(394.286)
Dividendos	13.2	(190.000)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		52.998.325	(1.494.286)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		(12.320.789)	(32.151.398)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		28.355.165	60.506.563
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		16.034.376	28.355.165

## **NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM**

**31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Montantes expressos em Euros)

### **Introdução**

#### **1. Identificação da entidade**

**Denominação social:** APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

**Natureza jurídica:** Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

**Sede:** Avenida da Liberdade, 4450-718 Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos.

**Número de pessoa coletiva:** 501449752

A APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., adiante designada por “APDL” ou “Empresa”, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objeto a administração dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo e da via navegável do rio Douro, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

##### **1.1. Áreas de jurisdição**

###### **Porto de Leixões**

A área de jurisdição abrange a faixa marginal do domínio público marítimo desde o enfiamento do eixo da Rua da Bélgica na Praia de Lavadores até ao paralelo do farol da Boa Nova, ao Norte do Porto de Leixões e compreende, além disso, as duas zonas seguintes:

- Zona do Porto do Douro, que inclui todo o estuário do Rio Douro desde 200 metros a montante da Ponte Luís I até à Foz com todas as suas margens, ancoradouros, cais, docas e terraplenos existentes ou que venham a ser construídos;
- Zona do Porto de Leixões que abrange os quebra-mares, a área molhada por eles circunscrita e as docas existentes ou a construir; o curso do Rio Leça até à antiga ponte dos moinhos de Guifões e a área terrestre delimitada pelo domínio público respetivo.

###### **Porto de Viana do Castelo**

A área de jurisdição é constituída pelos terrenos do domínio público marítimo e fluvial delimitados pelos contornos e linhas definidos na planta anexa ao Decreto-Lei n.º 211/2008 de 3 de novembro.

## Via Navegável do Douro

As atribuições e competências referidas são prosseguidas e exercidas nas áreas situadas dentro do domínio público hídrico e nas zonas marítimas, fluvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração e gestão da via navegável do rio Douro e à execução e conservação das obras nelas existentes ou em curso.

- Todo o leito e as parcelas das margens diretamente associadas e necessárias às infraestruturas e equipamentos, existentes ou que venham a ser construídos, de apoio à navegação da via navegável do rio Douro e as águas do rio Douro, desde a foz do rio Águeda, afluente da margem esquerda do rio Douro, até à respetiva barra, bem como os afluentes deste troço do rio Douro até ao perfil em que o leito desse afluente se encontre a cota igual à cota máxima de retenção normal da albufeira do rio Douro em que esse afluente desagua, incluindo as eclusas e os cais de acostagem;
- Os acessos fluviais aos cais de acostagem e às zonas de manobra, os terraplenos adjacentes às zonas portuárias e os acessos terrestres inseridos nestas áreas de ligação às vias municipais e nacionais.

### 1.2. Áreas de atuação

- a) Fomentar e promover a atividade portuária nos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo;
- b) Assegurar o regular funcionamento dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo nas suas vertentes de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária;
- c) Atribuir licenças ou concessões nas áreas sob a sua jurisdição;
- d) Licenciatar o exercício da atividade portuária e a concessão de serviços públicos portuários;
- e) Regulamentar as taxas a cobrar pela utilização dos portos e respetivos serviços;
- f) Supervisionar e fiscalizar o uso público dos serviços inerentes à atividade portuária;
- g) Expropriar, por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários;
- h) Promover e incentivar a navegação na via navegável do rio Douro;
- i) Promover e incentivar as atividades relacionadas com a navegação, divulgando a sua imagem junto dos agentes económicos, gerindo os recursos e contribuindo para o desenvolvimento da região do Douro;
- j) Desenvolver e conservar as infraestruturas e os equipamentos destinados a assegurar a circulação na via navegável do rio Douro e a utilização das instalações portuárias;

- k) Administrar os bens integrados na sua área de jurisdição;
- l) Coordenar as intervenções de outras entidades públicas ou privadas com impacto na via navegável do rio Douro.

### **1.3. Serviços prestados**

- a) Ajudas à navegação;
- b) Gestão de postos de acostagem;
- c) Controlo de tráfego marítimo;
- d) Prestação dos serviços de amarração, guindagem, armazenagem, aguada, recolha de resíduos, energia elétrica, rebocadores e pilotagem;
- e) Manutenção dos canais de acesso;
- f) Utilização da via navegável do Rio Douro;
- g) Prevenção e combate à poluição no mar;
- h) Sistemas de segurança;
- i) Construção e manutenção de acessibilidades terrestres ao porto;
- j) Manutenção de equipamentos, cais e terraplenos;
- k) Limpeza da área portuária;
- l) Atribuição de licenças no âmbito da sua área de jurisdição (praias, terraplenos, “pipelines”, entre outros) e;
- m) Atribuição de concessões (Granéis Líquidos, Contentores, Granéis Sólidos, Carga Geral Fracionada, Doca de Recreio, Porto de Pesca, Cais de Gaia, Cais Comercial da Sardoura, Cais Comercial da Várzea do Douro).

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o setor marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária através do acionamento dos processos de concessão ao setor privado das operações e infraestruturas portuárias com o conseqüente afastamento da APDL da área operacional (cada vez mais "Landlord Port" e menos "Tool Port") e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de autoridade portuária. Os prazos das concessões são, na sua generalidade, de 25 anos.

A APDL foi inicialmente constituída com um capital social de 20.854.740 euros, tendo este subseqüentemente sido aumentado para 48.000.000 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos ativos integrados nas contas aquando da sua constituição.

Em 28 de março de 2008, por deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3.035.000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do

Estado Português). Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.000 euros e passou a ser constituído por 10.207.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. com a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4.º do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015 produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a partir de 1 de janeiro de 2015. A transmissão dos valores patrimoniais ativos e passivos foi efetuada pelos valores inscritos na contabilidade da APVC tendo-se aplicado, consequentemente, o regime especial de neutralidade fiscal previsto nos artigos 74.º e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRC).

Com o registo definitivo da fusão, a APVC foi extinta, pelo que a universalidade dos seus bens, direitos e obrigações ficaram na esfera da APDL, na qualidade de Sociedade Incorporante.

Por outro lado, em 21 de maio de 2015, foi publicado o Decreto-Lei n.º 83/2015, que procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, fluvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM, I.P.), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.), transmitindo também a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição. Esta integração reportou-se a 1 de janeiro de 2015.

Em função do referido acima, os Estatutos foram alterados, passando a Empresa a designar-se APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 1 de junho de 2021. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (Unid.: €1), salvo indicação explícita em contrário, e foram elaboradas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2022. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

### **2.1. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### **2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

## **3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória**

Nota não aplicável.

## **4. Principais políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se na respetiva nota do anexo. As políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos acontecimentos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 4.3.

### **4.1. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras têm por base o custo histórico com a exceção dos itens do ativo fixo tangível referidos na Nota 5.

### **4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes**

#### **4.2.1. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira**

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos e recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados

na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos e transações.

#### **4.2.2. Classificação no balanço**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados no balanço, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

#### **4.2.3. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros não são compensados entre si, exceto se houver condições contratuais ou legais que assim o permitam.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado menos imparidade ou ao justo valor através de resultados e classificam-se como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Dívidas de clientes e outros créditos a receber;
- Investimentos financeiros;
- Instrumento de capital próprio de outra entidade.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e classificam-se como:

- Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros;
- Empréstimos obtidos.

Os gastos ou rendimentos apurados no exercício são reconhecidos nas seguintes rubricas da demonstração de resultados por naturezas:

- Imparidades: Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)
- Justo valor: Aumentos/reduções de justo valor
- Outros rendimentos ou Outros gastos

#### **4.2.4. Gestão do risco financeiro**

##### **Risco da taxa de juro**

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco da taxa de juro.

A eventual subida das taxas de juro dos financiamentos obtidos com taxas variáveis, aumentará os encargos de financiamento e os respetivos exfluxos de caixa.

##### **Risco de liquidez**

O caixa e equivalentes são depositados, na sua quase totalidade, no IGCP, em depósitos à ordem ou em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC). A APDL não tem quaisquer aplicações financeiras sujeitas a cotação ou com risco de reembolso.

As disponibilidades financeiras imediatas são estimadas de modo a minimizar a probabilidade de incumprimento de quaisquer pagamentos.

Sempre que o caixa e equivalentes excedem os montantes a pagar são aplicados em CEDIC, aumentando assim a eficiência financeira e reduzindo o custo de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

#### **Risco da taxa de câmbio**

As vendas e prestações de serviços realizadas pela APDL são faturadas e recebidas totalmente em euros pelo que considerámos inexistente o risco cambial nas dívidas dos clientes.

A aquisição de bens e serviços é feita maioritariamente no mercado nacional e também no mercado da União Europeia. Uma quantidade residual e pontual é feita em moeda diferente do euro e com pagamento imediato ou a muito curto prazo. Assim, entendemos que o risco cambial nas dívidas a fornecedores e outros credores é nulo.

A APDL, pelos motivos apresentados, não recorre a instrumentos de cobertura do risco cambial.

#### **Risco de crédito**

A exposição da APDL ao risco de crédito está associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A APDL tenta assegurar a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos contratados. Para o bom cumprimento das cobranças, a APDL realiza uma análise económica e financeira aos seus atuais e potenciais clientes, obrigando em determinadas situações, à entrega de garantias bancárias, depósitos ou seguros de caução antes da realização de quaisquer contratos. No âmbito dos seus poderes de autoridade, a APDL recorre à execução fiscal para recuperação dos seus créditos em mora.

A quantia relativa a clientes e outros créditos a receber encontra-se líquida de imparidades e representa a máxima exposição da APDL ao risco de crédito.

### **4.3. Principais estimativas e julgamentos apresentados**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos exercícios posteriores são as que seguem:

#### **4.3.1. Ativos fixos tangíveis e intangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos de depreciação e amortização a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional e as tabelas fiscais em vigor.

#### **4.3.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser espoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à APDL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto, vidas úteis esperadas e valores residuais.

#### **4.3.3. Imparidade das contas a receber**

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são avaliadas em cada data de relato e consideram a antiguidade dos saldos, a informação histórica do devedor e outros fatores tais como a conjuntura económica ou tendências setoriais.

A avaliação feita pela Empresa pode divergir do risco efetivo.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela gestão de acordo com os riscos estimados de cobrança existentes na data de relato os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

#### **4.3.4. Provisões para contingências**

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### **4.3.5. Pressupostos atuariais**

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

#### **4.3.6. Imposto sobre o rendimento**

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

A Empresa reconhece ativos por impostos diferidos quando tem uma convicção razoável de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão ocorrerá nos exercícios em que os ativos serão revertidos. A avaliação dos ativos por imposto diferido é efetuada pela Empresa em cada data de relato considerando o desempenho futuro esperado.

#### **4.4. Principais fontes de incerteza de estimativas**

A gestão considera que as principais fontes de incerteza de estimativas que contêm um risco significativo de provocar ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas de ativos e passivos no exercício seguinte são:

- Subida das taxas de juro que servem de referência aos financiamentos obtidos;
- Expetativa de desfecho dos processos judiciais em curso;
- Taxas dos impostos sobre o rendimento aplicável aos ativos e passivos por imposto diferido.

## **Investimentos**

### **5. Ativos fixos tangíveis**

#### **Políticas contabilísticas**

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens construídos em terrenos do domínio público) integrados à data de constituição da Empresa foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do Valor em Uso Continuado (VUC). Estes ativos estão escriturados pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis do porto de Viana do Castelo, integrados à data de constituição da APVC, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2009, tendo sido utilizado o método do VUC.

No que se refere aos ativos fixos tangíveis da Via Navegável do Douro, integrados na APDL na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2015, tendo sido utilizado o método do VUC (ver Nota 23).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, os impostos não dedutíveis, despesas de transporte, de montagem e preparação do ativo até que se encontre em condições de utilização.

Os custos subsequentes incorridos que aumentem a vida útil, a capacidade ou melhorem o desempenho dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que ocorrem. As reparações periódicas obrigatórias que aumentam a utilidade económica dos ativos fixos tangíveis (equipamentos) são reconhecidas como itens de ativo fixo tangível e depreciados durante o período de duração das mesmas.

Os gastos de depreciação são calculados, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação do ativo, durante a sua vida útil estimada. Os bens objeto do processo de avaliação patrimonial acima referido são depreciados em função do período de vida útil atribuído naquele processo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas médias, em anos:

	Vida útil média
Edifícios e outras construções	20 – 80
Equipamento básico	5 – 15
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	4 – 8
Outras imobilizações corpóreas	4 – 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.



O abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis gera rendimentos ou gastos que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

### 5.1. Quantias escrituradas

Os *Ativos fixos tangíveis*, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tem a seguinte composição:

2022	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	84.236.736	-	(422.939)	83.813.797
Edifícios e outras construções	618.470.789	(323.870.751)	(81.819.262)	212.780.776
Equipamento básico	43.171.577	(19.160.925)	(340.655)	23.669.997
Equipamento de transporte	847.086	(384.032)	-	463.054
Equipamento administrativo	8.144.286	(6.133.522)	(277.391)	1.733.373
Outros ativos fixos tangíveis	8.977.338	(4.165.719)	(1.213.321)	3.598.298
Ativos fixos tangíveis em curso	129.545.711	-	(2.045.718)	127.499.993
Adiantamentos	4.526.927	-	-	4.526.927
Total	897.920.450	(353.714.949)	(86.119.286)	458.086.215



2021	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	84.210.673	-	(422.939)	83.787.734
Edifícios e outras construções	604.838.512	(305.925.788)	(83.443.722)	215.469.002
Equipamento básico	29.104.413	(17.039.819)	(397.593)	11.667.001
Equipamento de transporte	431.986	(356.755)	-	75.231
Equipamento administrativo	16.367.981	(13.864.451)	(393.959)	2.109.571
Outros ativos fixos tangíveis	9.155.132	(4.593.782)	(1.272.677)	3.288.673
Ativos fixos tangíveis em curso	42.582.830	-	(4.647.563)	37.935.267
Total	798.375.368	(341.780.595)	(90.578.453)	366.016.320

## 5.2. Movimentos no exercício

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

2022	Saldo inicial	Adições (vide 0)	Alienações e abates	Transferências e outros	Depreciações	Imparidades (vide 5.2.2)	Saldo final
Terrenos e recursos nat.	83.787.734	23.107	-	2.956	-	-	83.813.797
Edifícios e outras const.	215.469.002	7.231.803	(55.601)	5.699.284	(17.951.178)	2.387.466	212.780.776
Equipamento básico	11.667.001	2.336.026	-	11.748.371	(2.138.339)	56.938	23.669.997
Equip. de transporte	75.231	415.100	-	-	(27.277)	-	463.054
Equip. administrativo	2.109.571	260.160	(42)	347	(753.231)	116.568	1.733.373
Outros ativos fixos tang.	3.288.673	719.063	-	135.100	(656.956)	112.418	3.598.298
Investimentos em curso	37.935.267	108.334.346	-	(17.769.360)	-	(1.000.260)	127.499.993
Adiantamentos (vide 5.2.3)	11.683.841	-	-	(7.156.914)	-	-	4.526.927
Total	366.016.320	119.319.605	(55.643)	(7.340.216)	(21.526.981)	1.673.130	458.086.215

2021	Saldo inicial	Adições	Alienações e abates	Transferências e outros	Depreciações	Imparidades (vide 5.2.2)	Saldo final
Terrenos e recursos nat.	81.832.118	688.116	-	1.267.500	-	-	83.787.734
Edifícios e outras const.	197.573.273	14.652.893	-	18.556.893	(17.643.511)	2.329.454	215.469.002
Equipamento básico	11.742.966	482.445	-	1.106.398	(1.695.027)	30.219	11.667.001
Equip. de transporte	97.570	-	-	-	(22.339)	-	75.231
Equip. administrativo	2.207.919	255.781	(581)	259.468	(788.424)	175.408	2.109.571
Outros ativos fixos tang.	929.729	2.020.062	(6.714)	907.131	(543.398)	(18.137)	3.288.673
Investimentos em curso	25.029.035	34.077.666	(55.000)	(20.089.743)	-	(1.026.691)	37.935.267
Adiantamentos (vide 5.2.3)	-	11.683.841	-	-	-	-	11.683.841
Total	319.412.610	63.860.804	(62.295)	2.007.647	(20.692.699)	1.490.253	366.016.320

(i) Ver Nota 8 Imparidades dos investimentos.

### 5.2.1. Adições

As adições mais relevantes ocorridas em 2022 foram as seguintes:

Descrição	Montante
Prolongamento do quebra-mar	99.638.417
Recarga de tetrápodes	4.592.708
Rebocador de 70 tons	2.047.072
Reabilitação do Terminal Petrolífero de Leixões (TPL)	1.656.601
Pavimento em cubos de granito no Polo 1 da Plataforma Logística	1.584.095
Implementação do sistema de pesagens	1.147.541
Total	110.666.434

A tabela seguinte apresenta a forma de realização das adições de ativos fixos tangíveis:

	2022	2021
Aquisições de bens e serviços	118.330.844	63.438.497
Custos de financiamento (ver Nota 14.4)	641.485	-
Trabalhos para a própria entidade (ver Nota 27.2)	347.276	422.307
Total	119.319.605	63.860.804

### 5.2.2. Perdas por imparidade

Determinados investimentos realizados em Viana do Castelo e na Via Navegável do Douro revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio). Estes investimentos encontram-se inscritos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026 constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, de 24 de novembro (EACP), dando assim a empresa cumprimento às orientações da tutela setorial. De acordo com as regras contabilísticas, e para efeitos da determinação de eventuais perdas por imparidade, foram levados a cabo estudos com vista à determinação do valor do negócio destas unidades e, conseqüentemente, à necessidade de reconhecer perdas por imparidades sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis ainda em curso (ver Nota 8).

### 5.2.3. Adiantamentos

Os adiantamentos referem-se à empreitada Prolongamento do quebra-mar do Porto de Leixões.

### 5.3. Bens construídos em terrenos de domínio público

O ativo fixo tangível inclui itens construídos em terrenos do domínio público afeto à APDL. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quantias escrituradas dos bens construídos em terrenos do domínio público, por unidade de negócio, eram as seguintes:

	2022	2021
Porto de Leixões (PL)	256.597.337	157.779.592
Porto de Viana do Castelo (PVC)	22.118.060	22.857.748
Total	278.715.397	180.637.340

### 5.4. Compromissos contratuais assumidos

A APDL tinha em 31 de dezembro de 2022 assumido os seguintes compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Descrição	Montante
Prolongamento do quebra-mar	70.979.683
Cais fluviais	386.307
Equipamentos informáticos	185.604
Frota naval	170.000
Edifícios	160.000
Outros compromissos	161.134
Total	72.042.728

## 6. Propriedades de investimento

### Políticas contabilísticas

As propriedades de investimento, integradas à data de constituição da Empresa foram registadas com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do VUC.

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação da propriedade, durante a sua vida útil estimada. Os terrenos classificados nesta categoria não são sujeitos a depreciações.

As propriedades de investimento estão escrituradas de acordo com o modelo do custo, ou seja, pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. É convicção da Administração que a quantia

escriturada das propriedades de investimento representa uma estimativa fiável do seu justo valor.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As intervenções que aumentam a utilidade económica das propriedades são depreciadas durante o período de duração das mesmas.

O abate ou alienação das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	2022	2021
Saldo inicial		
Custo de aquisição	783.216	3.978.884
Depreciações acumuladas	(93.215)	(1.275.183)
Quantia escriturada	690.001	2.703.701
Movimentos no período:		
Gastos de depreciação	(4.052)	(4.053)
Reclassificação:		
Quantia bruta	-	(3.195.668)
Depreciações acumuladas	-	1.186.021
	-	(2.009.647)
Saldo final:		
Custo de aquisição	783.216	783.216
Depreciações acumuladas	(97.267)	(93.215)
Quantia escriturada	685.949	690.001

## 7. Ativos intangíveis

### Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis compreendem ativos adquiridos ou construídos por concessionários, licenças de utilização de aplicações informáticas, de projetos e programas de computador desenvolvidos internamente. As políticas contabilísticas aplicáveis são as seguintes:

### **1. Outros ativos intangíveis (exclui ativos adquiridos ou construídos por concessionários)**

Os ativos intangíveis (exceto os apresentados no ponto seguinte) são registados pelo seu valor de aquisição, acrescido de todos os custos incorridos até à data da sua entrada em utilização. Os custos compreendem os serviços prestados por fornecedores, impostos não dedutíveis, custos com mão-de-obra interna e consumos de materiais.

O valor escriturado corresponde ao custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados pelo método das quotas constantes, em duodécimos, durante um período de 3 a 6 anos.

Os custos com a manutenção dos ativos intangíveis são reconhecidos como gastos do período na rubrica *Fornecimentos e serviços externos*.

### **2. Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a APDL no final dos respetivos contratos**

As Administrações Portuárias (AP), sob a égide da APP acordaram em 20 de março de 2012 a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das demonstrações financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e, objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as AP. A política contabilística adotada é descrita nos parágrafos abaixo.

#### **Reconhecimento**

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que a APDL beneficia de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da APDL a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da APDL. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo deverá ser amortizado ou depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela APDL, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão.

As quantias correspondentes à diferença entre os gastos de amortização ou depreciação do ativo e o rendimento do período, incluídos nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período posterior para a conta de capital próprio *Reservas não distribuíveis – Concessões*.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela APDL. O saldo respetivo da conta *Reservas não distribuíveis – Concessões* será transferido para a conta *Outras variações no capital próprio – Concessões*.

### **Mensuração**

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

### **Notas adicionais**

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da conta 432 – *Edifícios e outras construções* por contrapartida da conta *Outros rendimentos*.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja, no final do contrato de concessão.

## **7.1. Quantias escrituradas**

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram como segue:



2022	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projetos de desenvolvimento	2.946.837	(2.602.407)	(51.945)	292.485
Programas de computador	17.157.570	(14.806.788)	(1.041.930)	1.308.852
Propriedade industrial	87.259	(84.165)	-	3.094
Ativos das concessões	99.200.196	(31.877.428)	-	67.322.768
Investimentos em curso	1.125.175	-	-	1.125.175
Quantia escriturada	120.517.037	(49.370.788)	(1.093.875)	70.052.374

2021	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projetos de desenvolvimento	2.946.837	(2.173.895)	(148.401)	624.541
Programas de computador	16.841.200	(13.411.006)	(1.535.283)	1.894.911
Propriedade industrial	87.259	(81.691)	-	5.568
Ativos das concessões	92.766.908	(28.250.743)	-	64.516.165
Investimentos em curso	721.179	-	-	721.179
Quantia escriturada	113.363.383	(43.917.335)	(1.683.684)	67.762.364

## 7.2. Movimentos no exercício

2022	Saldo inicial	Adições (vide 7.2.1)	Amortizações	Imparidades (i)	Total
Projetos de desenvolvimento	624.541	-	(428.512)	96.456	292.485
Programas de computador	1.894.911	316.370	(1.395.782)	493.353	1.308.852
Propriedade industrial	5.568	-	(2.474)	-	3.094
Ativos das concessões	64.516.165	6.433.288	(3.626.685)	-	67.322.768
Intangíveis em curso	721.179	403.996	-	-	1.125.175
Total	67.762.364	7.153.654	(5.453.453)	589.809	70.052.374

2021	Saldo inicial	Adições	Transferências	Amortizações	Imparidades (i)	Total
Projetos de desenvolvimento	956.596	-	-	(428.512)	96.457	624.541
Programas de computador	1.816.460	743.711	208.805	(1.383.668)	509.603	1.894.911
Propriedade industrial	8.641	-	-	(3.073)	-	5.568
Ativos das concessões	44.631.039	23.216.224	-	(3.331.098)	-	64.516.165
Intangíveis em curso	606.841	321.143	(206.805)	-	-	721.179
Total	48.019.577	24.281.078	2.000	(5.146.351)	606.060	67.762.364

(i) Ver Nota 8 Imparidades dos investimentos.

### 7.2.1. Adições

Na rubrica Programas de computador, a adição mais relevante é relativa à aplicação informática JUL – Janela Única Portuária (284 mil euros).

As adições de Ativos das concessões são relativas aos seguintes contratos de concessão do Porto de Leixões:

Concessão	Adições
Terminal de Contentores	6.107.358
Terminal de Carga Geral e de Granéis	325.930
Total	6.433.288

As adições incluem o montante de 223.394 euros relativo a trabalhos para a própria entidade (ver Nota 27.2).

### 7.3. Compromissos contratuais assumidos

A APDL tinha em 31 de dezembro de 2022 assumido compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis no montante de 430.087 euros 298.741 euros (2021: 298.741 euros).

## 8. Imparidades dos investimentos

### Políticas contabilísticas

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que a quantia pela qual o ativo ou a unidade geradora de caixa se encontra reconhecido no balanço não seja recuperável, é estimada a quantia recuperável do ativo.

Caso a quantia pela qual o ativo se encontra escriturado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada na demonstração dos resultados numa das seguintes rubricas:

- Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).
- Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).

Os investimentos não depreciáveis são os terrenos e os investimentos em curso.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os fluxos de caixa futuros são estimados para o ativo na condição corrente pelo que não consideram quaisquer influxos ou exfluxos resultantes de:

- Reestruturação futuras com a qual a Empresa ainda não se comprometeu;
- Aumentos ou melhorias no desempenho do ativo.

As estimativas dos fluxos de caixa futuro não incluem quaisquer fluxos provenientes das atividades de funcionamento e de recebimentos ou pagamentos de impostos sobre o rendimento.

As reversões das perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são registadas quando:

- i. se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiriam;
- ii. de acordo com as depreciações ou amortizações praticadas sobre os itens de ativo em imparidade;

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados nas rubricas acima referidas e é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida das amortizações ou depreciações acumuladas) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Relativamente à estimativa da quantia recuperável dos ativos de investimento, deve ter-se em consideração as seguintes condições:

- i. as atividades desenvolvidas nas unidades geradoras de caixa (UGC), Porto de Viana do Castelo (PVC) e Via Navegável do Douro (VND) tem natureza de serviço público; e,
- ii. a maioria dos edifícios, infraestruturas, equipamentos e instalações foram construídos ou estão implantados em terrenos do domínio público e como tal não podem ser transacionados;

O valor recuperável dos itens de investimento com as qualidades acima descritas corresponde ao seu valor de uso. O valor de uso é a quantia descontada dos fluxos de caixa futuros que serão gerados pelo ativo durante a sua vida útil residual esperada.

A UGC PVC é constituída por todos os ativos afetos ao porto de Viana do Castelo, exceto aqueles afetos à concessão West Sea. A UGC VND é constituída pelos ativos afetos à gestão e operação da Via Navegável do Douro, construídos ou instalados em propriedades da Empresa ou na área de jurisdição referida na Nota 1.1.

Pelo facto dos estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, conseqüentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso por estas UGC ter levado em consideração:

- i. os investimentos em curso e a realizar a médio prazo, e;
- ii. que a realização de tais investimentos apenas será possível caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis;
- iii. os investimentos realizados nestas duas unidades de negócio revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio). Estes investimentos

encontram-se inscritos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026 constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, de 24 de novembro (EACP), dando assim a Empresa cumprimento às orientações da tutela setorial.

A perda por imparidade é ainda imputada aos ativos fixos tangíveis e intangíveis que na data de relato financeiro se encontram em curso.

### 8.1. Pressupostos das estimativas

Em 31.12.2019, a APDL estimou a quantia recuperável dos ativos de investimento afetos às UGC, PVC e VND, com recurso a peritos externos independentes. As estimativas das quantias recuperáveis com referência a 31 de dezembro de 2022 foram realizadas internamente sendo que os resultados obtidos apresentam fluxos de caixa futuros negativos e a gestão da Empresa entendeu que não ocorreram factos que provocassem qualquer melhoria na atividade das UGC.

As estimativas realizadas com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, assentaram nos seguintes pressupostos:

	2022	2021
Taxas de crescimento:		
PVC	5,08%	10,90%
VND	5,00%	4,90%
Taxa de inflação	2,43%	1,1%%
Fator de crescimento para a perpetuidade	1,20%	1,20%
Custo médio ponderado do capital (WACC)	5,67%	3,60%

A quantia escriturada dos ativos afetos às UGC corresponde ao justo valor deduzido dos custos de venda, baseados em transações recentes, pelo facto do resultado de avaliação dos fluxos de caixa futuros ser inferior. Assim, a imparidade não é imputada aos ativos cuja quantia recuperável assenta no seu justo valor. Estes ativos são terrenos e edifícios implantados em terrenos de domínio privado, viaturas automóveis e embarcações.

### 8.2. Movimentos no exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os movimentos relativos às perdas por imparidade dos ativos de investimento do Porto de Viana do Castelo e da Via



Navegável do Douro, apresentados na demonstração de resultados por naturezas, foram os seguintes:

<b>2022</b>	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Investimentos não depreciáveis:			
Reforço	1.000.260	-	1.000.260
Reversão	-	-	-
Soma (A)	1.000.260	-	1.000.260
Investimentos depreciáveis:			
Reforço	1.383.433	12.950	1.396.383
Reversão	(4.056.823)	(602.759)	(4.659.582)
Soma (B)	(2.673.390)	(589.809)	(3.263.199)
Total (A+B)	(1.673.130)	(589.809)	(2.262.939)

<b>2021</b>	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Investimentos não depreciáveis:			
Reforço	1.031.642	-	1.031.642
Reversão	(4.951)	-	(4.951)
Soma (A)	1.026.691	-	1.026.691
Investimentos depreciáveis:			
Reforço	1.571.598	19.295	1.590.893
Reversão	(4.088.542)	(625.355)	(4.713.897)
Soma (B)	(2.516.944)	(606.060)	(3.123.004)
Total (A+B)	(1.490.253)	(606.060)	(2.096.313)

As perdas por imparidade por unidade geradora de caixa são as seguintes:

	PVC	VND	Total
Em 1 de janeiro de 2021	46.347.459	48.010.991	94.358.450
Movimentos:			
Reforço	176.889	2.445.646	2.622.535
Reversão	(2.174.988)	(2.543.860)	(4.718.848)
	(1.998.099)	(98.214)	(2.096.313)
Em 31 de dezembro de 2021	44.349.360	47.912.777	92.262.137
Movimentos:			
Reforço	534.560	1.862.083	2.396.643
Reversão	(2.112.161)	(2.547.421)	(4.659.582)
	(1.577.601)	(685.338)	(2.262.939)
Reclassificação	(2.786.038)	-	(2.786.038)
Em 31 de dezembro de 2022	39.985.721	47.227.439	87.213.160

O investimento Acesso rodoviário ao Porto de Viana do Castelo foi reclassificado na rubrica do balanço, Diferimentos pelo que se procedeu à reclassificação da respetiva perda por imparidade (ver Nota 17.1).

## Ativos e passivos financeiros

### 9. Outros investimentos financeiros

#### Políticas contabilísticas

A rubrica é constituída por ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados (ver Nota 4.2.3).

O detalhe das quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e dos movimentos ocorridos nos períodos é o seguinte:

	2022	2021
Saldo inicial	28.828	20.212
Reforços	11.898	8.020
Diminuições	( 111)	-
Gastos e rendimentos:		
Rendimentos / (gastos)	( 3)	-
Aumentos/ (reduções) de justo valor	(3.132)	596
Saldo final	37.480	28.828

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respeitam na globalidade à participação no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O FCT é um fundo autónomo dotado de personalidade jurídica e foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

A quantia escriturada é estimada de acordo com o valor unitário das unidades de participação em 31 de dezembro de cada exercício.

## **10. Caixa e equivalentes de caixa**

### **Políticas contabilísticas**

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à ordem, os depósitos a prazo e os títulos negociáveis com elevada liquidez. São considerados de elevada liquidez os depósitos e títulos que possam ser liquidados até três meses. Os descobertos bancários são reconhecidos na rubrica do passivo Financiamentos obtidos e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

- **Caixa**

Compreende as notas, moedas e cheques não depositados. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos resultados do período.

- **Depósitos a prazo**

Os depósitos a prazo nesta rubrica são mobilizáveis num prazo inferior a três meses. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere independentemente do seu recebimento posterior.

### **10.1. Quantias reconhecidas em caixa e depósitos bancários**

O Caixa e equivalentes de caixa apresenta o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	2022	2021
<b>Caixa:</b>		
Numerário	6.932	6.280
<b>Depósitos bancários:</b>		
Depósitos à ordem	6.027.444	4.348.885
Depósitos a prazo	10.000.000	24.000.000
Total	16.034.376	28.355.165

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a totalidade dos excedentes de tesouraria da Empresa, estavam aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), com maturidades até 12 meses. Os mesmos são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como um equivalente de caixa pelo facto de poderem ser desmobilizados num período inferior a três meses.

## 10.2. Juros obtidos dos excedentes de tesouraria

Os juros dos excedentes de tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	2022	2021
Juros de depósitos a prazo	36	1.307
Total	36	1.307

## 11. Clientes e outros créditos a receber

### Políticas contabilísticas

As rubricas do balanço, *Clientes* e *Outros créditos a receber* são constituídas por ativos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado deduzido de quaisquer perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica *Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)*, sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### 11.1. Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica *Clientes* tem a seguinte composição:

	2022	2021
Clientes conta corrente	6.538.465	4.430.492
Clientes de cobrança duvidosa	6.880.960	6.808.641
Perdas por imparidade acumuladas (ver Nota 12)	(6.875.829)	(6.807.294)
Quantia escriturada	6.543.596	4.431.839

As dívidas de clientes são constituídas pelo valor das vendas e serviços prestados, impostos (IVA) e quantias devidas a outras entidades portuárias (Entidades FUP, ver Nota 16.2). São mensuradas ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade. As perdas por imparidade (ver Nota 12) são reconhecidas, sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

### 11.2. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição da rubrica *Outros créditos a receber*, é como segue:

	Notas	2022	2021
<b>Pessoal:</b>			
Adiantamentos ao pessoal	0	20.162	28.004
Beneficiários das Obras Sociais	(2)	256.795	284.013
	1	276.957	312.017
<b>Devedores diversos:</b>			
Subsídios a receber (ver Nota 26.3)		14.317.602	26.572
Cauções a terceiros		23.442	175.322
Outros devedores diversos	(3)	608.702	974.777
	2	14.949.746	1.176.671
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos:</b>			
Prestações de serviços	(4)	706.846	950.370
Outros acréscimos		53.790	81.714
	3	760.636	1.032.084
Perdas por imparidade (ver Nota 12)	4	(319.404)	(319.102)
Total = 1+2+3+4		15.667.935	2.201.670

### (1) Adiantamentos ao pessoal

As dívidas do pessoal referem-se (i) à venda de refeições da cantina aos colaboradores e (ii) a adiantamentos para despesas em deslocações.

### (2) Beneficiários das Obras Sociais

As dívidas dos beneficiários das Obras Sociais são relativas à parte das despesas não comparticipadas pelas prestações de serviços médicos e pela aquisição de medicamentos cujo custo é suportado pela APDL e posteriormente debitado aos beneficiários.

### (3) Outros devedores diversos

Inclui a quantia de 285.943 euros relativa a despesas debitadas à Alfândega do Porto, relacionadas com a Cimeira Ibero – Americana realizada em 2004. Pelo facto de se considerar improvável a recuperação deste montante, encontra-se reconhecida uma perda por imparidade de igual montante.

### (4) Prestações de serviços

Serviços prestados no exercício cuja faturação foi emitida em exercício posterior.

## 12. Perdas por imparidade em ativos financeiros

Os movimentos das perdas por imparidade em ativos financeiros ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

2022	Clientes	Outros devedores	Total
Em 1 de janeiro de 2022	6.807.294	319.102	7.126.396
Utilizações	(5.823)	-	(5.823)
Gastos e rendimentos:			
Constituições e reforços	74.360	302	74.662
Reversões	( 2)	-	( 2)
Em 31 de dezembro de 2022	6.875.829	319.404	7.195.233

2021	Clientes	Outros devedores	Total
Em 1 de janeiro de 2021	6.807.294	310.951	7.118.245
Utilizações	-	( 104)	( 104)
Gastos e rendimentos:			
Constituições e reforços	-	8.255	8.255
Em 31 de dezembro de 2021	6.807.294	319.102	7.126.396

### 12.1. Perdas por imparidade de clientes

As perdas por imparidade acumuladas incluem o montante de 6.082.878 relativo às rendas debitadas à entidade que se encontra a explorar o Cais de Gaia, adiante designada por Dourocais.

Em 2009 a APDL demandou a Dourocais em Tribunal Arbitral sendo que em 2012 o Tribunal Arbitral condenou a Dourocais a reconhecer que o contrato administrativo de concessão de uso privativo celebrado com a APDL se manteve plenamente válido e eficaz na ordem jurídica desde a data da celebração (03/03/2000) e condenou a Dourocais a pagar à APDL as taxas vencidas entre 01/02/2002 a 23/06/2009. No entanto, foi interposto recurso pela Dourocais para o Tribunal Central Administrativo Norte, não tendo sido ainda proferido acórdão até à data de encerramento.

Além disso, em 1 de abril de 2015 a APDL praticou o ato administrativo de resolução do contrato de concessão celebrado com a Dourocais e tomada de posse administrativa do Cais de Gaia, tendo a Dourocais instaurado uma providência cautelar contra a APDL com vista a impedir a execução do referido ato administrativo à qual a APDL apresentou oposição.

Em 24 de fevereiro de 2016, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga emitiu um Despacho a suspender a instância, aguardando pela decisão final a ser proferida pelo Tribunal Central Administrativo Norte.

### 12.2. Perdas por imparidade de outros devedores

As perdas por imparidade relativas a outros créditos a receber referem-se a:

- Dívidas dos beneficiários das Obras Sociais, e;
- Despesas debitadas à Alfândega do Porto relacionadas com a Cimeira Ibero Americana realizada em 2004.

## 13. Fornecedores e outras dívidas a pagar

### Políticas contabilísticas

As rubricas do balanço *Fornecedores e Outras dívidas a pagar* são constituídas por passivos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado.

### 13.1. Fornecedores

O detalhe da rubrica *Fornecedores*, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, era o seguinte:

	2022	2021
Fornecedores – conta corrente	1.981.028	1.658.622
Faturas em receção e conferência	22.069	434.303
Total	2.003.097	2.092.925

### 13.2. Outras dívidas a pagar

As *Outras dívidas a pagar*, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentam o seguinte detalhe:

	No- tas	2022		2021	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores de investimentos		14.641.095	-	6.701.566	-
Acionista	(1)	190.000	570.000	190.000	760.000
Outras dívidas a pagar		51.679	-	94.012	-
Acréscimos de gastos	(2)	8.224.310	-	7.717.919	-
Subsídios ao investimento (ver Nota 26.4)		1.492.835	20.488.412	4.878.448	13.688.756
Cauções e retenções de garantias		1.160.829	-	1.015.729	-
Total		25.760.748	21.058.412	20.597.674	14.448.756

#### (1) Acionista

Dívida ao acionista relativa ao dividendo do exercício de 2020, no montante de 950 mil euros. O pagamento anual de 190 mil euros é feito no mês de julho e decorrerá até 2026.

#### (2) Acréscimos de gastos

		2022	2021
Remunerações e encargos sociais	(i)	1.949.550	2.229.276
Comparticipação p/ entidade reguladora	(ii)	5.314.808	4.384.005
Gastos de financiamento		2.070	-
Manutenção das eclusas		354.911	798.008
Eletricidade		325.393	147.447
Impostos		88.903	77.309
Outros acréscimos de gastos		188.675	81.874
Total		8.224.310	7.717.919

#### (i) Remunerações e encargos sociais

Estimativa dos gastos relativos ao direito ao subsídio de férias, aos dias de férias e aos respetivos encargos sociais obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de 2022 e 2021, cujo pagamento ocorrerá no exercício económico posterior.

#### (ii) Participação para a entidade reguladora

Refere-se à participação estimada de 2% das receitas de exploração portuárias, excluindo a receita do serviço de pilotagem. Trata-se da estimativa da quantia devida à AMT, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio. A APDL não efetuou o pagamento pelo facto de não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem a taxa de participação para os exercícios de 2017 a 2022.

## 14. Financiamentos obtidos

### Políticas contabilísticas

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e de montagem incorridos. Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os custos com juros e outros encargos com financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, são considerados como parte do custo desse ativo. Outros custos de financiamento são reconhecidos na rubrica *Juros e gastos similares suportados* da demonstração dos resultados por naturezas.

### 14.1. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentam o seguinte detalhe:

		2022		2021	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Europeu de Investimento	(1)	1.180.000	11.240.000	1.140.000	12.420.000
Empréstimo BPI 1	(2)	2.187.500	15.312.500	-	-
Empréstimo BPI 2	(2)	-	37.500.000	-	-
Total		3.367.500	64.052.500	1.140.000	12.420.000

#### (1) Financiamento BEI

Financiamento obtido junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 20 milhões de euros que se encontra a ser amortizado semestralmente até maio de 2031.

#### (2) Financiamentos BPI

Em 25 de novembro de 2019 a APDL contratou ao Banco BPI, S.A. um financiamento até ao máximo de 17,5 milhões de euros, com uma duração de dez anos e um período de utilização de dois anos.

Os empréstimos obtidos destinam-se ao financiamento do investimento da ação Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões, no âmbito da candidatura comunitária “Action Number 2017-PT\_TM-0134-W Improvement of the Maritime Accessibilities to the Port of Leixões”.

### 14.2. Movimentos no período

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	13.560.000	14.660.000
Recebimentos	55.000.000	-
Amortizações de capital	(1.140.000)	(1.100.000)
Saldo final	67.420.000	13.560.000

### 14.3. Perfil de amortização dos financiamentos

	2022	2021
Passivo corrente:		
Até 1 ano	3.367.500	1.140.000
Passivo não corrente:		
De 1 a 5 anos	21.481.667	5.140.000
Mais de 5 anos	42.570.833	7.280.000
	64.052.500	12.420.000
Total	67.420.000	13.560.000

### 14.4. Custos de financiamento

Os custos de financiamento incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes

	Notas	2022	2021
Juros de financiamentos obtidos		295.885	311.325
Comissões bancárias		354.660	7.500
Comissão sobre o aval do Estado	(i)	28.630	26.513
Total dos custos de financiamento		679.175	345.338
Custos capitalizados	(ii)	(641.485)	-
Gastos de financiamento		37.690	345.338

#### (i) Comissão sobre o aval do Estado

Custos com o aval do Estado Português ao financiamento BEI (0,2% sobre o montante do capital em dívida). A comissão do aval é paga semestralmente, em maio e novembro.

#### (ii) Custos capitalizados

Os custos de financiamento com os financiamentos obtidos ao BPI são capitalizados no investimento em curso Prolongamento do quebra-mar (ver Nota 0).

## Outros ativos e passivos

### 15. Inventários

#### Políticas contabilísticas

Os inventários são constituídos pelos materiais ou consumíveis aplicados nas prestações de serviços e nas atividades internas de manutenção e conservação. São reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, transportes e impostos não dedutíveis.

O valor escriturado é o mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Se o valor realizável líquido for inferior ao valor escriturado então o valor dos materiais será ajustado pelo reconhecimento de gastos na rubrica *Imparidade de inventários (perdas/reversões)* da demonstração dos resultados. O ajustamento será revertido se se deixar de verificar as circunstâncias que determinaram esse ajustamento.

Os consumos de materiais são determinados com base no método do custo médio ponderado.

#### 15.1. Quantias escrituradas

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram as seguintes:

	2022	2021
Mercadorias	60.564	90.318
Matérias subsidiárias e de consumo	779.614	696.639
	840.178	786.957

#### 15.2. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os gastos com inventários reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

2022	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Em 1 de janeiro de 2022	90.318	696.639	786.957
Compras	1.264.041	676.121	1.940.162
Regularizações:			
Perdas	-	(10.893)	(10.893)
Em 31 de dezembro de 2022	(60.564)	(779.614)	(840.178)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.293.795	582.253	1.876.048



2021	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Em 1 de janeiro de 2021	62.571	638.155	700.726
Compras	1.087.997	439.161	1.527.158
Regularizações:			
Perdas	-	(24.244)	(24.244)
Ganhos	-	1.717	1.717
Em 31 de dezembro de 2021	(90.318)	(696.639)	(786.957)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.060.250	358.150	1.418.400

## 16. Estado e outros entes públicos

### 16.1. Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os créditos a receber do *Estado e outros entes públicos* eram os seguintes:

	Notas	2022	2021
Imposto sobre o rendimento (ver Nota 20.2.4)		29.837	532.212
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	(i)	48.411	77.290
Total		78.248	609.502

#### (i) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

A quantia a receber da rubrica Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é relativa ao imposto suportado e ao saldo devedor de imposto apurado no mês de dezembro a deduzir no período posterior.

## 16.2. Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as dívidas a pagar ao Estado e outros entes públicos eram as seguintes:

	Notas	2022	2021
Impostos sobre o rendimento (ver Nota 20.2.4)		29.474	-
Retenção de impostos sobre o rendimento	(i)	303.002	286.166
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(ii)	95.100	323.763
Contribuições sociais (CGA, ADSE, Segurança Social)	(iii)	395.130	343.750
Comparticipação financeira para a DGRM	(iv)	115.953	113.879
Entidades FUP	(v)	309.544	213.509
Total		1.248.203	1.281.067

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a APDL não tinha quaisquer dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

### (i) Retenção de impostos sobre o rendimento

Montantes das retenções na fonte feitas sobre os pagamentos de rendimentos efetuados no mês de dezembro de 2022 e 2021.

### (ii) Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A APDL é um sujeito passivo de IVA no regime da afetação real e regime de tributação normal mensal. A Empresa liquida imposto sobre a generalidade das suas transmissões de bens e prestações de serviços, exceto sobre as operações isentas de acordo com o artigo 14.º do CIVA (isenções nas exportações, operações assimiladas e transportes internacionais).

### (iii) Contribuições sociais

Encargos sociais suportados pela Empresa e encargos retidos aos trabalhadores relativos ao último mês do exercício a entregar às seguintes entidades: CGA, ADSE e Segurança Social.

### (iv) Participação financeira para a DGRM

Refere-se à taxa de 5% sobre as receitas de exploração portuária reconhecidas na conta 72 Prestações de Serviços (excluindo a receita do serviço de pilotagem). As quantias apuradas devem ser pagas às seguintes entidades:

- Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT): taxa máxima de 2%. A taxa é fixada anualmente por despacho dos membros do Governo responsáveis;
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), na percentagem de 3%, de acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 342/2015, de 12 de outubro.

As quantias em dívida em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respeitam apenas à DGRM atendendo ao facto de ainda não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem as taxas de comparticipação a favor da AMT para os exercícios de 2017 a 2022.

#### (v) Entidades FUP

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2016, de 16 de março, determinou a criação da Fatura Única Portuária (FUP) como o sistema que agrega a faturação de todas as entidades públicas, nomeadamente a Autoridade Marítima, a Autoridade Aduaneira, a Autoridade Sanitária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, prestadoras de serviços aos navios no ato de despacho de largada, para cada escala de navio.

A FUP entrou em vigor em 1 de janeiro de 2017 sendo emitida pela Autoridade Portuária e integra as quantias cobradas pelas referidas entidades. Os montantes faturados em nome e por conta das outras entidades são registados na rubrica do balanço *Estado e outros entes públicos*, sendo entregues após a cobrança da fatura ao cliente.

## 17. Diferimentos

### 17.1. Ativos

Os diferimentos no ativo referem-se aos gastos a reconhecer no exercício posterior relativos a contratos de manutenção de equipamentos ou sistemas informáticos e a prémios de seguros, cujos períodos de prestação dos serviços ou período coberto ainda não ocorreram.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica *Diferimentos* do ativo apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2022	2021
Gastos diferidos	(i)	2.694.802	4.723.038
Comissão do empréstimo BEI (ver Nota 14.3)		65.625	73.125
Total		2.760.427	4.796.163

#### (i) Gastos diferidos

Inclui a quantia escriturada de 1.935.814 euros relativa à comparticipação da APDL para a construção dos acessos rodoviários ao Porto de Viana do Castelo que será reconhecida nos gastos em 20 anos.

Inclui ainda a comparticipação na aquisição de um scanner para a Autoridade Tributária, a funcionar no Porto de Leixões (425.856 euros em 31 de dezembro de 2022). Este custo será reconhecido nos gastos durante o seu período de utilização esperado (10 anos). A aquisição de um *scanner* para o Porto de Leixões resulta de um protocolo celebrado entre a APDL e a AT – Autoridade Tributária e Aduaneira. De acordo com este protocolo, a APDL comparticipa a aquisição deste equipamento que funcionará exclusivamente no

Porto de Leixões. O equipamento é imprescindível para a realização da atividade portuária.

## 17.2. Passivos

Os diferimentos no passivo referem-se aos rendimentos a reconhecer no exercício posterior relativo a rendas faturadas antecipadamente e aos rendimentos relativos aos ativos das concessões que revertem gratuitamente para a Empresa no final dos contratos de concessão.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos *Diferimentos* do passivo era o seguinte:

	Notas	2022		2021	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Rendas antecipadas		742.764	-	807.809	-
Ativos das concessões:	17.2.1	7.099.526	44.263.594	6.308.626	45.099.490
		7.842.290	44.263.594	7.116.435	45.099.490

### 17.2.1. Rendimentos dos ativos das concessões

Os rendimentos dos ativos das concessões (vide Nota 7) são reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais próxima em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	51.408.116	32.910.916
Adições	6.433.287	23.216.224
Imputação a rendimentos (ver Nota 27.2)	(6.478.283)	(4.719.024)
<b>Saldo final</b>	51.363.120	51.408.116

A rubrica Adições regista o reconhecimento de novos ativos reversíveis no exercício (ver Nota 7.2.1).

## 18. Provisões e passivos contingentes

### Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (compromisso legal, contratual ou decorrente de uma decisão formal da gestão) resultante de eventos passados e que seja provável que, para a resolução dessa

obrigação, ocorra uma saída de recursos e a quantia da obrigação possa ser estimada com razoável fiabilidade.

A provisão é mensurada pelo valor presente e é atualizada de acordo com a taxa de desconto aplicável. O aumento da provisão decorrente da passagem do tempo é reconhecido na demonstração dos resultados.

Se o motivo da constituição da provisão diminuir ou for extinto, então a provisão será revertida na mesma proporção. A reversão é reconhecida na demonstração de resultados do período.

Caso a obrigação presente não satisfaça o critério de reconhecimento da provisão, a Empresa divulga essa obrigação como um passivo contingente.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que uma saída de benefícios económicos futuros será exigida para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certa a ocorrência futura de um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

### 18.1. Provisões

As quantias escrituradas e os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referem-se totalmente a provisões para processos judiciais em curso e são como segue:

	2022	2021
Em 1 de janeiro de 2022	3.656.052	3.677.574
Utilização	(3.550)	(3.100)
Constituições e reforços	21.271	75.000
Reforço pelo efeito temporal	463.397	108.853
Reversões	-	(202.275)
Em 31 de dezembro de 2022	4.137.170	3.656.052

Das provisões para processos judiciais em curso, destacam-se os processos judiciais:

#### (i) Guindaste Titan

Sinistro ocorrido no Molhe Sul do Porto de Leixões, durante a desmontagem do guindaste Titan no dia 12 de abril de 2012. O acidente originou uma explosão, seguida de incêndio,

causando danos humanos e materiais, tendo espoletado processos judiciais por entidades envolvidas ou afetadas pela ocorrência.

**(ii) Contratos de concessões de domínio público**

Provisões constituídas para fazer face a reclamações relativas a obras realizadas e a processos concursais de adjudicação de utilização privativa do domínio público.

**18.2. Passivos contingentes**

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa tinha responsabilidades contingentes relativas a processos judiciais em curso no montante de 1.147.729 euros. Os processos judiciais respeitam a reclamações de taxas municipais e a indemnizações por obras realizadas em imóveis.

**19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego**

**Políticas contabilísticas**

A APDL assume responsabilidades por benefícios pós-emprego relativas a:

- Pensões de reforma;
- Assistência médica-medicamentosa e assistência hospitalar;
- Prémios escolares e subsídios para creches.

As responsabilidades assumidas são de benefício definido pelo que a obrigação de financiamento e os riscos atuariais recaem na Empresa.

As responsabilidades com o pagamento dos benefícios são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

Os gastos com juros e os gastos com os serviços correntes são reconhecidos no resultado do período, na rubrica *Gastos com o pessoal*.

Os desvios atuariais são registados na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio*.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do balanço juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

### 19.1. Quantias escrituradas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica *Responsabilidades por benefícios pós-emprego* tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Plano médico	3.560.937	5.511.315
Subsídios de creche, de estudo	4.191	16.693
Fundo de Pensões ex-INPP	985.225	1.487.028
Total	4.550.353	7.015.036

### 19.2. Movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2022	5.511.315	16.693	1.487.028	7.015.036
Gastos do período:				
Juros	58.703	103	9.696	68.502
Serviços correntes	16.784	-	-	16.784
	75.487	103	9.696	85.286
Benefícios pagos	(242.277)	(1.080)	(191.008)	(434.365)
(Ganhos)/ Perdas atuariais	(1.783.588)	(11.525)	(320.491)	(2.115.604)
Em 31 de dezembro de 2022	3.560.937	4.191	985.225	4.550.353

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2021	6.170.275	19.515	1.798.636	7.988.426
Gastos do período:				
Juros	47.941	53	5.034	53.028
Serviços correntes	19.130	-	-	19.130
	67.071	53	5.034	72.158
Benefícios pagos	(336.246)	(1.697)	(234.522)	(572.465)
(Ganhos)/ Perdas atuariais	(389.785)	(1.178)	(82.120)	(473.083)
Em 31 de dezembro de 2021	5.511.315	16.693	1.487.028	7.015.036

### 19.3. Ganhos e perdas atuariais acumulados

Os ganhos e perdas atuariais acumulados são reconhecidos na rubrica do capital próprio *Ajustamentos e outras variações no capital próprio*.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as quantias escrituradas eram as seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2021	(11.640.331)	(7.257)	292.478	(11.355.110)
(Ganhos)/ Perdas do exercício	(389.785)	(1.178)	(82.120)	(473.083)
Em 31 de dezembro de 2021	(12.030.116)	(8.435)	210.358	(11.828.193)
(Ganhos)/ Perdas do exercício	(1.783.588)	(11.525)	(320.491)	(2.115.604)
Em 31 de dezembro de 2022	(13.813.704)	(19.960)	(110.133)	(13.943.797)

### 19.4. Pressupostos atuariais

Os estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, para efeitos de apuramento, nessas datas, das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos e beneficiários dos planos de benefícios:

#### Beneficiários por plano de benefícios:

	2022	2021
Plano médico	1.551	1.694
Subsídios de creche e estudo	4	13
Fundo de Pensões ex-INPP	8	8

**Pressupostos atuariais:**

	2022	2021
Tábua de mortalidade	TV 88/90	
Tábua de invalidez	EVK 80	
Idade normal de reforma	67	
Percentagem de casados:		
População ativa	75%	
População inativa	Real	
Diferença de idades entre cônjuges	3 anos (homem mais velho)	
Taxas de desconto:		
Plano médico	4,16%	1,10%
Fundo de Pensões e Subsídio de creche e estudos	4,01%	0,70%
Pensões:		
Crescimento	1,00%	1,00%
Inflação	2,00%	2,00%
Crescimento dos custos médicos:		
Inflação médica	3,00%	3,00%
Crescimento por idade	2,00%	2,00%

**19.5. Análise de sensibilidade à variação da taxa de juro**

O impacto da variação positiva ou negativa de 1 p.p. na taxa de juro assumida para a estimativa da responsabilidade do Plano Médico, é o seguinte:

Responsabilidade em 31.12.2022	Responsabilidade		Variação	
	+ 1 pp	-1 pp	+ 1 pp	-1 pp
3.560.937	3.907.613	3.257.971	346.676	(302.966)

**19.6. Descrição dos planos de benefícios definidos**

**Plano Médico**

Até ao exercício de 2009 a Empresa tinha como responsabilidade o pagamento da assistência médica-medicamentosa e hospitalar, não só aos colaboradores que integravam os quadros da Empresa até 2 de dezembro 1998, como também aos seus cônjuges e filhos até à idade legal do benefício. Contudo, durante o exercício de 2009, todos os trabalhadores, subscritores da Caixa Geral de Aposentações, foram inscritos na ADSE – Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado, atual Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P. (ADSE, I.P.), incluindo cônjuges e filhos que reuniam as necessárias condições, assim como a generalidade dos aposentados, e respetivo agregado familiar. As Obras Sociais, como um sistema complementar de saúde

para todos os beneficiários, continuaram a manter as suas valências disponíveis no Centro de Assistência.

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

#### **Subsídios de creche, de estudo e prémios escolares**

Verbas atribuídas pela Empresa aos filhos dos trabalhadores para subsidiar gastos com creches, escolas e para a atribuição de prémios escolares para incentivar o melhor aproveitamento escolar.

As responsabilidades assumidas referentes aos subsídios de creche, de estudo e prémios escolares constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

#### **Fundo de Pensões ex-INPP**

A APDL ficou obrigada a contribuir, em conjunto com outras Administrações Portuárias, para a manutenção do fundo de aposentações do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP), criado pelo Decreto-Lei nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem.

As responsabilidades assumidas referentes ao fundo de pensões constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

## **20. Imposto sobre o rendimento**

### **Políticas contabilísticas**

O imposto sobre o rendimento é constituído pelo imposto corrente e pelos impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base no resultado líquido, ajustado em conformidade com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras.

O imposto sobre o rendimento é calculado com base no resultado contabilístico ajustado pela aplicação das leis fiscais em vigor na data das demonstrações financeiras. Os ajustamentos fiscais geram diferenças permanentes e diferenças temporárias.

Os impostos diferidos refletem as diferenças temporárias entre os montantes de imposto a liquidar ou a recuperar reconhecidos no resultado contabilístico e os respetivos montantes tributados no exercício resultantes de (i) ajustamentos ao resultado fiscal, (ii) prejuízos fiscais reportáveis obtidos no exercício e (iii) créditos de imposto reportáveis obtidos no exercício. Os prejuízos fiscais são reconhecidos nos ativos por impostos diferidos quando existem expectativas de que sejam recuperados pela dedução a lucros tributáveis futuros. Os créditos de imposto são reconhecidos nos ativos por impostos diferidos quando existem expectativas de que sejam recuperados pela dedução a coletas de imposto futuras.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são estimados anualmente considerando as taxas de tributação em vigor ou substantivamente decretadas na data final do período de relato.

Os impostos diferidos são registados como gastos ou rendimentos do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em rubricas de capital próprio, situação em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica que a transação que o originou.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas demonstrações financeiras.

### 20.1. Quantias reconhecidas no resultado

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

2022	Nota	Base do imposto	Imposto corrente	Imposto diferido	Imposto	Taxa de IR (i)
Taxa de imposto corrente	20.2.1		22,50%			
Resultado antes de impostos		10.856.612	2.442.738	-	2.442.738	22,5%
Ajustamentos ao resultado:						
Diferenças permanentes	20.2.2	133.538	30.046	-	30.046	0,3%
Diferenças temporárias:						
de ativos p/ imposto diferido	20.3.1	(7.964.553)	(1.792.024)	896.476	(895.548)	-8,2%
de passivos p/ imposto diferido	20.4	(2.809.247)	(632.080)	884.720	252.640	2,3%
Soma		216.350	48.680	1.781.196	1.829.876	16,9%
Prejuízo fiscal	20.3.2	173.080	(36.347)	39.388	3.041	0,0%
Créditos de imposto	20.3.3	-	(9.087)	(64.557)	(73.644)	-0,7%
Tributações autónomas		-	50.000	-	50.000	0,5%
Total		389.430	53.246	1.756.027	1.809.273	16,7%

2021	Nota	Base do imposto	Imposto corrente	Imposto diferido	Imposto	Taxa de IR (i)
Taxa de imposto corrente	20.2.1		21,00%			
Resultado antes de impostos		6.090.096	1.278.920	-	1.278.920	21,0%
Ajustamentos ao resultado:						
Diferenças permanentes	20.2.2	(110.287)	(23.160)	-	(23.160)	-0,4%
Diferenças temporárias:						
de ativos p/ imposto diferido	20.3.1	(6.229.884)	(1.308.276)	1.476.739	168.463	2,8%
de passivos p/ imposto diferido	20.4	(1.043.158)	(219.063)	503.783	284.720	4,7%
Soma		(1.293.233)	(271.579)	1.980.522	1.708.943	28,1%
Prejuízo fiscal	20.3.2	1.293.233	271.579	(271.579)	-	-3,4%
Créditos de imposto	20.3.3	-	(751.333)	(938.721)	(1.690.054)	-27,8%
Ajust. de exercícios anteriores		-	(8.270)	-	(8.270)	-0,1%
Tributações autónomas		-	10.000	-	10.000	0,2%
Total		-	(749.603)	770.222	20.619	0,3%

#### (i) Taxa de imposto sobre o rendimento

A taxa de imposto é obtida pelo rácio [Imposto] / [Resultado antes de impostos].

## 20.2. Imposto corrente

### 20.2.1. Taxa de imposto corrente

A taxa de imposto corrente apurada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi a seguinte:

	2022	2021
Resultado antes de impostos	10.856.612	6.090.096
Ajustamentos à matéria coletável	(10.640.262)	(7.383.329)
Resultado fiscal (RF)	216.350	(1.293.233)
Impostos sobre o rendimento (IR) (exclui Tributação autónoma)	48.680	(271.579)
Taxa de imposto corrente (IR / RF)	22,50%	21,00%

As taxas de imposto sobre o rendimento em vigor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

	2022	2021
IRC	21,00%	21,00%
Derrama municipal (sobre o lucro tributável)	1,50%	1,50%
Derrama estadual (sobre o lucro tributável):		
até 1,5 m€	0,00%	0,00%
entre 1,5 m€ e 7,5 m€	3,00%	3,00%
entre 7,5 m€ e 35 m€	5,00%	5,00%
superior a 35 m€	9,00%	9,00%

### 20.2.2. Diferenças permanentes

As diferenças permanentes têm as seguintes bases de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

2022	Base do imposto	Imposto
Taxa de imposto corrente		22,50%
Donativos	44.845	10.090
Mais valias	(46.714)	(10.511)
Benefícios fiscais	(69.922)	(15.732)
Outros ajustamentos	205.329	46.199
Total	133.538	30.046

2021	Base do imposto	Imposto
Taxa de imposto corrente		21,00%
Donativos	75.700	15.897
Mais valias fiscais	(226.362)	(47.536)
Benefícios fiscais	(69.477)	(14.590)
Outros ajustamentos	109.852	23.069
Total	(110.287)	(23.160)

### 20.2.3. Pagamentos e recebimentos do imposto

O apuramento do imposto corrente a pagar/ (a recuperar) em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

	2022	2021
Imposto corrente estimado	53.246	10.000
Menos: Pagamentos por conta	-	(435.663)
Menos: Retenções na fonte	(23.772)	(3.148)
Saldo corrente a pagar/ (a receber)	29.474	(428.811)

Os montantes de imposto pago ou recebido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022	2021
Pagamentos antecipados	-	435.663
Retenções na fonte	23.772	3.148
Reembolso de IRC de períodos anteriores	(476.622)	(464.612)
Pagamento/ (recebimento) de imposto	(452.850)	(25.801)

### 20.2.4. Quantias de imposto corrente escrituradas no balanço

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quantias reconhecidas no ativo corrente e passivo corrente eram as seguintes:

2022	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto s/ rendimento de 2022	-	29.474
Imposto s/ rendimento de 2020	29.837	-
Total	29.837	29.474



2021	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto s/ rendimento de 2021	428.811	-
Imposto s/ rendimento de 2020	103.401	-
Total	532.212	-

### 20.3. Ativos por imposto diferido

O montante de ativos por imposto diferido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

	2022	2021
Diferenças temporárias	22.342.567	23.743.826
Prejuízos fiscais	31.071	70.459
Créditos de imposto	1.003.278	938.721
Total	23.376.916	24.753.006

#### 20.3.1. Diferenças temporárias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos por imposto diferido relativos a diferenças temporárias resultantes de ajustamentos fiscais ao resultado, eram os seguintes:

2022	Imparidade em ativos fixos	Reavaliação fiscal DL 66/2016	Benefícios pós-emprego	Imparidade em contas a receber	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	
Saldo inicial	17.700.326	4.360.282	1.673.787	9.431	23.743.826
Recuperação	(633.694)	(1.101.998)	(97.732)	(1.519)	(1.834.943)
Constituição ou reforço	113.591	-	21.040	74	134.705
Ajustamento da estimativa	539.775	233.459	30.259	269	803.762
Alteração por resultados	19.672	(868.539)	(46.433)	(1.176)	(896.476)
Alteração por capital próprio	-	-	(504.783)	-	(504.783)
Saldo final	17.719.998	3.491.743	1.122.571	8.255	22.342.567



2021	Imparidade em ativos fixos	Reavaliação fiscal DL 66/2016	Benefícios pós-emprego	Imparidade em contas a receber	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	
Saldo inicial	17.452.747	5.997.083	1.867.694	13.648	25.331.172
Recuperação	(526.363)	(1.209.893)	(133.843)	(6.133)	(1.876.232)
Constituição ou reforço	417.859	-	16.871	1.930	436.660
Ajustamento da estimativa	356.083	(426.908)	33.672	( 14)	(37.167)
Alteração por resultados	247.579	(1.636.801)	(83.300)	(4.217)	(1.476.739)
Alteração por capital próprio	-	-	(110.607)	-	(110.607)
Saldo final	17.700.326	4.360.282	1.673.787	9.431	23.743.826

**(i) Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis**

O ativo por imposto diferido relativo às perdas por imparidade em ativos de investimento das unidades geradoras de caixa PVC e VND (ver Nota 8).

**(ii) Reavaliação fiscal DL 66/2016**

Ativo por imposto diferido relativo à reserva de reavaliação fiscal do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, cuja amortização fiscal se iniciou no exercício de 2018 e terminará em 2025 (ver Nota 23).

**(iii) Benefícios pós-emprego**

Os gastos com benefícios pós-emprego são reconhecidos nas contas com base nas estimativas efetuadas por atuários independentes e não são dedutíveis fiscalmente. A respetiva dedução fiscal ocorre no exercício do seu efetivo pagamento. Pela diferença temporária, a APDL reconhece o ativo por imposto diferido.

A redução ou aumento da responsabilidade pelo reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, reflete-se no ativo por imposto diferido por contrapartida da rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio*.

**(iv) Imparidade em contas a receber**

De acordo com o disposto no CIRC, as imparidades em contas a receber não são totalmente dedutíveis no exercício em que são reconhecidas em gastos, pelo que se constituiu o correspondente ativo por imposto diferido.

### 20.3.2.Prejuízos fiscais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento dos ativos por prejuízos fiscais foi o seguinte:

	2022	2021
Saldo inicial	70.459	-
Movimentos no exercício:		
Recuperação	(39.388)	-
Origem em resultados	-	271.579
Por resultados	(39.388)	271.579
Origem em capital próprio	-	(201.120)
Saldo final	31.071	70.459

#### Prejuízo fiscal de 2021

O prejuízo fiscal apurado no exercício de 2021 é recuperável até 2033. O prazo excepcional de doze anos para recuperar o prejuízo fiscal encontra-se previsto no Orçamento de Estado Suplementar de 2020 (Lei n.º 27-A/2020, artigo 11.º, n.º 3). O prejuízo fiscal é recuperável até 70% do lucro tributável apurado nesse exercício.

### 20.3.3.Créditos de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento dos ativos por créditos fiscais foi o seguinte:

	2022	2021
Saldo inicial	938.721	-
Reforço/ Reversão por resultados:		
Recuperação	(8.341)	-
Constituição	72.898	938.721
Saldo final	1.003.278	938.721

O detalhe dos créditos de imposto reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

	Recuperável até	2022	2021
CFEI II, de 2020	2025	644.760	644.760
SIFIDE 2020	2028	72.898	-
CFEI II, de 2021	2026	285.620	293.961
Total		1.003.278	938.721

**(i) Benefícios fiscais – SIFIDE**

**SIFIDE 2020**

No 2020, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE, tendo sido reconhecido o crédito fiscal no montante de 102.734,86 euros. O crédito fiscal pode ser deduzido à coleta de imposto do exercício ou nos oito exercícios subsequentes.

**SIFIDE 2021**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a empresa suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do SIFIDE previsto no Código Fiscal do Investimento (Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro).

Neste sentido, a Empresa encontra-se a preparar a candidatura a dirigir à Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais ao I&D Empresarial, de forma a obter a declaração comprovativa de que as atividades realizadas correspondem efetivamente a ações de I&D enquadráveis no SIFIDE.

Caso o referido pedido seja deferido pelas entidades competentes, a Empresa terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta de IRC. O montante a recuperar ainda não se encontra apurado.

**SIFIDE 2022**

Relativamente ao exercício de 2022, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE, tendo submetido o devido requerimento que se encontra em fase de apuramento.

**(ii) Benefícios fiscais – CFEI II**

O Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), previsto no artigo 16.º da Lei n.º 27- A/2020, de 24 de julho, concede um benefício fiscal correspondente a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração. A dedução à coleta tem o limite de um milhão de euros e pode ser deduzida até à concorrência de 70% da coleta de imposto. O saldo remanescente será recuperável até aos cinco exercícios subsequentes.

#### 20.4. Passivos por imposto diferido

Os movimentos ocorridos na rubrica de passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram os seguintes:

2022	Subsídios a terrenos	Ativos das concessões	Justo valor	Total
	(ii)	(iii)	(iv)	
Saldo inicial	12.178	3.325.512	423	3.338.113
Reforço/ (Reversão) por resultados:				
Liquidação	(8.236)	-	( 423)	(8.659)
Constituição e reforço	-	753.762	-	753.762
Ajustamento da estimativa	281	139.336	-	139.617
Soma	(7.955)	893.098	( 423)	884.720
Saldo final	4.223	4.218.610	-	4.222.833

2021	Mais valias	Subsídios a terrenos	Ativos das concessões	Justo valor	Total
	(i)	(ii)	(iii)\	(iv)	
Saldo inicial	13.414	80.751	2.740.165	-	2.834.330
Reforço/ (Reversão) por resultados:					
Liquidação	(13.414)	(67.193)	-	-	(80.607)
Constituição e reforço	-	-	324.497	415	324.912
Ajustamento da estimativa	-	(1.380)	260.850	8	259.478
Soma	(13.414)	(68.573)	585.347	423	503.783
Saldo final	-	12.178	3.325.512	423	3.338.113

##### (i) Mais-valias não tributadas

De acordo com o regime fiscal em vigor até ao exercício de 2002, as mais-valias obtidas com a alienação de ativos fixos reinvestidas na obtenção de novos ativos fixos eram tributadas de acordo com a amortização ou depreciação dos itens de investimento em que os valores realizados eram reinvestidos pelo que se reconhece o passivo por imposto diferido. A amortização do passivo terminou em 2021.

##### (ii) Subsídios ao investimento

Passivo por imposto diferido relativo a subsídios ao investimento para a aquisição de terrenos cuja amortização fiscal ocorre em 10 anos. A amortização do passivo terminará no exercício de 2023.

##### (iii) Ativos das concessões

De acordo com a política contabilista aplicável aos ativos das concessões que reverterão para a APDL (ver Nota 7), são anualmente reconhecidos gastos e rendimentos. O apuramento anual do resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado

nos custos incorridos pelos concessionários. A efetiva tributação ocorrerá na data de término do contrato de concessão.

De acordo com as condições em vigor dos contratos de concessão, o término dos contratos ocorrerá nos anos de 2030 a 2032.

**(iv) Justo valor do FCT**

Os aumentos de justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) (ver Nota 9) não são tributados no exercício do seu reconhecimento sendo-o apenas na data da sua liquidação que ocorrerá aquando da saída dos trabalhadores. Estima-se que a saída destes trabalhadores, acontecerá no longo prazo.

**20.5. Taxas dos impostos diferidos**

As taxas utilizadas nas estimativas dos ativos e passivos por impostos diferidos são estimadas anualmente tendo em conta os seguintes fatores:

- os planos de atividade e orçamento da Empresa;
- as leis fiscais em vigor e as regras de apuramento do resultado fiscal na data de aprovação das contas;
- os períodos de recuperação dos ativos e de liquidação dos passivos por impostos diferidos.

Das estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2022, a Empresa apurou as seguintes taxas de imposto diferido:

- 22,50% aplicada aos ativos e passivos a recuperar ou liquidar até 2025 (Imparidades em contas a receber e Subsídios ao investimento);
- 24,08% aplicada à Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016;
- 24,27% aplicada aos ativos e passivos a recuperar ou liquidar após 2025 (Imparidades dos investimentos, Benefícios pós-emprego e Justo valor do FCT).
- 26,43% aplicada ao passivo por imposto diferido Ativos das concessões.

## 20.6. Sensibilidade à variação da taxa de imposto

A tabela seguinte apresenta o impacto nas contas pela alteração em  $\pm 1\%$  na taxa de imposto dos ativos e passivos por imposto diferido:

Bases de imposto	Resultados
Ativos	91.248.052
Passivos	(15.978.417)
Total da base	75.269.635
Variação de +1% na taxa de imposto	752.696
Variação de -1% na taxa de imposto	(752.696)

## Capital e reservas

### 21. Capital

#### Políticas contabilísticas

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Conforme previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, que transformou a APDL em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, o capital social foi fixado, por ajustamento, em 48 milhões de euros, no seguimento da avaliação patrimonial realizada em 1999.

Assim, o capital inicial de 4.181.000 contos fixado na data de constituição da Sociedade foi alterado por incorporação de parte da Reserva de Avaliação e redenominado em euros, por Deliberação Unânime do Acionista em 21 de março de 2001.

O capital social era então constituído por 9.600.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 28 de março de 2008, por Deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3.035.000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo Acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português).

Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.000 euros e passou a ser constituído por 10.207.000 ações.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital é detido na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças e está totalmente realizado.

## 22. Reservas legais

De acordo com a legislação vigente e com os Estatutos da Empresa (artigo 20.º, n.º 1, a)), anualmente deverá ser transferido para a rubrica *Reserva legal*, pelo menos 10% do lucro apurado em cada período até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não pode ser distribuída ao Acionista a não ser em caso de liquidação da Empresa. A reserva legal pode ser utilizada para incorporação no capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Reserva legal apresenta um saldo de 11 122 456 euros e não registou qualquer movimento nos exercícios.

## 23. Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição da rubrica *Outras reservas* é a seguinte:

	Notas	2022	2021
Avaliação patrimonial do Porto de Leixões	(i)	123.821.252	123.821.252
Integração dos ativos:			
Porto de Viana do Castelo	(ii)	1.615.391	1.615.391
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	(iii)	3.195.668	3.195.668
Via Navegável do Douro	(iv)	8.237.842	8.237.842
Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016	(v)	4.094.140	4.682.657
Ativos das concessões:	(vi)	9.782.537	8.979.957
Reserva de Investimento	(vii)	36.062.610	36.062.610
Total		186.809.440	186.595.377

### (i) Avaliação patrimonial do Porto de Leixões

Reserva constituída pela avaliação referida na Nota 5 (ativos dos portos do Douro e Leixões), aquando da constituição da Empresa em 1998.

### (ii) Integração de Viana do Castelo

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. (APVC) com a APDL, na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015, produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a 1 de janeiro de 2015. A APVC era uma subsidiária cujo capital era detido na totalidade pela APDL. Pelo facto da referida participação financeira se encontrar registada nas demonstrações financeiras da Empresa pelo método da equivalência patrimonial a referida fusão não teve impacto no capital próprio da APDL.

### **(iii) Integração dos ativos de Estaleiros Navais de Viana do Castelo**

O Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, procedeu à afetação à APVC de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos neles implantados, tendo redefinido a área referente à concessão dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (ENVC) e autorizou a alteração ao contrato de concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão. Assim, em 10 de janeiro de 2014, foi celebrado um contrato de subconcessão da utilização privativa do domínio público e das áreas afetas à concessão dominial atribuída à sociedade ENVC com a West Sea – Estaleiros Navais, Lda. (West Sea). A subconcessão tem por objeto a utilização privativa de uma parcela de terreno que integra a área da concessão dominial, concessionada aos ENVC. De acordo com o referido contrato, revertem gratuitamente para a concedente, sem direito a indemnização, todos os bens que integram o estabelecimento da subconcessão.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, relativo à incorporação da Via Navegável do Douro na Empresa, incorporou, também, as alterações decorrentes do processo de fusão, por incorporação da APVC na APDL, ocorrido nos termos do Código das Sociedades Comerciais, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015. De acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do referido decreto-lei, pertence à APDL a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica da APVC, afetos ou que dizem respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente os imóveis constantes da relação que constitui o Anexo I do supra decreto-lei, nomeadamente os bens afetos à concessão aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.. Em 1 de setembro de 2015, o contrato de subconcessão referido acima foi alterado, em consequência da dissolução dos ENVC, pelo que a relação concessionária no tocante a todos os direitos e obrigações de ambas as partes, passou a ser estabelecida entre a APDL e a West Sea.

Em função do referido acima, a APDL reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos fixos tangíveis dos ENVC, por contrapartida da rubrica do capital próprio. Esta avaliação foi efetuada na ótica do rendimento por um perito independente e credenciado para o efeito.

### **(iv) Integração da Via Navegável do Douro**

O Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, fluvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P. (IMT), transmitindo também para aquela sociedade a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição.

Entre outros, o referido decreto-lei estabelece o seguinte:

- No prazo de seis meses, a contar da data de entrada em vigor, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e pela atividade portuária e do mar, deverão emitir despacho a identificar os bens que serão integrados na esfera jurídica da APDL; e
- No prazo de um ano, a contar da data de entrada em vigor, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da atividade portuária, deverão aprovar, através de despacho, a avaliação do património que, por força deste diploma, será integrado na APDL.

Para o registo dos ativos fixos tangíveis foram solicitadas avaliações dos mesmos a um avaliador independente devidamente acreditado. Foi utilizado como método de avaliação o custo de substituição depreciado. Conforme previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, a avaliação do património transferido do IPTM para a APDL aguarda aprovação pelos responsáveis pelas áreas das finanças e da atividade portuária através de despacho.

Os ativos de investimento foram sujeitos a testes de imparidade como uma unidade geradora de caixa (UGC). Os testes foram realizados por um perito externo independente tendo-se concluído que se encontrava em situação de imparidade total à data da integração. A perda por imparidade apurada foi registada por contrapartida da reserva de integração assim como o respetivo ativo por imposto diferido.

#### **(v) Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016**

Reserva constituída pela adesão ao regime de reavaliação fiscal consagrado no Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro (ver Nota 20.3). A reserva ficará disponível após a sua realização (a terminar no exercício de 2025) acrescida do período de revisão fiscal em vigor nesse exercício (o período atual de revisão fiscal é de 4 anos).

#### **(vi) Ativos das concessões**

A quantia escriturada refere-se ao rendimento reconhecido deduzido das amortizações praticadas pela APDL até ao final do exercício precedente ao das demonstrações financeiras do exercício em análise, na sequência da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento de ativos por reversão gratuita no final dos contratos de concessão de serviço público ou de uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária (ver Nota 7).

Esta reserva não se encontra disponível para distribuição e a quantia escriturada é o montante líquido do correspondente passivo por imposto diferido (ver Nota 20.4).

#### **(vii) Reserva de Investimento**

A necessidade de manter uma estrutura financeira sustentável na APDL, pela contenção do nível de recurso a capital alheio no financiamento do arrojado plano de investimentos, conduz ao reforço da Reserva de Investimento.

Esta reserva foi constituída com base na proposta de aplicação de resultados do exercício de 2014 e tem sido reforçada anualmente pela aplicação dos resultados desses exercícios.

## 24. Resultados transitados

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 analisam-se como segue:

	Notas	2022	2021
Saldo inicial		66.008.375	65.990.279
Transferência do resultado líquido do exercício anterior		6.069.477	6.470.967
Apliação do resultado líquido do exercício anterior:			
Distribuição de dividendos	(i)	-	(950.000)
Reforço da reserva de Investimento (ver Nota 23)		-	(5.268.410)
Reforço da reserva Ativos das concessões (ver Nota 23)		(802.579)	(252.557)
Realização de reservas	(ii)	588.517	-
Ajustamentos por impostos diferidos	(iii)	104.990	(11.798)
Realização de ativos de concessões revertidos		37.830	29.894
Saldo final		72.006.610	66.008.375

### (i) Distribuição de dividendos

O pagamento do dividendo relativo ao exercício de 2021 decorrerá até ao ano 2026 (ver Nota 13.2).

### (ii) Realização de reserva

Montante da realização da reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016.

### (iii) Outros movimentos

Quantias dos montantes de imposto diferido relativos a (i) subsídios ao investimento de ativos fixos tangíveis não depreciáveis e (ii) ganhos e perdas atuariais acumulados pelo ajustamento da estimativa de imposto diferido (104.990 euros). Inclui ainda 37.830 euros pela amortização dos ativos que revertem de contratos de concessão (ver Nota 25).

### 24.1. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da APDL elaborou a seguinte proposta de aplicação do resultado apurado no exercício de 2022:

Resultado líquido do exercício	9.047.338,69
Aplicação do resultado:	
Reserva Ativos das Concessões	1.958.500,65
Reserva de Investimento	7.088.838,04

### 25. Ajustamentos e outras variações no capital próprio

As quantias registadas nesta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

	Notas	2022	2021
Subsídios ao investimento	26	70.528.485	51.675.077
Ganhos atuariais	19.3	13.943.797	11.828.193
Ativos revertidos de contratos de concessão		688.868	726.697
Soma (A)		85.161.150	64.229.967
Ajustamento por impostos diferidos:			
Subsídios ao investimento	20.4	(4.223)	(12.178)
Ganhos atuariais		(3.439.935)	(2.822.207)
Soma (B)		(3.444.158)	(2.834.385)
Total (A+B)		81.716.992	61.395.582

#### Ativos revertidos de contratos de concessão

Em 2021, na data do término de contratos de concessão, reverteram para a APDL ativos fixos tangíveis no montante de 756 mil euros, após a dedução do respetivo imposto sobre o rendimento. A variação positiva é transferida anualmente para resultados transitados, de acordo com os gastos de depreciação dos ativos relacionados.

Em 2021, pelo término dum contrato de concessão, foi reconhecida a quantia de 756 mil euros, líquidos de imposto sobre o rendimento. Esta quantia será transferida para resultados transitados de acordo com a depreciação dos ativos revertidos.

## **26. Subsídios e outros apoios das entidades públicas**

### **Políticas contabilísticas**

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

A APDL entende que cumpriu as condições e que existe segurança para o reconhecimento do subsídio quando a entidade concedente aprova a lista de despesas e determina o montante de subsídio.

#### ***Subsídios ao investimento não reembolsáveis***

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio* sendo subsequentemente imputados aos rendimentos do período na rubrica *Outros rendimentos* de acordo com os gastos de depreciação e amortização dos ativos a que estão associados.

#### ***Imparidade***

Pelo facto de ter sido reconhecida uma perda por imparidade nos ativos fixos tangíveis e intangíveis das UGC, PVC e VND (ver Nota 8), foi também reconhecido no exercício um rendimento proporcional à perda por imparidade. Pela reversão da perda por imparidade destes ativos é reconhecido um gasto proporcional aos subsídios alocados a esses ativos.

#### ***Ajustamentos em subsídios***

O reconhecimento dos subsídios ao investimento é ajustado pelo reconhecimento de um passivo por imposto sobre o rendimento que lhe está associado. O imposto será liquidado de acordo com a imputação do subsídio a rendimentos do exercício.

O efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento em ativos depreciáveis ou amortizáveis é deduzido ao montante de subsídios evidenciado nos capitais próprios, por contrapartida de um passivo registado na rubrica *Outras dívidas a pagar* (ver Nota 13.2 e 26.4).

#### ***Subsídios à exploração***

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos e após a realização dos gastos associados.

### 26.1. Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica *Subsídios e outros apoios das entidades públicas* tem a seguinte composição:

	2022	2021
Subsídios reconhecidos	107.365.300	84.371.742
Imparidade	(15.385.038)	(18.078.035)
Ajustamentos em subsídios	(21.451.777)	(14.618.630)
Total	70.528.485	51.675.077

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022	2021
Saldo inicial	51.675.077	46.698.894
Reconhecimento de subsídios	31.770.494	11.327.003
Regularização	-186.432	-
Imputação a rendimentos	-5.799.517	-6.094.974
Perdas por imparidade:		
Reversões	1.838.213	2.467.511
Reforço	-1.936.203	-835.287
Ajustamento por imposto diferido	-6.833.147	-1.888.070
Saldo final	70.528.485	51.675.077

O detalhe dos subsídios reconhecidos nos exercícios seguinte é o seguinte:

	2022	2021
Quebra-mar Compete 2020	14.024.442	6.321.022
Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões (CEF)	14.376.548	1.736.150
Outros subsídios comunitários	76.950	134.877
OE PIDDAC	3.292.554	3.134.954
Total	31.770.494	11.327.003

### 26.2. Subsídios à exploração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa reconheceu os seguintes subsídios à exploração:

	2022	2021
Orçamento de Estado:		
Porto de Viana do Castelo	349.683	480.816
Via Navegável do Douro	486.223	384.230
Soma	835.906	865.046
União Europeia:		
DIW 2020	118.094	-
Outros subsídios á exploração	63.484	63.136
	181.578	63.136
Total	1.017.484	928.182

### 26.3. Ativos por subsídios a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa reconhece no ativo corrente, na rubrica *Outros créditos a receber* (ver Nota 11.2), as seguintes quantias relativas a subsídios reconhecidos mas ainda não recebidos:

	2022	2021
CEF Access Marítimas (PL)	9.494.517	-
Compete Quebra-mar	3.827.378	-
PIDDAC (OE)	917.371	-
Outros subsídios a receber	78.336	26.572
Total	14.317.602	26.572

### 26.4. Passivos por subsídios recebidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa reconhece no passivo, na rubrica *Outras dívidas a pagar* (ver Nota 13.2), as seguintes quantias relativas a subsídios:



	2022		2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Subsídios sem despesa atribuída (i)	529.470	-	3.948.574	-
Ajustamento por imposto diferido	963.365	20.488.412	929.874	13.688.756
Total	1.492.835	20.488.412	4.878.448	13.688.756

### (i) Subsídios sem despesa atribuída

O detalhe das quantias relativas a subsídios recebidos antecipadamente ou sem despesa reconhecida é como segue:

	2022	2021
Renew (Horizonte Europa)	183.261	-
SSDEV (CEF)	122.261	207.805
Métis (CEF)	118.305	143.579
PIDDAC (OE)	-	2.261.176
CEF Acessibilidades Marítimas PL	-	1.277.561
Outros subsídios	105.643	58.453
Total	529.470	3.948.574

## Gastos e rendimentos

### 27. Rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os rendimentos reconhecidos no resultado foram os seguintes:

	Nota	2022	2021
Vendas e serviços prestados	27.1.1	57.569.824	52.619.277
Subsídios à exploração	26.2	1.017.484	928.182
Trabalhos para a própria entidade	27.2	570.670	600.258
Outros rendimentos	27.3	15.025.779	13.206.177
Total		74.183.757	67.353.894

## 27.1. Rédito

### Políticas contabilísticas

O rédito corresponde aos rendimentos obtidos pela venda de materiais, prestações de serviços, rendas ou juros obtidos. Os rendimentos correspondem ao justo valor do montante recebido ou a receber, líquido de quaisquer impostos e descontos concedidos.

O rédito é reconhecido na data de entrega dos materiais ou na data de conclusão dos serviços prestados:

- Os serviços portuários são faturados por escala e o rédito é reconhecido na data de saída do navio.
- O rédito dos contratos de concessão, licenças e direitos de ocupação e outros serviços prestados de forma continuada é reconhecido mensalmente.

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Nota	2022	2021
Vendas e prestações de serviços	27.1.1	57.569.824	52.619.277
Rendimentos suplementares	27.1.2	651.520	284.933
Rendimentos das propriedades de investimento		11.603	12.290
Juros e rendimentos similares obtidos	10.2	36	1.307
Total		58.232.983	52.917.807

### 27.1.1. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo (Nota 1).

	2022	2021
Serviços ao navio	17.478.932	14.712.120
Serviços à carga	2.735.048	1.839.810
Concessões	27.393.470	27.815.323
Fornecimentos e serviços diversos	5.733.324	4.550.000
Gestão dominial	1.712.578	1.522.891
Plataforma logística	2.516.472	2.179.133
Total	57.569.824	52.619.277

### 27.1.2. Rendimentos suplementares

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os rendimentos suplementares apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Serviços sociais	83.546	67.185
Formação, aluguer de instalações e outros	377.635	150.745
Outros rendimentos suplementares	190.339	67.003
Total	651.520	284.933

#### (1) Serviços sociais

Rendimentos obtidos da Cantina e Obras Sociais.

#### (2) Outros rendimentos suplementares

Rubrica composta pelas receitas de multas contratuais, juros de mora debitados a clientes e outros rendimentos.

### 27.2. Trabalhos para a própria entidade

Custos com benefícios de empregados realizados no desenvolvimento de ativos de investimento:

	2022	2021
Ativos fixos tangíveis	347.276	422.307
Ativos intangíveis	223.394	177.951
Total	570.670	600.258

### 27.3. Outros rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos suplementares (ver Nota 27.1.2)	651.520	284.933
Rendas das propriedades de investimento	11.603	12.290
Ganhos com a alienação de ativos fixos tangíveis	101.270	456.407
Subsídios ao investimento (ver Nota 26.1)	5.799.517	6.094.974
Subsídios ao investimento – Imparidade (ver Nota 26.1)	1.936.203	835.287
Ativos das concessões (ver Nota 17.2.1)	6.478.283	4.719.024
Outros rendimentos	47.383	803.262
Total	15.025.779	13.206.177

## 28. Gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os gastos reconhecidos no resultado foram os seguintes:

<b>GASTOS</b>	<b>Notas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	15	1.876.048	1.418.400
Fornecimentos e serviços externos	28.1	14.653.734	13.896.815
Gastos com o pessoal	28.2	16.475.122	16.361.685
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		74.660	8.255
Provisões (aumentos/reduções)	18	484.668	(18.422)
Aumentos/reduções de justo valor	9	3.132	( 596)
Outros gastos	28.3	5.000.544	5.505.533
Gastos de depreciação e de amortização	28.4	26.984.486	25.843.103
Imparidades dos ativos de investimento	8	(2.262.939)	(2.096.313)
Juros e gastos similares suportados	14.3	37.690	345.338
Total		63.327.145	61.263.798

### 28.1. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos realizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Subcontratos	1.671.925	1.439.162
Serviços especializados	7.345.406	8.222.968
Materiais	97.071	89.493
Energia e fluidos	3.372.394	2.129.670
Deslocações e estadas	62.827	29.665
Serviços diversos	2.104.111	1.985.857
Total	14.653.734	13.896.815

### 28.2. Gastos com o pessoal

O número médio de trabalhadores da APDL nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, era o seguinte:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Número médio de trabalhadores	280	275

O quadro abaixo resume os gastos com o pessoal:

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	325.397	285.427
Remunerações do pessoal	12.266.227	12.371.914
Benefícios pós-emprego	85.286	72.158
Pensões	85.286	72.158
Indemnizações	-	36.000
Encargos sobre remunerações	2.971.197	2.811.782
Seguros	196.423	198.987
Gastos de ação social	454.856	434.095
Outros gastos	158.604	135.513
<b>Total</b>	<b>16.475.122</b>	<b>16.361.685</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os gastos com o pessoal de gestão e fiscalização foram os seguintes:

	2022	2021
Conselho de Administração	323.604	273.763
Conselho Fiscal	48.872	48.987
Revisor Oficial de Contas	15.600	15.600
Mesa da Assembleia Geral	931	-
<b>Total</b>	<b>389.007</b>	<b>338.350</b>

### 28.3. Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica *Outros gastos* apresenta a seguinte composição:

	Notas	2022	2021
Comparticipação AMT/DGRM	(i)	2.440.048	2.183.968
Impostos e taxas	(ii)	265.945	129.836
Perdas em investimentos		9.557	58.804
Correções relativas a períodos anteriores		13.976	96.417
Donativos		123.845	179.635
Quotizações		151.086	101.038
Imparidade dos subsídios de investimento	(iii)	1.838.213	2.467.511
Outros gastos		157.874	288.324
<b>Total</b>		<b>5.000.544</b>	<b>5.505.533</b>

**(i) Comparticipação para AMT e DGRM**

Comparticipação de 5% das receitas de exploração portuária, exceto serviços de pilotagem, a favor das entidades referidas e na seguinte forma:

- 3% a favor da DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;
- 2% a favor da AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio.

**(ii) Impostos e taxas**

Os *Impostos e taxas* são constituídos pelos seguintes itens:

- Imposto Único de Circulação (IUC);
- IVA não dedutível;
- Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI);
- Outras taxas aplicadas por entidades públicas.

**(iii) Imparidade dos subsídios de investimento**

Quantia relativa à reversão da imparidade dos subsídios de acordo com a imputação do subsídio a resultados (ver Nota 26).

**28.4. Gastos de depreciação e de amortização**

A rubrica *Gastos/reversões de depreciação e de amortização* tem a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Notas	2022	2021
Ativos fixos tangíveis	5	21.526.981	20.692.699
Propriedades de investimento	6	4.052	4.053
Ativos intangíveis	7	5.453.453	5.146.351
Total		26.984.486	25.843.103

**Outras notas**

**29. Encargos de caráter ambiental**

**Políticas contabilísticas**

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de caráter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da

legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis, desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

### 29.1. Movimentos no exercício

Os dispêndios de carácter ambiental, capitalizados ou imputados a resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	2022		2021	
	Gastos do período	Dispêndios capitalizados	Gastos do período	Dispêndios capitalizados
Monitorização do ar, água e ruído	68.119	-	101.251	39.840
Acumulador solar	-	-	-	9.728
Equip. p/ recolha de resíduos	-	-	-	29.043
Cortina arbórea		13.451		
Gastos de depreciação	159.318	-	175.393	-
Total	227.437	13.451	276.644	78.611

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem nessa data obrigações ou contingências, legais ou construtivas, provenientes de acontecimentos passados, de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

## 30. Locações

### Políticas contabilísticas

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a APDL detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificados como locações

financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica *Financiamentos obtidos*. Os encargos financeiros incluídos na renda e o gasto de depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período da locação.

### 30.1. Gastos reconhecidos no exercício

Os gastos com locações operacionais reconhecidos na rubrica *Fornecimentos e serviços externos* da demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022	2021
Gastos do exercício	176.214	190.909

As locações operacionais respeitam a contratos de aluguer operacional de viaturas automóveis.

O montante dos futuros pagamentos mínimos nas locações operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram os seguintes:

	2022	2021
Até 1 ano	142.194	101.053
Entre 1 e 5 anos	192.785	97.923
Total	334.979	198.976

## 31. Responsabilidades por garantias prestadas

### 31.1. Garantias bancárias prestadas a terceiros

A APDL garante o cumprimento das suas obrigações perante as Instituições do Estado prestando as garantias bancárias que lhe são exigidas no âmbito de processos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a APDL tinha as seguintes garantias:

	2022	2021
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da empreitada de construção da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões	64.355	64.355
Garantia bancária a favor da Caixa Geral de Aposentações para garantir o pagamento do valor remanescente da dívida	275.900	275.900
Garantia bancária a favor do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	9.129	9.129
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da Ligação Rodoviária da Plataforma Principal do Porto de Leixões à Plataforma Logística de Leixões – Pólo I/Gonçalves	265.983	265.983
Indemnizações por expropriações de terrenos para Acesso Rodoviário ao Porto de Viana do Castelo	1.645.523	1.645.523
Total	2.259.990	2.259.990

## 32. Garantias prestadas por terceiros

### 32.1. Fornecedores

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução das empreitadas de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até à receção definitiva das obras. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a APDL detinha as seguintes garantias:

	2022	2021
Garantias depósito	489.879	436.172
Apólices de seguro-caução	751.862	952.884
Garantias bancárias	25.095.289	28.357.455
Total	26.337.030	29.746.511

### 32.2. Clientes e outros devedores

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária que lhes emitiu as respetivas licenças para

exercício da sua atividade nos portos do Douro e Leixões. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas eram como segue:

	2022	2021
Garantias bancárias	8.114.678	8.057.528
Apólices de seguro-caução	857.907	912.663
Garantias depósito	150.863	190.863
Garantias em numerário	579.944	579.557
Total	9.703.392	9.790.610

### 33.Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados nesta Nota.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 26 de abril de 2023, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 1.

Em 1 de fevereiro de 2023, a APDL iniciou a operação do terminal ferroviário de mercadorias de Leixões. A operação foi atribuída à APDL pelo DL n.º 55/2022, de 17 de agosto.

O DL n.º 24/2022, de 4 de março, atribui a operação do terminal ferroviário de mercadorias da Guarda à APDL. O terminal ainda não está operacional.

A Contabilista Certificada,



**APDL**  
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS  
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2022

# **GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO**

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
<b>I</b>	<b>Síntese (Sumário Executivo)</b>	X				6	
<b>II</b>	<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a entidade	X		X		7	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		8	
3.	Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa	X		X		9	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		10	
<b>III</b>	<b>Estrutura de Capital</b>						
1.	Estrutura de capital	X		X		11	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X				11	
3.	Acordos parassociais	X				11	Não existem
<b>IV</b>	<b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos	X		X		11	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X		11	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X				11	Não aplicável
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade	X				11	Não aplicável
<b>V</b>	<b>Órgãos Sociais e Comissões</b>						
<b>A.</b>	<b>Modelo de Governo</b>						
1.	Identificação do modelo de governo adotado	X		X		12	
<b>B.</b>	<b>Assembleia Geral</b>						
1.	Composição da mesa da Assembleia Geral, identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato	X		X		12	
2.	Identificação das deliberações acionistas	X				13	Não aplicável

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
<b>C. Administração e Supervisão</b>							
1.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X		13	
2.	Número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros					13	
3.	Composição do Conselho de Administração, com identificação dos membros efetivos e duração de cada mandato	X		X		13	
4.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração	X				13	Não aplicável
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X		X		14	
6.	Declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade	X				15	
7.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas	X				15	Não aplicável
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais	X		X		16	
9.	Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração	X		X		19	
<b>D. Fiscalização</b>							
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado	X		X		20	
2.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização	X		X		20	
3.	Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para contratação de auditor externo	X		X		22	
4.	Outras funções dos órgãos de fiscalização	X		X		22	
5.	Número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros	X		X		23	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
6.	Composição ao longo do período de referência, identificando os membros efetivos e suplentes e respetivos mandatos	X		X		23	
7.	Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes	X		X		23	
8.	Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal	X		X		23	
<b>E. Revisor Oficial de Contas</b>							
1.	Identificação do ROC, SROC	X		X		25	
2.	Indicação das limitações, legais e outras	X		X		25	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo	X		X		25	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à entidade	X		X		26	
<b>F. Conselho Consultivo</b>							
1.	Composição	X				26	Não aplicável
<b>G. Auditor Externo</b>							
1.	Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa	X				26	Não aplicável
2.	Política e periodicidade da rotação do auditor externo e respetivo sócio ROC	X				26	Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo	X				26	Não aplicável
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga	X				26	Não aplicável
<b>VI. Organização Interna</b>							
<b>A. Estatutos e Comunicações</b>							
1.	Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade	X		X		27	
2.	Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades	X		X		27	
3.	Indicação das políticas antifraude adotadas e ferramentas existentes	X		X		27	
<b>B. Controlo interno e gestão de riscos</b>							
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X		28	
2.	Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria	X		X		28	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
	interna e/ou Sistema de Gestão e Controlo Risco						
3.	Principais medidas adotadas na política de risco	X		X		28	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos	X		X		29	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X		X		29	
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos	X		X		30	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		31	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade	X		X		32	
<b>C. Regulamentos e Códigos</b>							
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada	X		X		32	
2.	Existência Código de Ética	X		X		42	
3.	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	X		X		43	
<b>D. Deveres Especiais de Informação</b>							
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita	X		X		44	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita	X		X		45	
<b>E. Sítio de Internet</b>							
1.	Indicação das hiperligações para acesso direto à informação caracterizadora da sociedade	X		X		45	
2.	Indicação das hiperligações para acesso aos Regulamentos internos e externos, Código de Ética, Relatório Anual do PGRIC e Relatório sobre remunerações por género	X		X		45	
3.	Indicação das hiperligações para acesso direto ao sítio na internet na empresa onde se encontram publicitados os documentos objeto de remissão no RGS	X				46	Não aplicável
<b>F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral</b>							

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X		X		46	
2.	Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respectivo setor de atividade	X		X		46	
<b>VII Remunerações</b>							
<b>A. Competência para a Determinação</b>							
1.	Indicação do órgão competente para determinação da remuneração	X		X		47	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X		47	
3.	Cumprimento por parte dos membros do órgão de administração de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	X		X		47	
<b>B. Comissão de Fixação de Remunerações</b>							
	Composição	X		X		47	Não existe
<b>C. Estrutura das Remunerações</b>							
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		48	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X				49	Não aplicável
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	X				49	Não aplicável
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	X				49	Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio	X				49	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões	X				49	Não existe qualquer situação deste tipo na empresa
<b>D. Divulgação das Remunerações</b>							
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida	X		X		49	
2.	Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo	X				50	Não aplicável
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios	X				50	Não aplicável

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	X				50	Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da entidade	X		X		50	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X		50	
<b>VIII Transações com partes Relacionadas e Outras</b>							
1.	Informação sobre as transações com partes relacionadas	X				51	Não aplicável
2.	Informação sobre outras transações	X		X		51	
<b>IX Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>							
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X		52	
2.	Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	X		X		53	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		X		54	
<b>X Avaliação do Governo Societário</b>							
1.	Disponibilização em SIREF das referidas informações	X		X		60	
2.	Cumprimento das Recomendações relativas à estrutura e prática de governo societário	X		X		60	
3.	Outras informações	X		X		60	
<b>XI Anexos ao RGS</b>							
1.	Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o nº 2 do artigo 54.º do RJSPE	X		X		63	
2.	Demonstração não financeira referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno	X				64	Não aplicável, uma vez que a APDL não excede um número médio de 500 trabalhadores, conforme referido no artigo 66.ºB do CSC



**APDL**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS  
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2022

# **CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS**

## 1 – Objetivos de Gestão

- O acionista Estado não fixou objetivos de gestão a atingir pelo Conselho de Administração da APDL para o mandato 2020-2022.
- Conforme o disposto no RJSPE, aprovado pelo DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO 2022-2024), que foi submetido e aprovado pelo acionista, foi a seguinte para o ano 2022:

### Indicadores Económicos

Indicadores Económicos	2022	2021
	Real	Real
V.A.B. (em 1 000 €)	43.200	39.117
Cash-Flow (em 1 000 €)	32.769	28.790
Margem EBITDA (em %)	60,13%	55,41%
Margem EBIT (em %)	18,92%	12,23%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (em %)	2,20%	1,59%
ROACE (em %)	1,78%	1,41%

V.A.B. = Produção – (Custo Mat. Primas Consumidas + F.S.E.)

(Produção = Rendimentos Operacionais)

Cash-Flow = Resultado Líquido + Depreciações

Margem Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos / Prestação de Serviços

EBIT = Resultado Operacional

Margem EBIT = EBIT / Prestação de Serviços

Rentabilidade dos Capitais Próprios = Resultado Líquido/Capitais Próprios

ROACE = (EBIT – Imposto sobre o Rendimento) / (Média do Ativo - Média do Passivo Corrente)

### Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	2022	
	Previsão	Real
Autonomia Financeira (Capital Próprio / Ativo Total)	0,75	0,69
Capacidade de Endividamento (Passivo Corrente / Passivo Total)	0,24	0,22
Solvabilidade (Capital Próprio / Passivo Total)	2,97	2,26
Liquidez (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	0,50	1,04

- Investimentos

Unid: milhares de euros

Plano de Investimentos	PAO 2022	Executado 2022							Desvio (PAO vs. Executado)	Observações /medidas
		Total	Fontes de Financiamento							
			Autofinanciamento	Orçamento de Estado	Endividamento	Fundos Comunitários	PRR	Outros		
Valor total do investimento	123 395	120 040	34 924	3 270	55 000	26 846	0	0	-3 355	
Melhoria das Acessibilidades Marítimas e Prolongamento do Quebramar	90 924	97 999	16 153	0	55 000	26 846	0	0	7 074	

O desvio verificado no investimento da Melhoria das Acessibilidades Marítimas e Prolongamento do Quebra-mar prendeu-se principalmente com a aplicação do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, o qual estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços, ou seja, dos 90,9 milhões de euros previstos no PAO 2022 apenas foram efetivamente executados 77,4 milhões de euros de trabalhos, sendo o remanescente respeitante a revisões de preços (20,6 milhões de euros).

Além disso, convém referir que encontrando-se a empreitada em execução à data da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 36/2022 de 20 de Maio, que estabelece um regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos, o Consórcio pode ainda requerer Revisão Extraordinária de Preços, propondo os termos e fundamentos à APDL.

Embora tal regime tivesse sido inicialmente concebido para vigorar até 31 de dezembro de 2022, o seu período de vigência foi prorrogado até 30 de junho de 2023. A prorrogação do prazo de vigência do Decreto-Lei 36/2022 foi aprovada pelo Decreto-Lei 67/2022, de 4 de outubro: Estabelece medidas excecionais de apoio às empresas e à economia social, para mitigação dos efeitos da inflação.

- d) Não aplicável, atendendo que a APDL não integra o perímetro de consolidação das administrações públicas.

## **2 - Gestão do Risco Financeiro**

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco financeiro. Para os investimentos relevantes, atuais e futuros, a APDL recorre às seguintes fontes de financiamento:

- Subsídios comunitários para alavancar os seus investimentos;
- Fundos próprios resultantes da sua atividade de exploração;
- Linha de financiamento Banco Europeu de Investimento no valor de 40 milhões de euros, renegociado em 2018 (empréstimo inicial de 70 milhões de euros), cujo prazo de utilização terminou em maio de 2019, com apenas uma utilização de 20 milhões de euros, com uma taxa de juro fixa a 10 anos (2,54% ao ano até novembro de 2021). A taxa de juro fixa foi revista para 0%, com efeitos no pagamento semestral de maio de 2022;
- Linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 17,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 0,7%.

- Linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 37,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 0,797%.

Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Encargos Financeiros	565.500	555.500	565.389	535.361	515.336	483.698	502.327	428.507	345.338	671.675
Taxa Média de Financiamento	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	3,73%

### 3 – Limite do Acréscimo do Endividamento

Quanto à taxa de variação do endividamento remunerado, identificada no quadro abaixo, foi calculada pela variação do endividamento e do capital social, expurgando o montante de novos investimentos:

Un: 1000 euros

Passivo Remunerado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ € 22 vs. 21
<b>Financiamentos obtidos</b>									
Passivo não corrente	18.660	17.720	16.740	15.720	14.660	13.560	12.420	64.053	51.633
Passivo corrente	900	940	980	1.020	1.060	1.100	1.140	3.368	2.228
<b>Capital</b>	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	51.035	0
<b>Novos investimentos</b>	0	0	0	0	0	0	0	99.638	99.638
<b>Variação do Endividamento</b>	-0,6%	-1,3%	-1,3%	-1,4%	-1,5%	-1,6%	-1,7%	-70,9%	

Variação do Endividamento =  $((64.053+3.368-12.420-1.140) + (51.035-51.035) - 99.638) / (12.420+1.140+51.035) = -70,90\%$

Un: 1000 euros

Novos Investimentos	2022
Melhoria das Acessibilidades Marítimas	99.638

### 4 - Prazo Médio de Pagamento a fornecedores

- a) Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril:

Unid: dias

PMP	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Δ 2022 vs 2021	
	2021	2021	2021	2021	2022	2022	2022	2022	dias	%
PMP a Fornecedores	29	37	36	26	41	46	44	49	23	88,5%

Na tabela abaixo, elencam-se as faturas com os montantes mais relevantes que foram rececionadas na APDL em janeiro de 2023 e que foram pagas dentro dos prazos previstos.

Fornecedores	Valor líquido	Data da fatura	Data de receção da
--------------	---------------	----------------	--------------------

			fatura na APDL	Data de pagamento da fatura	Prazo de pagamento em dias
ENERGIA FUNDAMENTAL, MOBILIDADE	451.800,00 €	27/12/2022	02/01/2023	13/01/2023	11
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA	227.369,94 €	30/11/2022	09/01/2023	12/01/2023	3
TECNOVIA-SOC.DE EMPREITADAS, SA	181.474,18 €	29/12/2022	09/01/2023	08/02/2023	30
Total	860.644,12 €				

Deste modo, expurgando as faturas com data de emissão de 2022 e com receção na APDL em janeiro e fevereiro de 2023, no montante total de 6.089.030,65€, conclui-se que a APDL apresenta, em dezembro de 2022, o Prazo Médio de Pagamento de 49 dias.

- a) Mapa da posição a 31/12/2022 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio.

Os valores em mora há mais de 90 dias e há menos de 360 dias, respeitam a faturas que a APDL não aceita por entender que os fornecimentos não foram realizados ou estão incompletos, ou as faturas contêm linhas com erros relativas aos preços unitários ou quantidades.

Dos valores em mora há mais de 360 dias, e que na data de aprovação deste documento ainda se encontram em aberto, destaca-se o montante de 29.409,69€ da Dourocais, a aguardar encontro de contas pois a entidade à data de 31/12/2022 deve à APDL o montante de 6.082.877,56€.

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de bens e serviços	143.100,34	4.975,14	18.840,28	3.453,39	55.913,74

## **5 - Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista**

Na última Assembleia Geral de 13 de março de 2023 o representante do Acionista votou favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação de contas, referente ao exercício de 2021, nele se incluindo o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e os respetivos anexos, atenta a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas e o parecer favorável do Conselho Fiscal, recomendando, no entanto, ao Conselho de Administração para que diligencie no sentido de:

- i. Disponibilizar uma versão atualizada do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, considerando o disposto no n.º 2 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;
- ii. Cumprir com o disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, relativamente aos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

Neste sentido, cumpre informar que na prestação de contas 2022, estes dois pontos foram devidamente atendidos pela APDL.

## **6 - Remunerações**

Esta informação consta do Apêndice 1.

## **7 - Artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público**

Os membros do Conselho de Administração, ou de qualquer outro órgão social, não dispõem de cartão de crédito da empresa, nem lhes foram reembolsadas quaisquer despesas de representação de natureza pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	80	960,00	
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	80	769,95	
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	80	935,94	

Membro do CA	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
	Plafond mensal Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	486,43	3 139,66	2 697,50	5 837,16	
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	389,15	3 435,28	1 200,50	4 635,78	
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	389,15	2 939,37	896,75	3 836,12	

## **8 - Despesas não documentadas**

A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do RJSPE não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.

## **9 - Relatório sobre remunerações**

A APDL divulga o relatório sobre remunerações, conforme de termina o n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, em:

<http://www.apdl.pt/governo-sociedade> do qual apresenta em seguida o resumo.

A política remuneratória da empresa assenta no princípio da igualdade de tratamento independentemente do género, sendo o acesso e progressão nas respetivas carreiras profissionais determinadas, exclusivamente, pelos fatores: tempo de serviço e avaliação do desempenho.

De qualquer forma, uma vez que os serviços operacionais ligados à atividade marítima são tradicionalmente ocupados por homens - designadamente, pilotos, mestres de tráfego local, motoristas marítimos e marinheiros - e sendo estes que têm as suas remunerações valorizadas pelo facto de estarem integrados em regimes especiais, designadamente, de trabalhos por turnos, as remunerações médias anuais dos homens são superiores aos das mulheres.

No entanto, não existe qualquer discriminação em função do género entre trabalhadores de igual categoria e antiguidade e, por outro lado, é de referir que 31,7 % das chefias são mulheres.

Remuneração global* média anual	Mulheres	Homens
por Categoria Profissional		
Quadros superiores	71 996,07 €	92 539,42 €
Quadros médios	44 516,04 €	56 368,65 €
Quadros intermédios		37 270,46 €
Profissionais altamente qualificados	26 987,91 €	33 468,49 €
Profissionais semi-qualificados		28 112,49 €
Profissionais não qualificados	19 416,18 €	25 314,33 €

\*Média do total das remunerações anuais

## **10 - Relatório anual sobre prevenção da corrupção**

A revisão ao plano de prevenção de riscos, incluindo os riscos de corrupção e de infrações conexas, é realizada pelo menos numa base anual, mediante a alteração do status das medidas de mitigação nele constantes ou inserção de novas medidas, face ao nível de concretização/implementação da respetiva Unidade Orgânica Responsável pela implementação, de forma a controlar os riscos identificados em cada ação. A natureza de algumas das medidas de mitigação/prevenção requer um processo mais demorado de implementação na estrutura interna, por vezes associadas a projetos específicos ou mais amplos, enquanto outras e como alternativa a custos de operacionalização, são substituídas por controlos suplementares.

O plano de prevenção da corrupção e infrações conexas, revisto em abril de 2022 e aprovado maio de 2022, está disponível no portal da APDL em: <http://www.apdl.pt/gestao-de-risco>

## **11 - Contratação Pública**

Esta informação consta do Apêndice 2.

A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, na sua versão atual.

Durante o ano de 2022 não foi celebrado qualquer contrato de valor igual ou superior ao limiar de 5M€.

Em 2022 foram lançados através da Plataforma Eletrónica (VortalNEXT) e através de e-mail os seguintes procedimentos <sup>[1]</sup>:

- 4 Concursos Públicos;
- 5 Concursos Limitados por Prévia Qualificação;
- 156 Procedimentos no âmbito do disposto no artigo 13.º CCP – Setor dos Transportes (Contratação excluída do Código dos Contratos Públicos), dos quais 105 ajustes diretos, 50 consultas prévias e 1 acordo quadro;
- 6 Ajustes; e
- 1 Consulta Prévia.

Foram ainda publicitados no portal da internet dedicado aos contratos públicos (base.gov.pt) a celebração de 16 contratos na sequência de procedimentos lançados pela APDL.

## **12 - Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)**

A APDL aderiu como Entidade Voluntária ao SNCP através de contrato de adesão celebrado em 17/02/2012. Desta adesão, como entidade voluntária, em 2022 foi tramitado 1 (um) processo de contratação centralizada de fornecimento de energia elétrica e de gás natural e com recurso ao Acordo Quadro.

## **13 - Medidas de Redução de Gastos Operacionais**

A evolução dos gastos do Plano de Redução de Custos (PRC) da empresa pode ser aferida no quadro seguinte, permitindo quantificar o impacto das medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 144.º do Decreto-Lei nº 53/2022 de 12 de agosto.

Na sequência do Despacho n.º 1244/2019 SET de 14 de outubro de 2019, foi autorizada a utilização de um novo indicador, proposto pela empresa, para analisar a evolução da sua Eficiência Operacional.

Este novo indicador utiliza como base o rácio dos gastos operacionais (CMVMC, FSE e Pessoal) no volume de negócios, conforme previsto nas IEPAO 2022 e no DLEO 2022, ajustando os FSE da seguinte forma:

- anualizando o efeito das dragagens para um ciclo de 6 anos e;
- desconsiderando alguns fatores de elevado montante que afetam a evolução do rácio, como sejam:

---

<sup>[1]</sup> Nos termos do CCP não é obrigatório o lançamento de Ajustes Diretos e Consultas Prévias através de Plataforma Eletrónica.

gastos de exploração das unidades de negócio deficitárias da APDL (PVC e VND), totalmente participados por Orçamento de Estado (Capítulo 50º) e por fundos comunitários,

gastos de exploração relacionados com os projetos da Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões e Novo Terminal, bem como os gastos associados à promoção estratégica deste investimento crucial para o Porto de Leixões.

Adicionalmente, foram tidas em consideração as instruções constantes do ponto 3.1 do Despacho n.º 682/2021 – SET de 29.07.2021, ou seja, expurgando dos gastos operacionais as despesas relacionadas diretamente com a pandemia SARS-Cov2 com a crise geopolítica.

Medidas de redução de gastos operacionais (PRC)

Unid: milhares de euros

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2022 Exec.	2022 Orç.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022/2021		2022/2019	
						Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	21.886	22.424	18.513	21.201	24.516	3.373	18%	-2.630	-11%
(1) CMVMC	1.876	1.705	1.418	1.316	1.475	458	32%	401	27%
FSE	14.654	15.054	13.897	13.162	13.215	757	5%	1.439	11%
a) Efeito anualização das Dragagens	-841	733	-238	-537	-7	-603	253%	-834	11918%
b) Efeito Gastos das UNs deficitárias participados por OE ou FC	675	1.000	847	946	899	-171	-20%	-223	-25%
c) Efeito Gastos ocasionais de elevado montante	0	0	4	31	263	-4	-96%	-262	-100%
(2) FSE desconsiderando efeitos a), b) e c)	14.819	13.320	13.284	12.722	12.061	1.535	12%	2.758	23%
(3) Gastos com o pessoal	16.475	17.316	16.007	15.713	15.515	468	3%	960	6%
i. Relativos aos órgãos sociais	389	351	337	406	440	52	16%	-51	-12%
ii. Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	0	0	0	-	0	-
iii. Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019	0	0	0	0	0	0	-	0	-
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais									
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i., ii., iii. e iv.	16.086	16.965	15.671	15.307	15.075	415	3%	1.011	7%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais *	1.123	1.416	89	248	0	1.035	1168%	1.123	-
Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	33.170	32.341	30.710	29.751	29.051	2.461	8%	4.119	14%
(6) Gastos Operacionais para efeitos de apuramento da Eficiência Operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	32.047	30.926	30.621	29.503	29.051	1.426	5%	2.996	10%
(7) Volume de negócios (VN)	57.570	56.773	52.619	51.938	55.587	4.951	9%	1.983	4%
(8) Perda de receita deorrente de fatores excecionais*	-934	-1.507	0	0	0	-933,592	-	-933,592	-
(9) Volume de negócios para efeitos de apuramento da Eficiência Operacional = (7) + (8)	56.636	55.266	52.619	51.938	55.587	4.017	8%	1.049	2%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	56,58%	55,96%	58,19%	56,80%	52,26%	-	-1,6 p. p.	-	4,3 p. p.
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	44	53	12	14	61	32	274%	-17	-28%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	37	29	10	16	23	27	269%	13	55%
iii. Gastos associados à frota automóvel	307	328	295	287	310	12	4%	-3	-1%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	311	405	478	403	384	-167	-35%	-73	-19%
(10)Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	698	816	795	720	778	-97	-12,21%	-80	-10%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	281	293	282	275	268	-1	0%	13	5%
N.º Órgãos Sociais (OS)	9	9	9	9	10	0	0%	-1	-10%
N.º Cargos de Direção (CD)	11	14	14	14	14	-3	-21%	-3	-21%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	261	270	259	252	244	2	1%	17	7%
N.º Trabalhadores/N.º CD	24	19	19	18	17	5	28%	6	36%
N.º de viaturas	51	51	51	51	51	0	0%	0	0%

\* Foi retirado no Orçamento 2022 o impacto do Terminal Ferroviário de Leixões, o qual estava previsto ser transferido para a APDL em 2022, mas que apenas veio a ocorrer em 2023. De forma a expurgar os efeitos da crise geopolítica, no real 2022 foram retirados os gastos e receitas do ano e somadas as médias de 2019-2021, relativos a energia, combustíveis e conservação.

O peso dos gastos operacionais no volume de negócios, considerando os efeitos referidos acima, fixou-se nos 56,6% reduzindo-se face ao ano anterior (-1,6 p.p.).

No que diz respeito ao cumprimento das orientações constantes do número 5 do artigo 144º do Decreto-Lei n.º 53/2022, a APDL apresentou o seguinte desempenho em 2022:

alínea a) – aumentou os gastos com pessoal, relativamente a 2021 (+2,7%). No entanto, de acordo com a DUE de 20 de dezembro de 2022, foi autorizado o aumento de gastos com pessoal, até ao montante previsto no PAO 2022, o qual não foi alcançado (-5,2%);

alínea b) – reduziu o conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, face a 2021 (-12,21%).

## **14 - Princípio da Unidade de Tesouraria**

A APDL tem todas as suas aplicações financeiras a prazo junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., em cumprimento das normas legais fixadas. Contudo, no âmbito da sua gestão financeira corrente torna-se necessário manter algumas disponibilidades à ordem na Banca Comercial.

Face ao disposto no número 5 do artigo 160º do Decreto-Lei nº 2/2020 de 31 de março (LOE), e na ausência do decreto-lei de execução orçamental do ano, a APDL, ao abrigo do atual número 5 do artigo 115º do Decreto-Lei 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o número 3 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, solicitou a dispensa parcial do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado para os anos de 2022 e 2023, no sentido de ser autorizada a manutenção das disponibilidades à ordem na Banca Comercial até ao limite de 10% do valor de recebimentos anuais de clientes. O pedido foi aprovado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. através da Informação n.º 0289/2022 de 20 de abril de 2022.

O quadro abaixo evidencia as disponibilidades na Banca Comercial à data de 31/12/2022:

Unid: Euros

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
BANCO BPI, SA	143.092	438.254	508.675	92.734
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	242.510	267.637	744.777	312.764
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	118.046	115.618	9.764	99.715
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	54.089	65.798	8.499	20.944
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	109.694	90.761	92.304	203.549
NOVO BANCO, SA	1.088.324	1.462.671	439.950	548.062
<b>TOTAL</b>	<b>1.755.755</b>	<b>2.440.740</b>	<b>1.803.969</b>	<b>1.277.768</b>
<b>Juros auferidos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>



## **15 - Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas**

Em 2019 houve uma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas (TdC) à APDL relacionada com a Qualidade do Ar.

Dessa auditoria, resultou um relatório em 2020 em que foi formulada a seguinte recomendação: Zelar pelo fornecimento de eletricidade ao transporte marítimo a partir da rede terrestre.

A APDL acolheu em toda a sua amplitude a Recomendação de zelar pelo fornecimento de eletricidade ao transporte marítimo a partir da rede terrestre, comprometendo-se dentro da sua missão, atribuições e competências a concretizar a Recomendação que lhe foi dirigida.

Nesse sentido desenvolveu, de fevereiro a novembro de 2021, o que designou por “Roteiro de Transição Energética do Porto de Leixões para a Neutralidade Carbónica”. Neste Roteiro está planeado um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo, com vista à descarbonização das atividades, designadamente através da instalação de Sistemas de Abastecimento Onshore Power Supply (OPS), através da eletrificação dos cais / terminais até 2035 estando, contudo, a sua implementação condicionada pela construção de uma nova Subestação de Alta Tensão e pelo upgrade da Rede Média Tensão de distribuição de energia pelo porto, estando estas ações também planeadas.

## **16 - Informação divulgada no site do SEE**

Anexo 2

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
<b>Estatutos</b>	S	Atualizado à data do presente documento	
<b>Caraterização da Empresa</b>	S		
<b>Função de tutela e acionista</b>	S		
<b>Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais</b>			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto remuneratório fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares e dos membros dos Órgãos Sociais	S		
<b>Esforço Financeiro Público</b>	S		
<b>Ficha Síntese</b>	S		
<b>Informação Financeira histórica e atual</b>	S		
<b>Princípios de Bom Governo</b>			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S		
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transações	S		
<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios</b>			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
<b>Avaliação do cumprimento dos PBG</b>	S		
<b>Código de Ética</b>	S		

## Apêndice 1

### Mesa da Assembleia-geral

Mandato (início/fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2020/2022	Presidente da Mesa	Associação Empresarial de Portugal	575	575
2020/2022	Secretário	Dr.ª Ana Paula Fernandes dos Santos	375	375

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

Em 2020, a AG reuniu 1 vez, tendo sido pagas as respetivas senhas de presença.

### Conselho de Administração

Mandato (início/fim)	Cargo	Nome	Designação		OPLRO			Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2020/2022	PRESIDENTE	Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	DUE	01/07/2020	Não	N/A	APDL, S.A.	2
2020/2022	VOGAL	Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	DUE	01/07/2020	Não	N/A	APDL, S.A.	2
2020/2022	VOGAL	Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	DUE	01/07/2020	Não	N/A	APDL, S.A.	2

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	Identificar	Identificar	[Público / Privado]
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo			
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva			
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho			

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	S/N	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas representação
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	S	B	4 922,84	1 969,15
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	S	B	3 938,27	1 575.31
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	S	B	3 938,27	1 575.31

Legenda: (\*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 27 de fevereiro.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3) - (4)
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	92 549,58	0	92 549,58	4 627,48	87 922,10
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	74 039,53	0	74 039,53	3 701,98	70 337,55
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	74 039,53	0	74 039,53	3 701,98	70 337,55

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de refeição		Regime proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor diário	Montante pago Anual	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Nuno Miguel da Costa Araújo	11,00	2.321,00	Seg. Social	26.372,69	806,99	0	Apoios Sociais	382,5
Joaquim Pereira Gonçalves Silva	11,00	2.277,00	Seg. Social	17.726,66	1 170,13	0	Apoios Sociais	200,0
Cláudia de Amorim Castro Soutinho	11,00	2.640,00	CGA	17.630,17	0	0	Apoios Sociais	

**Notas:**

- 1 - Subsídio de Alimentação Atualização, "Deliberação do CA de 12.03.2020 o valor do subsídio de alimentação previsto ni nº 54º da portaria 1098/99, 21,12, com a redação dada pela portaria 364/2000, de 23,06, é atualizado para 11,00€, com efeitos a 01.10.2019
- 2- Apoios Sociais - Subsídios de Estudos, Prémios Escolares, Apoio para creches e infantários, apoio à infância

Membro do CA	Encargos com viaturas								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (1)	Data Início	Data Fim	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes
	S/N	S/N	(€)	Identificar					
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	S	N	47 285,12	Renting	07/03/2018	06/03/2022	828,22	3.212,76	0
	S	N	34 999,50	Renting	13/05/2022	12/05/2026	585,79	3.873,78	41
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	S	N	37 053,76	Renting	04/07/2018	03/07/2022	643,71	3.218,55	0
	S	N	34 999,50	Renting	24/05/2022	23/05/2026	585,79	3.665,91	41
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	S	N	38 382,83	Renting	04/07/2018	03/07/2022	659,46	3.297,30	0
	S	N	34 999,50	Renting	13/05/2022	12/05/2026	585,79	3.873,78	41

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gastos total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
[€]	[€]	[€]	[€]	[€]	[€]	
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	2 287,25	735,00	1 295,00	n/a	0	4 317,25
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	6 090,94	1 632,61	3 310,00	n/a	0	11 033,55
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	337,20	623,13	475,00	n/a	0	1 435,33

## Fiscalização

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2020/2022	PRESIDENTE C.F.	Dra Ana Alexandra Filipe Freitas	DUE	30/07/2020	1 362,01	1
2020/2022	VOGAL C.F.	Prof. Rui Manuel Pinto Couto Viana	DUE	30/07/2020	1 021,51	2
2020/2022	VOGAL C.F.	Dr. Daniel Filipe Moreira Lopes	DUE	30/07/2020	1 021,51	1
2020/2022	VOGAL SUPLENTE	Ana Sofia Lameira dos Santos Palrinhas	DUE	30/07/2020	Não Remunerado	1

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
Dra Ana Alexandra Filipe Freitas	18 332,58	916,63	17 415,95
Prof. Rui Manuel Pinto Couto Viana	13 749,54	687,48	13 062,06
Dr. Daniel Filipe Moreira Lopes	13 749,54	687,48	13 062,06
Ana Sofia Lameira dos Santos Palrinhas	Não Remunerado	Não Remunerado	0

## ROC/FU

Mandato (início-fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº Inscrição OROC	Nº Registo CMVM	Forma (1)	Data Contrato		
2017-2019	ROC	BDO & ASSOCIADOS - SROC, Lda	29	20161384	DUE	17/01/2018	0	0
2017-2019	ROC Suplente	KPMG & ASSOCIADOS – SROC, S.A.	189	20161489	DUE	17/01/2018	0	0

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho (D)



Nome	Valor anual contrato prestação serviços 2020 (€)			Valor anual serviços adicionais (€)			
	Valor	Reduções	Valor Final	Identificação do serviço	Valor	Reduções	Valor Final
	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)		(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA	15 600,00	0	15 600,00	n.a.	15 600,00	0	15 600,00

**Nota:1 Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.**

**Nota 2** Aos honorários do ROC acrescem as despesas das taxas de serviços de supervisão, as despesas de comunicação e deslocação e outras incorridas no âmbito da prestação de serviço.

## Apêndice 2

Cumprimento das Orientações legais – 2022	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
<b>Objetivos de Gestão</b>			X		No mandato 2020-2022, não foram fixados pelo acionista Estado, objetivos de gestão e respetivas metas quantificadas a atingir pelo Conselho de Administração da APDL. No entanto, apesar de não terem sido fixados objetivos de gestão, a empresa aprovou um Plano de Atividades e Orçamento (PAO), que foi submetido e aprovado pelo acionista, conforme o disposto no DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual apresentava um conjunto de indicadores económicos e financeiros, cuja execução se apresenta no ponto 1 - Objetivos de Gestão do Capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais
<b>Metas a Atingir constantes do PAO 2022</b>					
Princípios financeiros de referência					
Investimento	X			97,3%	O grau de execução do investimento previsto para 2022 foi de 97,3%, o que se deveu principalmente ao elevado volume de investimento relacionado com a Melhoria das Acessibilidades Marítimas e Prolongamento do Quebramar do Porto de Leixões
Endividamento	X			1,9	No ano de 2022, o rácio Financiamentos Obtidos / EBITDA foi de 1,9 o qual corresponde ao valor da projeção apresentada para o mesmo ano.
Etc.					
<b>Grau de cumprimento do orçamento carregado no SIGO/SOE</b>			X	% de cumprimento	



**APDL**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS  
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2022

Cumprimento das Orientações legais – 2022	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	X			Não aplicável	<p>Para os fortes investimentos atuais e futuros, a APDL conta com as seguintes fontes de financiamento externo (para além da otimização da obtenção de subsídios comunitários para financiamento dos seus investimentos e a capacidade que demonstra na geração de fundos próprios com a sua atividade de exploração):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• uma linha de financiamento do Banco Europeu de Investimento no valor de 70 milhões de euros, tendo apenas procedido ao desembolso de 20 milhões de euros, em outubro de 2011, com uma taxa fixa a 10 anos, a 2,54% ao ano, a qual foi recentemente revista fixando-se em 0,00% ao ano até ao final do contrato. Antes da concretização do pedido de desembolso, a APDL ainda avaliou a hipótese de contratação de um instrumento de gestão do risco financeiro (IGRF) para cobertura da taxa de juro de financiamento do BEI, mas como o regime de taxa que veio a ser estabelecido foi o de taxa fixa, optou-se por não negociar nenhum instrumento de gestão de risco;</li><li>• uma linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 17,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 0,7%.</li><li>• uma linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 37,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 0,797%.</li></ul>
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	X			-70,9%	Em 2022, a taxa de variação do endividamento remunerado, expurgando o montante de novos investimentos, foi de -70,9%.
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	X			Em 2022, o PMP por trimestres foi o seguinte: 1º trimestre - 41 dias 2º trimestre - 46 dias 3º trimestre - 44 dias 4º trimestre - 49 dias	A APDL reporta trimestralmente à DGTF o indicador do PMP, dando cumprimento às orientações emanadas pela RCM nº 34/2008. A evolução do indicador está retratada no Capítulo IV.



**APDL**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS  
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2022

Cumprimento das Orientações legais – 2022	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	X			Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2022: 226.282,89€	Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2022: 226.282,89€. A APDL reporta mensalmente à DGTF, através do SIRIEF, as dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011. Os atrasos nos pagamentos estão divulgados no portal da empresa e refletidos no Capítulo IV - Mapa da posição a 31/12/2022 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 maio, sendo que, todos os valores desse mapa estão reclamados pela APDL, que os considera indevidamente debitados.
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas:</b>	X				Na última Assembleia Geral de 13 de março de 2023 o representante do Acionista não emitiu quaisquer recomendações.
<b>Remunerações:</b> Não atribuição de prémios de gestão CA - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável) Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável) Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2022 (se aplicável) Restantes trabalhadores	X		X	Não aplicável Total da Redução remuneratória em 2022: 12.031,44 € Total da Redução remuneratória em 2022: 2.291,58 €	
<b>Artigo 32º e 33º do EGP</b> Não utilização de cartões de crédito Não reembolso de despesas de representação pessoal Valor máximo das despesas associadas a comunicações Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X		X	Não aplicável Não aplicável	Não dispõe de cartões de crédito Não existiu
<b>Despesas não documentadas - nº 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11º do EGP</b>	X				A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.



**APDL**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS  
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2022

Cumprimento das Orientações legais – 2022	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais					
<b>Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº18/2014</b> Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			O Relatório de Diferenciação Salarial por Género foi elaborado em 2021 e está disponível em: <a href="http://relatorio-diferencial-genero-2021.pdf">relatorio-diferencial-genero-2021.pdf</a> ( <a href="http://apdl.pt">apdl.pt</a> )	
<b>Elaboração e divulgação do Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção</b> Elaboração e divulgação do relatório anual	X			<a href="https://www.apdl.pt/empresa/gestao-de-riscos-sistemas-de-gestao-e-certificacoes/">https://www.apdl.pt/empresa/gestao-de-riscos-sistemas-de-gestao-e-certificacoes/</a>	
<b>Contratação Pública</b> Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa  Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas  Contratos submetidos a visto prévio do TC	X   X		X		A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, na sua versão atual. Durante o ano de 2022 não foi celebrado qualquer contrato de valor igual ou superior ao limiar de 5M€.
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>  Recomendação 1	X				A APDL acolheu em toda a sua amplitude a Recomendação de zelar pelo fornecimento de eletricidade ao transporte marítimo a partir da rede terrestre, comprometendo-se dentro da sua missão, atribuições e competências a concretizar a Recomendação que lhe foi dirigida.
<b>Parque Automóvel</b> Nº de viaturas	X			+0	O número de viaturas total afeto à Frota Automóvel da APDL manteve-se em 51 (cinquenta e uma) viaturas.
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>	X			ver ponto 13	Atendendo ao exposto no ponto 13, a APDL apresentou em 2022 o cumprimento da evolução do rácio da Eficiência Operacional relativamente a 2021.



**APDL**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS  
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2022

Cumprimento das Orientações legais – 2022	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL nº 133/2013)</b>					
Disponibilidades centralizadas no IGCP	X			92,22% de disponibilidades depositadas no IGCP em 31/12/2022	A APDL ainda detém disponibilidades na banca comercial privada para fazer face às operações diárias para as quais o sistema de <i>homebanking</i> do IGCP não permite satisfazer. Foi solicitada em 2022 a dispensa parcial, tendo a APDL obtido deferimento do pedido através da Informação n.º 0289/2022, de 20 de abril de 2022 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., para os anos de 2022 e 2023.
Disponibilidades centralizadas na Banca Comercial			X		
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		



**APDL**  
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS  
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2022

## **ANEXOS**

## Abreviaturas

Abreviatura	DESIGNAÇÃO
AICEP	AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL
APDL	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S. A.
APLOG	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LOGÍSTICA
APP	ASSOCIAÇÃO DOS PORTOS DE PORTUGAL
BEI	BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO
CEDIC	CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO
CEF	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY</i>
CEF – T	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY- TRANSPORT</i>
CGA	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES
CIIMAR	CENTRO INTERDISCIPLINAR DE INVESTIGAÇÃO MARINHA E AMBIENTAL
CIRC	CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS
CLPQ	CONCURSO LIMITADO PRÉVIA QUALIFICAÇÃO
CNC	COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
CPC	CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
CPLP	COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
DIM	<i>DIREÇÃO DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO</i>
DIW 2020	DOURO INLAND WATERWAY 2020
EBIT	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST AND TAXES</i>
EBITDA	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION</i>
e-Impact	<i>E-FREIGHT IMPLEMENTATION ACTION</i>
GT	ARQUEAÇÃO BRUTA ( <i>GROSS TONNAGE</i> )
IAPMEI	INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E À INOVAÇÃO
IGCP	AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA
IHT	ISENÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO
IP	INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S. A.
JUL	JANELA ÚNICA LOGÍSTICA
JUP	JANELA ÚNICA PORTUÁRIA
LSW	<i>LOGISTIC SINGLE WINDOW</i>
MAR	MODELO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS
MIE	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA
MIE-T	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA - TRANSPORTES
PAO	PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO
PLPL	PLATAFORMA LOGÍSTICA DO PORTO DE LEIXÕES
PREVPAP	PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS
PVC	PORTO DE VIANA DO CASTELO
RIS	RIVER INFORMATION SERVICES
RJTFFP	REGIME JURÍDICO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA
SDL	SILOS DE LEIXÕES
SGQ	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
SNCP	SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SST	SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
TCGL	TERMINAL DE CARGA GERAL E GRANÉIS DE LEIXÕES, SA



**APDL**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS  
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2022

<b>Abreviatura</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>
TCL	TERMINAL DE CONTENTORES DE LEIXÕES, SA
TCN	TERMINAL DE CONTENTORES NORTE
TCS	TERMINAL DE CONTENTORES SUL
TEU	<i>TWENTY-FOOT EQUIVALENT UNIT</i>
VCP	VIA DE CINTURA PORTUÁRIA
VND	VIA NAVEGÁVEL DO DOURO
VTS	<i>VESSEL TRAFFIC SERVICES</i>
VUC	VALOR DE USO CONTINUADO



## Índice de tabelas do Relatório de Gestão

Navios Entrados e Arqueação Bruta .....	10
Movimento Total .....	10
Porto de Leixões: Movimento Geral de Mercadorias .....	10
Porto de Leixões: Origem e Destino da Carga .....	11
Porto de Viana do Castelo: Movimento Geral de Mercadorias .....	12
Porto de Viana do Castelo: Origem e Destino da Carga .....	13
Movimento por Tipo de Carga .....	13
Porto de Leixões: Movimento de Mercadorias por Setores Operacionais.....	15
Porto de Leixões: Tipos de Movimento .....	15
Porto de Leixões: Carga Geral Fracionada .....	16
Porto de Leixões: Carga Contentorizada.....	17
Porto de Leixões: Tráfego Roll-On/ Roll-Off .....	18
Porto de Leixões: Granéis Sólidos .....	18
Porto de Leixões: Granéis Líquidos .....	19
Porto de Leixões: Granéis Líquidos .....	19
Porto de Leixões: Movimento de Contentores.....	19
Porto de Leixões: Movimento de Contentores Por Dimensão .....	20
Movimento de contentores por cais/terminal .....	20
Porto de Viana do Castelo: Movimento de Mercadorias.....	21
Movimento de Passageiros no Porto de Leixões.....	22
Movimento de Pescado.....	22
Navios Comerciais .....	22
Movimento de Mercadorias nos Portos do Douro.....	23
Movimento de Passageiros no Tráfego Fluvial.....	23
Investimento no Porto de Leixões .....	45
Investimento no Porto de Viana do Castelo .....	48
Investimento na Via Navegável do Douro .....	49
Investimento em Intermodalidade .....	50
Demonstração de Resultados .....	51
Demonstração de Resultados por Unidade de Negócio .....	52



**APDL**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS  
DOURO • LEIXÕES • VIANA

Relatório e Contas – Exercício de 2022

Vendas e Serviços Prestados .....	53
Vendas e Serviços Prestados – Porto de Leixões .....	54
Vendas e Serviços Prestados – Porto de Viana do Castelo .....	56
Vendas e Serviços Prestados – Via Navegável do Douro .....	57
FSE, CMVMC e Gastos com o Pessoal .....	58
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal – Porto de Leixões .....	59
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal – Porto de Viana do Castelo.....	60
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal – Via Navegável do Douro.....	61
Outros gastos operacionais.....	62
Situação patrimonial.....	63
Indicadores Financeiros .....	64